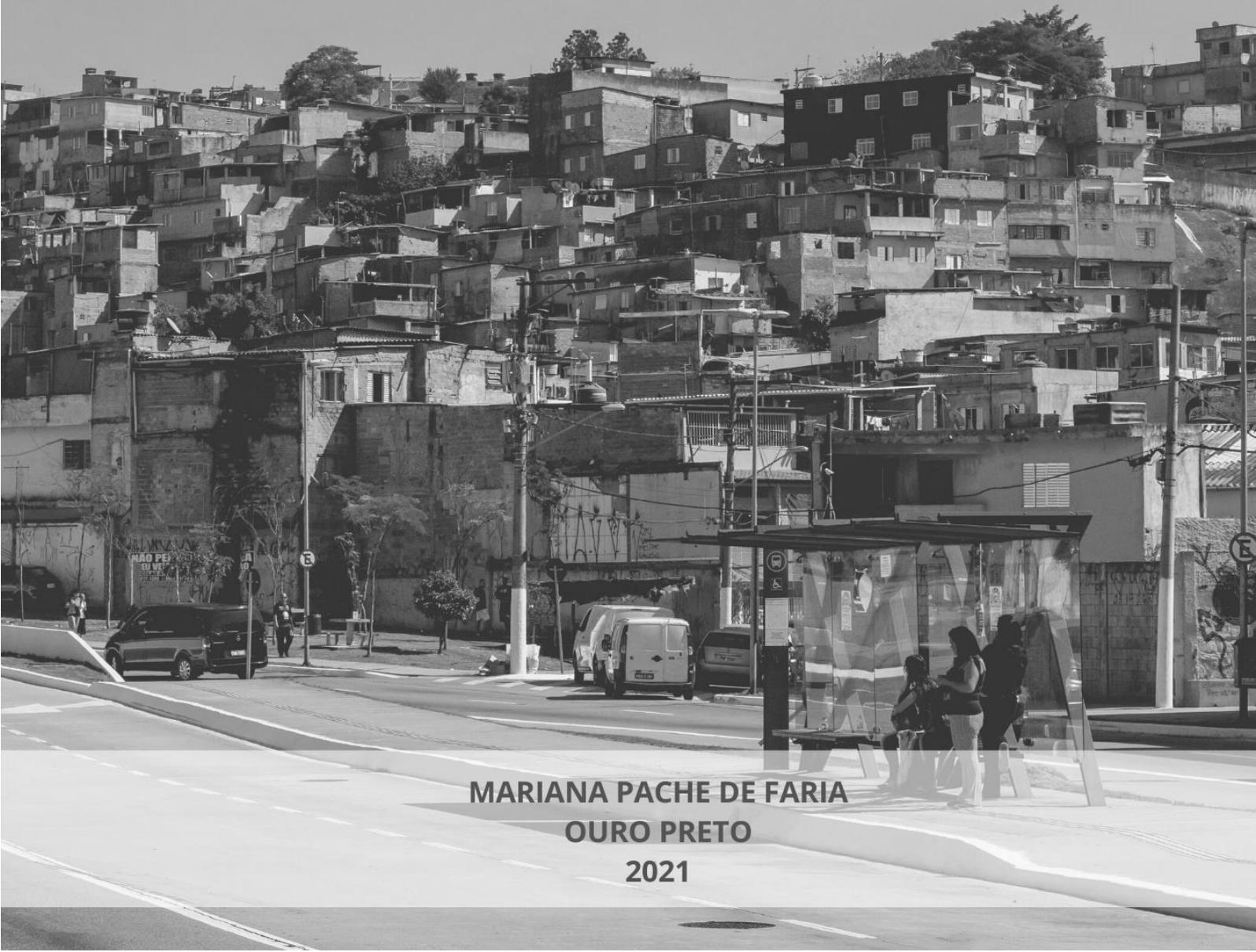


Universidade Federal de Ouro Preto
Escola de Minas
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

AUTOCONSTRUÇÃO E PROCESSOS AUTÔNOMOS: SUAS DIVERSAS FACES E A QUALIDADE HABITACIONAL



MARIANA PACHE DE FARIA
OURO PRETO
2021

Mariana Pache de Faria

**AUTOCONSTRUÇÃO E PROCESSOS AUTÔNOMOS:
SUAS DIVERSAS FACES E A QUALIDADE HABITACIONAL**

Trabalho Final de Graduação (2ª Etapa)
apresentado ao Curso de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal de Ouro
Preto, como requisito parcial para a obtenção
do grau de Bacharela em Arquitetura e
Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Amaro Sérgio Marques

Ouro Preto/MG

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F224a Faria, Mariana Pache de.
Autoconstrução e processos autônomos [manuscrito]: suas diversas
faces e a qualidade habitacional. / Mariana Pache de Faria. - 2021.
84 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Amaro Sérgio Marques.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola
de Minas. Graduação em Arquitetura e Urbanismo .

1. Arquitetura de habitação. 2. Habitação popular. 3. Autonomia. 4.
Direito à moradia. I. Marques, Amaro Sérgio. II. Universidade Federal de
Ouro Preto. III. Título.

CDU 728:347.254

Bibliotecário(a) Responsável: Sione Galvão Rodrigues - CRB6 / 2526



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 19 de novembro de 2021, reuniu-se a banca examinadora do Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Minas da UFOP, da acadêmica **Mariana Pache de Faria**, intitulado: **Autoconstrução e processos autônomos: suas diversas faces e a qualidade habitacional**.

Compuseram a banca os professores(as) **AMARO SÉRGIO MARQUES, MARGARETE MARIA DE ARAÚJO SILVA e MAURICIO LEONARD DE SOUZA**. Após a exposição oral, a candidata foi arguida pelos componentes da banca. Após a arguição, os membros a banca reuniram-se reservadamente e decidiram pela **APROVAÇÃO** do trabalho, com a nota **9 (nove)**.

Orientador-Amaro Sérgio Marques

Avaliador 1- Margarete Maria de Araújo Silva

Avaliador 2 – Maurício Leonard de Souza

Ao vovô Pacheco, por ter acreditado em mim e tornado esse sonho possível.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho marca o encerramento de um longo ciclo e a concretização de um sonho de infância, mas não seria possível desenvolvê-lo sem a ajuda de algumas pessoas as quais eu gostaria de agradecer imensamente aqui. Primeiro, à minha família, sobretudo minha mãe, por ter compreendido minha ausência e o vovô Pacheco, por toda ajuda. Ao Dani, por sempre acreditar mais em mim que eu mesma, sonhar todos os meus sonhos e me ensinar todos os dias sobre o amor.

Aos amigos que foram família todos esses anos e que passaram por tudo isso junto comigo: Thalita, Luiza, Giovanna, Natália, Mateus, Fernanda, Breno e principalmente, Aline, pelo companheirismo nos intermináveis fins de semana produzindo esse trabalho e por não me deixar desistir em nenhum momento. Seguiremos trabalhando juntos por ai! À Luísa, pela ajuda, amizade e por sempre estar aí quando preciso.

Ao professor Amaro, por ter topado esse desafio junto comigo, sempre pontual e assertivo. Ao professor Maurício pela disposição, avaliação atenta e positiva. Aos profissionais que compartilharam um pouco de seus trabalhos, experiências e perspectivas, engrandecendo ainda mais minha pesquisa: Amanda, Marcelo, Kaiodê, Paôla, Isadora, Lorryne, Eline, Gabriela e Karol.

A UFOP pela oportunidade e a Ouro Preto, minha cidade de coração.



“Muita gente entortou as costas entalhando flores nas vigas dos seus telhados e cansou a vista bordando animais nas suas toalhas de mesa. Essas pessoas renunciaram ao descanso no fim de semana para esconderem feios cabos de eletricidade por trás de prateleiras. Pensaram cuidadosamente em como seria a melhor superfície para se trabalhar na cozinha. Imaginaram morar nas casas caríssimas que aparecem nas revistas e ficaram tristes, como quando se cruza com uma pessoa desconhecida e sedutora numa rua cheia de gente.

Parecemos divididos entre a necessidade de atropelar nossos sentidos e nos adaptar anestesiados aos nossos ambientes e o impulso contraditório de reconhecer o quanto as nossas identidades estão indelevelmente associadas ao lugar onde vivemos, e junto com ele se transformarão.”

(Alain de Botton - A Arquitetura da Felicidade)

RESUMO

O ser humano, em toda sua história, se importou e interagiu com o espaço ao seu redor. Com o advento do trabalho externo, a habitação adquire um novo significado de familiaridade e expressão individual, representando uma nova preocupação com padrões, status e simbolismos, extremamente importantes para o sujeito pessoal e socialmente. Nesse contexto, o serviço de arquitetura se direciona para as classes mais altas e não se adequa às demandas populares advindas da maior parcela da sociedade. Além disso, é possível inferir como as classes mais baixas estão diretamente ligadas à autoconstrução, que compõe, portanto, a maioria das construções e reformas no país e estão sempre em modificação, despendendo um alto investimento e revelando insatisfações contínuas e possivelmente, má qualidade habitacional. Considerando a influência das problemáticas habitacionais também na saúde dos usuários e as questões urbanas, que juntas compõem o direito à moradia, busca-se o entendimento dos principais princípios relacionados a qualidade do espaço interno e habitabilidade (conforto ambiental e espacial, ergonomia, aspectos construtivos e patologias); a compreensão das diversas esferas e complexidades que envolvem a prática autoconstrutiva (território, tempo, renda, práticas construtivas, cultura e autonomia), incluindo seu histórico que tangencia as políticas habitacionais e urbanas no país e, por fim, a atuação de profissionais em arquitetura social e o produto gerado, em uma análise de estudos de casos reais. Tem-se aqui, portanto, o reconhecimento dessa expressiva realidade e a compreensão da urgência em atuar sobre esse processo de forma efetiva, levando a técnica, mas respeitando suas demandas, conhecimentos, realidades e autonomia dos sujeitos, visando a melhora qualitativa do morar em autoconstruções e inferindo no déficit habitacional.

Palavras chaves: Autoconstrução. Qualidade habitacional. Direito à Moradia. Autonomia. Arquitetura para camadas populares.

ABSTRACT

Human beings, throughout their history, cared and interacted with the space around them. With the advent of outside work, housing acquires a new meaning of familiarity and individual expression, representing a new concern with patterns, status and symbolism, extremely important for the individual personally and socially. In this context, the architectural service is aimed at the higher classes and does not fit the popular demands arising from the largest portion of society. In addition, it is possible to infer how the lower classes are directly linked to self-construction, which makes up, therefore, the majority of constructions and renovations in the country and are always undergoing modification, giving off a high investment and revealing continuous dissatisfaction and possibly poor housing quality. Considering the influence of housing issues also on the health of users and urban issues, which together make up the right to housing, we seek to understand the main principles related to the quality of the indoor space and habitability (environmental and spatial comfort, ergonomics, constructive aspects and pathologies); the understanding of the various spheres and complexities that involve self-construction practice (territory, time, income, construction practices, culture and autonomy), including its history that touches on housing and urban policies in the country and, finally, the product generated in a analysis of real case studies. Here, therefore, we have the recognition of this expressive reality and the understanding of the urgency to act on this process effectively, taking the technique, but respecting their demands, knowledge, realities and autonomy of the subjects, aiming at the qualitative improvement of living in self-constructions and inferring the housing deficit.

Keywords: Self-construction. Housing quality. Right to Housing. Autonomy. Architecture for popular layers.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Motivação para a pesquisa	7
1.2	Apresentação e relevância do tema	7
1.3	Objeto de estudo e justificativa	10
1.4	Objetivos	10
1.4.1	Objetivo Geral	10
1.4.2	Objetivos Específicos	11
1.5	Metodologia	11
2	ALGUNS DOS PRINCÍPIOS RELACIONADOS A PRODUÇÃO DO ESPAÇO INTERNO	13
2.1	Conforto Ambiental	18
2.2	Ergonomia e Conforto Espacial	19
2.3	Aspectos construtivos e patologias	21
3	A PRÁTICA DA AUTOCONSTRUÇÃO E A AUTONOMIA DO SUJEITO	24
3.1	Território	28
3.2	Tempo, renda e técnicas construtivas	29
3.3	Cultura	31
3.4	Autonomia do sujeito	32
4	BREVE HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE MORADIAS E AUTOCONSTRUÇÃO	36
4.1	Criação dos territórios autoconstruídos	36
4.2	Políticas públicas em habitação de interesse social	41
5	ESTUDO DO ESPAÇO GERADO E A ATUAÇÃO EM ARQUITETURA SOCIAL	52
5.1	Atuação em Arquitetura Social e Autoconstruções	55
5.2	Financiamento e Viabilização da Obra	57
5.3	Espaço Gerado e o Morar em Autoconstruções	59
5.3.1	Moradia A	62
5.3.2	Moradia B	66
5.3.3	Moradia C	70
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

1 INTRODUÇÃO

1.1 Motivação para a pesquisa

A escolha da temática deste trabalho se dá primeiramente pelo amplo interesse em desenvolver conhecimentos no âmbito do espaço interno, desde sua concepção, em arquitetura de interiores, até os reflexos individuais e sociais do morar, pouco explorados comumente sobretudo nas camadas populares. Através de um trabalho de caráter monográfico realizado anteriormente, para a disciplina de Sustentabilidade em Arquitetura e Urbanismo, pude reafirmá-lo e dar início a pesquisa que justifica esse estudo, de onde retirei alguns trechos.

Ao conhecer o trabalho dos empreendedores sociais abordados neste estudo, percebo ainda mais a importância dessa reflexão. As produções dos grupos de estudos Morar de Outras Maneiras (MOM) e o Práticas Sociais no Espaço Urbano (PRAXIS), ambos ligados à UFMG, me levam à realidade expressiva da autoconstrução, distante do serviço citado acima. Mas para além de tudo isso, entender e valorizar a casa como lugar de refúgio, bem estar, dignidade e acreditar que posso colaborar com a promoção de alguma melhoria nesse espaço para que alguém more e se sinta melhor, me motiva a exercer a profissão, para onde levo os aprendizados dessa pesquisa.

1.2 Apresentação e relevância do tema

A arquitetura, segundo Gurgel (2013), ao explorar o ser humano em sua individualidade, deve ter como objetivo traduzir em espacialidade seus desejos em consonância com fatores técnicos, como normas, ergonomia, topografia, clima e sustentabilidade, como exemplificado pela mesma autora. Isso deve acontecer de modo a garantir qualidade de vida, segurança, saúde e bem-estar em suas mais diversas definições (DANKO et. al, 1990 *apud* LINHARES, 2019, p. 996)¹.

Segundo Arantes (2019) as produções arquitetônicas ao longo da história, tanto externas quanto internas, são exemplos de como a preocupação humana com o visual e a interação com esse o espaço se dá desde os primórdios, afirmando que “seja por que motivo for, o ser humano só é

¹ DANKO, S.; ESHELMAN, P.; HEDGE, A. A taxonomy of health, safety, and welfare implications of interior design decisions. *Journal of Interior Design*, v. 16, n. 2, p. 19- 30, 1990.

completo quando pode interagir com o mundo que lhe rodeia” (ARANTES, 2019, P.11). Citando Forty (2007)², Maior e Storni (2008) afirmam que tal atenção se volta para o espaço residencial quando desvincilhado do trabalho, agora externo, se tornando lugar de família e descanso. Além disso, afirmam que a partir desse momento, a casa começa a ser compreendida como expressão individual, representando a identidade dos moradores.

Maior e Storni (2008) ainda vão além ao afirmar que a residência também expressa a imagem que se deseja passar de si próprio em uma preocupação com os padrões externos, inclusive de status e simbolismos, que refletem diretamente o contexto social da época vigente. Dessa forma, as autoras deixam claro em seu texto como a produção da arquitetura de interiores no Brasil, se relaciona com a sociedade de consumo estabelecida e com as classes mais altas, direcionadas pela ânsia por novas experiências e colocações sociais, valores atribuídos pela função simbólica dos objetos. E não somente isso, Nogueira (2013) afirma que a própria formação da profissão a direciona para esse contexto e conforma produtos que não se adaptam às demandas populares. Dessa forma, é empregada “para demonstrar o bom gosto, a preocupação com o belo, bem-estar e conforto, levando a ideia de civilidade e urbanidade, entre outros simbolismos que se quer comunicar à sociedade” (MAIOR E STORNI, 2008, p. 71). Arantes (2019) corrobora com essa ideia.

Os edifícios, os móveis, os objetos e os materiais de revestimento são tão sedutores ao homem quanto outros prazeres carnis. A forma que adquirirá pode levar o homem ao deleite ou a revirar-se em pesadelos; pode separar em classes sociais ou unir em ideologias. [...] A inteligência visual é um componente do conhecimento humano que pode ser neutralizado ou desenvolvido. Seja para padecer pelo desejo de se obter o que não se tem, seja por sofrer por aquilo que esteticamente é agressivo ou considerado feio, ou ainda, seja para desfrutar de experiências quase transcendentais ao admirar-se o que em seu tempo e cultura é considerado belo, o homem não está livre de sentir os efeitos que a arquitetura e o design de interiores representam sobre sua existência. (ARANTES, 2019, P. 11)

Entretanto, segundo uma pesquisa recente do Instituto Locomotiva (2021) a partir de dados do IBGE, a elite brasileira representa apenas 6% da população, enquanto as classes média e baixa, 47% cada. Não somente isso, de acordo com um estudo realizado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo³ exposto por Nascimento (2011), ao analisar o fluxo financeiro gerado pela construção civil no âmbito habitacional, percebe-se que estas últimas classes,

² FORTY, Adrian. *Objetos de desejos: design e sociedade desde 1750*. São Paulo: Cosac Naify, 2007

³ MDIC/EPUSP. *O Futuro da Construção Civil no Brasil: Resultados de um Estudo de Prospecção Tecnológica da Cadeia Produtiva da Construção Habitacional*. São Paulo, 2003.

principalmente a baixa, estão diretamente ligadas à autoconstrução, cujo conceito adotado no presente estudo será desenvolvido nos próximos capítulos⁴.

Nascimento (2011) expõe ainda, através de dados secundários, que essa prática compõe a maioria das construções e reformas realizadas no país e a maior demanda por esta última advém das classes mais baixas, cujas edificações são realizadas por etapas e estão sempre em constante modificação, despendendo um alto investimento se comparado com os seus rendimentos. Tais informações revelam que pode haver uma contínua insatisfação ou má qualidade dos espaços gerados.

No mesmo texto, a autora aponta ainda que tais fatos caracterizam a urgência com que precisamos lidar com a existência da autoconstrução, entender e transformar esse processo, principalmente compreendendo que nesse âmbito muito do que se faz em termos de construção é o que a realidade socioeconômica permite.

Na medida em que os números dizem que as classes D e E destinam importantes recursos financeiros para reformas percebe-se a urgência em entender os processos produtivos da autoconstrução no sentido de poder transformá-los em resposta à diversidade de estruturas sociais e às contínuas transformações dos ambientes. [...] nas estruturas de provisão da autoconstrução existem importantes interfaces que precisam ser ainda reconhecidas e analisadas para que efetivas transformações possam ser determinadas. (NASCIMENTO, 2011, p. 4)

Além disso, Pessatti (2015) destaca que há uma influência clara e reconhecida das problemáticas habitacionais na saúde e bem estar da população, incluindo questões urbanas que fazem parte do que é considerado direito à moradia pela Organização Nacional das Nações Unidas (ONU). Segundo a autora, para a organização citada, possuir “um padrão de vida adequado” também está relacionado a condições de morar que abrangem “a segurança da posse, a disponibilidade de serviços, a acessibilidade, as condições de habitabilidade, a localização e o respeito à identidade cultural” (PESSATTI, 2015, p. 42). É possível perceber como essas temáticas são comumente encontradas na conjuntura da autoconstrução, e assim enfatiza ainda mais a relevância deste tema e dá origem ao objeto de estudo do presente trabalho.

4 Em síntese, para que não prejudique a compreensão, adota-se o conceito de autoconstrução de sua forma mais ampla, abrangendo construções ou modificações sem assistência técnica, em que o morador está à frente de todas as decisões e por vezes, constitui a própria mão de obra (MARICATO, 1982; NASCIMENTO, 2011; SOUZA, 2017)

1.3 Objeto de estudo e justificativa

Visando corroborar com a ideia de Nascimento (2011) apresentada acima, entende-se ser necessário entender o contexto social, político e urbano em que esse cenário se deu e exemplificar, ainda que em pequena escala, qual é o produto gerado, ou seja, como são os espaços internos construídos. Para isso, optou-se neste trabalho por utilizar como base de estudo geral moradias urbanas, principalmente periféricas e pericentrais de cidades brasileiras. Levou-se em consideração para essa escolha como Nascimento (2015) caracteriza a autoconstrução em loteamentos periféricos, vilas, favelas e ocupações, além de suas diversas motivações e contextos apontados por alguns dos autores estudados, muito relacionados a conformação urbana: expansão para além das centralidades, políticas urbanas excludentes e habitacionais que não permitem a autonomia dos beneficiados, além também da influência do contexto nacional.

A intenção do presente trabalho, portanto, não se trata de problematizar a autoconstrução ou apresentar soluções definitivas para o distanciamento entre a arquitetura de interiores e a maior parte da sociedade, mas sim, de entender uma realidade que existe, qual contexto social que leva a tal expressividade e como se dá o espaço gerado. E assim, gerar um material que colabora com a melhoria da qualidade habitacional e do morar em autoconstruções, incitando uma discussão que una todas essas temáticas, enfatizando a importância da relação entre o morador e o interior de sua casa, individualmente e socialmente, inclusive como forma e consequência da distinção social, conforme discorrido nos parágrafos anteriores.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Contribuir para a melhora qualitativa do morar em residências autoconstruídas através do estudo da produção do espaço interno segundo os princípios teóricos da qualidade habitacional e, sobretudo, da compreensão das complexidades próprias da autoconstrução, tendo como base de estudo geral habitações urbanas, periféricas e pericentrais das cidades brasileiras.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Entender alguns dos princípios de produção do espaço interno: qualidade ambiental, ergonomia, conforto e aspectos construtivos, segundo bases teóricas da arquitetura;
- Analisar o processo de autoconstrução, sua origem e particularidades com base nos espaços urbanos e periféricos das cidades brasileiras;
- Compreender e exemplificar como são, na prática, os espaços internos gerados pela autoconstrução, suas complexidades e desafios bem como intervenções já realizadas nesse contexto e a atuação de arquitetos em arquitetura social.

1.5 Metodologia

O presente trabalho pode ser considerado de natureza qualitativa, pois de acordo com os dizeres de Praça (2015), se baseia em métodos descritivos comumente empregados para explicar relações sociais e suas complexidades, inviáveis de serem analisadas quantitativamente. Além disso, possui caráter exploratório, que segundo Cervo, Bervian e Silva (2006, p.63) “realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos oponentes”. Raupp e Beuren (2006) afirmam que dessa forma, realiza-se um aprofundamento do tema e a concepção de problemáticas que conduzem a conclusão da pesquisa.

No primeiro capítulo, portanto, busca-se quais são e a compreensão dos principais princípios construtivos relacionados à qualidade habitacional e sua influência sobre o usuário; no segundo capítulo, compreender as complexidades e particularidades da autoconstrução, bem como sua origem, o contexto social e político em que se dá historicamente e concomitantemente a ambos assuntos, já no terceiro capítulo. Além disso, relacionar a atuação da arquitetura frente a essas questões em ambos. Para isso, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental.

Segundo Praça (2015), Raupp e Beuren (2006), ambas se tratam de procedimentos utilizados para o desenvolvimento de embasamentos teóricos, sendo que na primeira, as fontes utilizadas são materiais publicados que se relacionam com o assunto, como livros, artigos e pesquisas, expondo a contribuição de diversos autores. Já na segunda, utiliza-se de materiais como reportagens, documentos oficiais, relatórios de pesquisa e empresas, que não, ou apenas previamente, receberam análises (RAUPP E BEUREN, 2006).

Sendo assim, foram utilizados livros; monografias, teses e dissertações encontradas nos repositórios universitários, bem como material de consulta de grupos de pesquisa, a exemplo da biblioteca do MOM e da PRAXIS; artigos científicos publicados em revistas, jornais e anais de eventos; reportagens; relatórios de pesquisas e empresas e documentos oficiais⁵. Destaca-se o amplo embasamento em autores conhecidos no assunto em questão, como Ermínia Maricato, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, Denise Morado Nascimento, Silke Kapp e Sérgio Ferro.

Em seguida, no capítulo de número quatro, pretende-se compreender a habitação gerada pela autoconstrução dentro dos recortes territoriais escolhidos em uma aproximação da realidade prática, além de se conhecer intervenções já realizadas neste contexto e a atuação de arquitetos em arquitetura social. Para isso, optou-se por realizar um estudo de caso, que segundo Praça (2015, p.83) “consiste em avaliar tecnicamente e profundamente um ou poucos objetos de pesquisa, avaliando individualmente cada caso de estudo”. Serão utilizados três objetos, entendendo-se que um estudo único geraria limitações e generalizações inconsistentes, conforme Raupp e Beuren (2006) afirmam.

A forma de coleta de dados foi escolhida em face do contexto pandêmico, optando-se por seguir os protocolos sanitários, principalmente por se tratar do âmbito residencial onde o contato presencial apresentaria riscos para a saúde dos envolvidos. Se dará através do compartilhamento de informações, arquivos e fotos em entrevistas semiestruturadas e online, com arquitetos e empreendedores sociais, cujo foco de atuação são habitações inadequadas em periferias, vilas e favelas, onde predomina a autoconstrução. Fonseca (2002) afirma que essa tipologia de entrevista se dá quando há uma predeterminação dos assuntos e de algumas perguntas a serem respondidas, mas não uma ordenação. Destaca-se que tais atores foram escolhidos de modo a englobar as diferentes regiões do país para que seja possível uma análise um pouco mais abrangente dentro das limitações atuais. Além disso, também foi utilizada como base uma palestra realizada por outros dois profissionais da área para o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Ao final de cada capítulo foram desenvolvidos quadros ou diagramas síntese com objetivo facilitar a compreensão do leitor.

⁵ Destacam-se aqui, principalmente, o portal do Scielo, os repositórios de universidades federais, como a de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Viçosa etc; os trabalhos relacionados a Fundação Getúlio Vargas, Fundação João Pinheiro, Fundação Oswaldo Cruz e publicações oficiais do Governo Federal.

2 ALGUNS DOS PRINCÍPIOS RELACIONADOS A PRODUÇÃO DO ESPAÇO INTERNO

Segundo a Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2013), além de proteção e segurança, elementos básicos da necessidade humana, a habitação deve se adequar a complexidade de seus moradores. Entende-se a casa como espaço de moradia, onde em um conceito mais amplo, busca-se a conformação de espaços que possibilitem diversos momentos distintos da vida cotidiana de forma a “transmitir significados, encontrar estímulos e desenvolver potencialidades”, além de possibilitar a expressão individual, a privacidade, identificação e descanso (BRASIL, 2013, p. 9). Isso seria o que Souza (2017) entende como uma interpretação fenomenológica da habitação e é descrito no trecho abaixo.

Seguindo a abordagem fenomenológica, compreende-se que o sentido de habitar está relacionado a aspectos psicológicos que possibilitam orientação, identificação, a construção de uma identidade, além dos sentimentos de pertencimento e segurança emocional – estar em paz, na perspectiva de Heidegger. (SOUZA, 2017, p. 21)

Interpretando, portanto, toda essa complexidade do Homem e do espaço em que vive, percebe-se que sua produção deve se dividir em diversos elementos e intenções para abrigar as variadas funções e momentos coletivos ou individuais. Assim, muito do processo de construção de ambientes, onde visa-se um ou mais objetivos sobre e para o usuário, em analogia aos dizeres de Gurgel (2013), na prática da arquitetura, está pautado nos fundamentos do design. De acordo com Lobach (2001) tais objetivos estão relacionados às funções que o produto deve desempenhar para que atenda as demandas desse consumidor final, podendo ser prática, estética ou simbólica, com possibilidade ainda de uma serem combinadas ou privilegiadas individualmente.

A primeira então está relacionada às características utilitárias do objeto. A segunda, considera o âmbito sensorial, ligada ao modo como percebemos o mesmo ao utilizá-lo. Já a última, se trata dos simbolismos, dos signos atrelados a este produto perante a percepção do usuário, sejam “espirituais, psíquicos ou sociais” (LOBACH, 2001, p. 64). A função simbólica se manifesta então quando, por exemplo, associamos o objeto à uma vivência religiosa, recordarmos uma experiência ou uma marca específica através de seu uso, utilizamos uma bandeira para representar um ente federativo, ou ainda quando este se torna representação de um certo status

social (LOBACH, 2001), como é o caso da arquitetura de interiores no Brasil, conforme Maior e Storni (2008).

Pode-se afirmar que aspectos construtivos, conformação do layout, escolha do mobiliário e ergonomia estão diretamente relacionados às funções práticas do ambiente, enquanto a forma com que se apresentam se ligam a função estética, diretamente conectada aos sentidos humanos. Questões referentes ao conforto ambiental (térmico, acústico e lumínico), podem ser pertinentes a ambas funções. Um ambiente com boa iluminação natural, por exemplo, possibilita tanto a economia de energia, que pode ser um objetivo prático, quanto a melhora de humor, saúde e aumento da energia em seus ocupantes (SOUZA, 2020), alterando a forma como percebemos e interagimos com esse espaço.

Ainda nesse contexto, Cohen (2004, p.13) ao entender a forte relação entre qualidade ambiental e salubridade, afirma que “a habitação se constituiria em um possível espaço de construção da saúde e consolidação do bem-estar”. Além disso, tais questões são reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde meados do último século, tendo sido pauta, por exemplo, da Carta da Assembleia Mundial de 1951, onde se conectam, somadas às duas questões citadas, a prevenção de doenças, acidentes domésticos e problemas referentes também ao âmbito psicológico e social (WHO,1961 *apud* PESSATTI, 2015)⁶

As questões mais comuns quanto ao assunto se baseiam na relação entre doenças respiratórias, excesso de umidade e a conseqüente proliferação de mofo, além da transmissividade de doenças. Pessatti (2015) afirma que a primeira já esteve em debate pela OMS, estando ligada a casos de alergias e asma. Pasternak (2016), que exemplifica a ocorrência dessas patologias habitacionais com o habitual problema de impermeabilização de coberturas nas áreas periféricas de São Paulo, enfatiza ainda a falta de ventilação como fator colaborativo e destaca a ocorrência de bronquites como conseqüência, principalmente em crianças.

A segunda, transmissividade de doenças contagiosas, que podem ser de caráter viral ou bacteriana e propagadas pelo ar, contato direto com infectados, consumo de alimentos contaminados (PASTERNAK, 2016) ou multiplicação de vetores, como o mosquito da dengue, também pode se relacionar com características habitacionais, conforme o trecho abaixo.

⁶ WHO – World Health Organization. Cartilha informe. Comité de Expertos em Higiene de la Vivenda [se reunion em Ginebra del 19 al 26 de junio de 1961].

Somado a isso, Pasternak (2016) também aponta a falta de condições de higiene e Pessatti (2015), a utilização de materiais construtivos precários como fatores agravantes para esse fato.

Essas são realidades que diferem em alguns aspectos das cidades da América Latina e Brasil, onde doenças como tuberculose, malária e dengue continuam prevalentes, e, em grande parte, são causadas ainda por ausência ou deficiência nos serviços de saneamento ambiental, insalubridade, deficiências na ventilação, iluminação, umidade, mofo e superlotação das moradias, condições que tendem a piorar as condições de vida, especialmente da população de baixa renda (PESSATTI, 2015, p.34 *apud* MARICATO et al., 2010; PASTERNAK; LEME, 2010)⁷.

Recentemente, na pandemia da Covid-19 muito tem se estudado sobre a relação em questão. Um estudo desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (2020) que analisa a incidência da doença em comunidades pertencentes à cidade do Rio de Janeiro aponta a precariedade das edificações nos quesitos citados acima como um dos desafios a serem enfrentados neste contexto.

A respeito da saúde mental, Pasternak (2016, p. 59) aponta que embora haja uma certa dificuldade em estabelecer ligações com a habitação devido às muitas variáveis relacionadas, a adequação do layout pode ser fator de precaução de perturbações mentais “no sentido que o *layout* físico pode atuar como agente de reforço em traços de personalidade já estruturados.” Ao se referir ao trabalho de Chapin (1951)⁸ e Chombart de Lauwe (1967)⁹ a autora deixa claro como privacidade e organização, sobretudo em casos de superlotação, se relacionam a problemas psíquicos. Além disso, uma pesquisa publicada pela OMS, no ano de 2011 concluiu que dentre os efeitos de melhorias em condições habitacionais básicas, como banheiro próprio, interno e dispendo de água aquecida, estão a diminuição de sintomas de depressão, ansiedade, transtornos mentais e melhora do rendimento de crianças na escola, com destaque aos grupos formados por essas últimas e mulheres (EVANS, 2011). Pessatti (2015) reitera essa informação ao tratar sobre um outro trabalho europeu cujos resultados revelam que, sobretudo mulheres, têm sua saúde mental afetada pela presença de patologias.

⁷ MARICATO et al. F. Crise Urbana, produção do habitat e doença. In Meio Ambiente e saúde: o desafio das metrópoles. Saldiva ET AL. São Paulo. Editora Geralda Privatti, 2010 pp. 48-65.

PASTERNAK, S.; LEME, M.C. De vila a metrópole. In Meio Ambiente e saúde: o desafio das metrópoles. Saldiva et al (org.). São Paulo. Editora Geralda Privatti, 2010 pp. 24-45

⁸ (CHAPIN, F.S. Some housing factors related to mental hygiene. American Journal of Public Health, New York, v.41, p.839-945, 1951)

⁹ CHOMBART DE LAUWE, P. H. et al. Famille et habitation. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), 1967. 2v.

Não somente isso, a mesma autora, ainda sobre o assunto, relaciona ruídos externos ao estresse. Pasternak (2016, p. 57) diz que “o ruído prejudica o repouso, relaxamento, leitura e sono” e “pode influir na aparição de transtornos cardiovasculares e psíquicos “. Somado a isso, outro aspecto importante de qualidade ambiental é a temperatura, uma vez que geram desconfortos e também estão associados ao desenvolvimento de comorbidades cardiovasculares (RUDGE, 2011). Embora os trabalhos citados tenham sido realizados em contextos de climas distintos e salvo as diferenças em relação ao Brasil, demonstram de forma clara meios de interferência da acústica e temperatura ambiental no usuário do espaço.

Além disso, também é preciso considerar a ocorrência de acidentes domésticos e a sua relação com aspectos da edificação. Dados do Ministério da Saúde apontam que, em 2015, 2441 crianças de até 14 anos morreram após ocorrências em casa (BRASIL, 2020). Um artigo publicado por Lima et al. (2008) aponta, por exemplo, quedas, choques elétricos e intoxicações como algumas das principais causas de mortes de crianças de 1 a 4 anos em Fortaleza/CE. Destaca-se que através de soluções construtivas como evitar a exposição da fiação elétrica, melhor definição de layout e organização interna, como evitar alocar móveis próximos a janela ou armazenar produtos tóxicos em locais fora do alcance dos pequenos (BRASIL, 2020) é possível evitar alguns desses problemas.

Ainda que o foco desta análise seja o interior residencial, concorda-se com Pessatti (2015) ao entender que este seja um dentre vários outros fatores determinantes da qualidade de vida, bem estar e dignidade humana (como inserção urbana e direito à cidade, que serão tratados posteriormente) não podendo ser tratada como causa direta e única de exclusões sociais e impactos pessoais. Entretanto, entende-se que as informações apresentadas revelam a importância da compreensão dos princípios escolhidos a serem estudados neste capítulo e entendidos como mínimos para a produção de um espaço interno de qualidade, de forma a embasar a análise do espaço gerado pela autoconstrução no último capítulo deste trabalho, bem como possibilitar o cumprimento de seu objetivo geral. São eles: conforto ambiental; ergonomia e conforto espacial; aspectos construtivos e patologias.

Tal colocação estaria alinhada com os dizeres de Bonduki (2001) e alguns de seus conceitos utilizados como parâmetros para análise de edificações. Dentre eles, a Habitabilidade Urbana e da Unidade Habitacional. O primeiro, se refere ao contexto urbano de inserção, considerando aspectos de saneamento, infraestrutura, acessibilidade e inclusão, relacionados ao

pertencimento e direito à cidade, além de “patologias e problemas construtivos que podem se manifestar no conjunto do empreendimento” (BONDUKI, 2001, p.208). Já o segundo, visa o atendimento de critérios de conforto ambiental, segurança, salubridade, higiene, qualidade do ar e se relacionam com a “qualidade de vida e comodidade dos moradores, bem como na satisfação de suas “necessidades físicas, psicológicas e sociais” (BONDUKI, 2001 p.208).

Somado a isso, entre outras ideias do autor que também corroboram para a ideia apresentada, estão a construtibilidade, ligada a qualidade, viabilidade financeira e compatibilidade com as “práticas socioculturais locais ou regionais” com a infraestrutura, aspectos construtivos e mobiliários adotados, e a espacialidade, vinculada ao que o autor chama de “configuração físico-espacial”, onde se encontram acessibilidade e ergonomia (BONDUKI, 2001, p.208-209). Bonduki (2001) também reconhece a importância da opinião do próprio usuário, ainda que subjetiva e mutável. Tais conceitos se relacionam ainda, segundo Cohen (2004), a ideia de ambiência, que seria a imprescindibilidade de se estar confortável com tais aspectos, conforme explica no trecho abaixo.

Dessa forma um ambiente construído adequado à realidade brasileira deveria ser pensado no ato da sua escolha enquanto localização adequada para sua construção, através da percepção da topografia, clima, umidade, ventilação e insolação. Possibilidades para abastecimento d'água, esgotamento de resíduos e drenagem urbana. Como também, deveria ser pensado através da escolha de melhor forma e estética para o projeto arquitetônico que agrada ao usuário e permitiria desempenhar o comportamento adequado às suas necessidades e valores culturais, espaço com qualidade de ser habitável. (COHEN, 2004, p. 86)

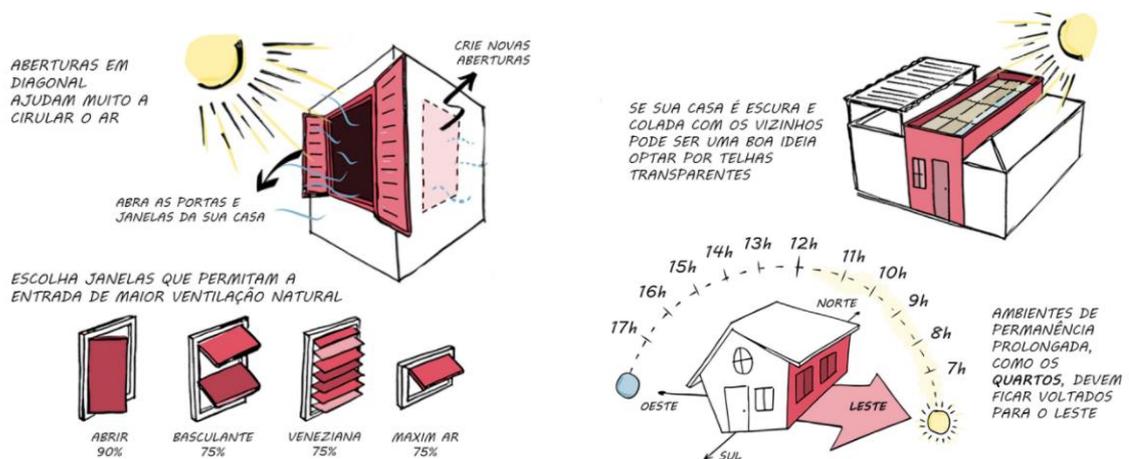
Ainda em uma analogia aos dizeres de Lobach (2001), a forma como a combinação dos elementos citados é feita, pensada ou não, com suas determinadas funções, qualidades, signos e valores distintos, pode fazer com que o objeto como um todo adquira funções simbólicas, importantes para o sujeito pessoal e socialmente. Isso se dá na medida em que este representa exteriorizações de si mesmo, civilidade e urbanidade, dentre outros dizeres de Maior e Storni (2008) já citados e considerando a sociedade capitalista em que se vive atualmente, onde o consumo é “uma das formas fundamentais de construção das identidades contemporâneas e dos processos de significação na sociedade capitalista” (MAIOR E STORNI 2008, p. 70).

2.1 Conforto Ambiental

Seguindo, portanto, pela análise dos princípios definidos acima, tem-se então o conforto ambiental a ser dividido em seus três âmbitos essenciais: térmico, acústico e lumínico (UGREEN, 2018). Destaca-se que são considerados também critérios de avaliação de desempenho da edificação, segundo a NBR 15575 (ABNT, 2010) e, segundo Mascaró (1985), influenciam no consumo energético da edificação, proporcionando economia financeira ao usuário.

O primeiro está relacionado a temperatura, umidade, radiação e ventilação do ambiente, bem como a forma como o usuário interage com estas características (BRASIL, 1995). A busca pelo conforto térmico é delineada por Stouhi (2019, n.p) "trata-se da criação de sistemas construtivos adaptados ao ambiente local e às funções do espaço, cooperativamente". Dessa forma, destaca-se a importância da escolha de materiais e revestimentos adequados; cores; coberturas; altura da edificação; vegetação; distribuição; dimensionamento das aberturas e orientação solar (MASCARÓ, 1985; STOUHI, 2019; FERREIRA et. al, 2014), como exemplificam as ilustrações abaixo (FIG. 1). Segundo os autores, tais fatores estão relacionados diretamente com os conceitos da física sobre o calor, como inércia e condutividade térmica, convecção, radiação, reflexão etc e também são determinantes do conforto lumínico.

Figura 1: Soluções para melhoria da insolação e ventilação natural em residências



Fonte: Modificado de Queiroz e Carvalho/Arquitetas Nômades (2020).

Este, é associado a distribuição, variação, quantidade e fonte de luz dentro de um ambiente (UGREEN, 2019). Pode ser, portanto, natural, quando se aproveita a iluminação solar em uma estratégia passiva e dessa forma, aumenta-se o desempenho energético e térmico da edificação,

além de prover saúde e bem estar aos usuários; ou artificial, com auxílio de lâmpadas que devem “proporcionar condições internas satisfatórias para ocupação dos recintos e circulação nos ambientes com conforto e segurança” (ABNT, 2010, p.21; FERREIRA et. al, 2014) e segundo Mascaró (1985), deve ser utilizada apenas como complemento à primeira.

Já o conforto acústico, de acordo com Souza (2021, n.p) pode depender de uma boa absorção sonora, de um eficiente isolamento acústico, ou de ambos simultaneamente”. De acordo com o autor, enquanto o primeiro se baseia na captação do som pelo ambiente, o que evita ecos e reduz a propagação, o segundo se dá com a intenção de barrar tal característica do som, seja de fora para dentro ou de dentro para fora. Ambas as técnicas devem ser combinadas de acordo com o objetivo final para o usuário, através da escolha de materiais a serem utilizados e seu posicionamento correto, afastamentos da edificação, arranjos das portas e janelas de modo a distanciá-los das fontes de ruídos, por exemplo. (KOENIGSBERGER, 1974; SOUZA, 2021).

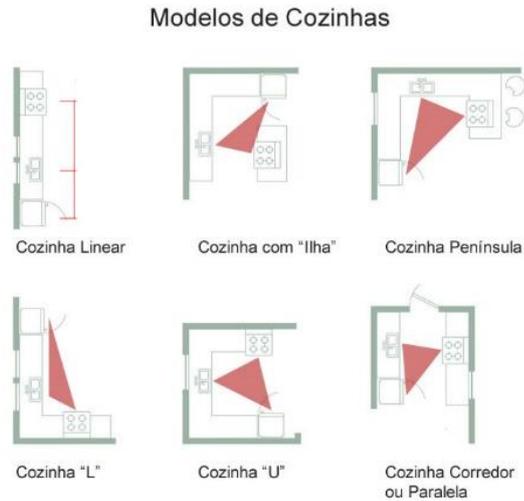
2.2 Ergonomia e Conforto Espacial

Segundo Iida (2005, p.2) ergonomia é definida, em síntese, como “o estudo da adaptação do trabalho ao homem”. Nesse sentido, segundo o autor, possui um amplo e abrangente campo de atuação, se dividindo entre características físicas, cognitivas e organizacionais, sempre com enfoque em proporcionar condições para que uma atividade produtiva possa ser realizada de com bom desempenho e de modo não prejudicial à saúde humana. Assim, será trabalhada a ergonomia física, que se baseia em estudos anatômicos e antropométricos para adequar o espaço ao seu usuário, considerando “sua postura, manuseio de materiais, movimentos repetitivos” etc, como também disse Iida (2005, p.3).

Segundo Paiva (2012, p.33) em concordância com o que foi dito anteriormente, é preciso prover ambientes com medidas necessárias para movimentação e conforto de forma a proporcionar “bem-estar e eficiência”. Tais escalas, portanto, são parametrizadas pelo corpo humano, como “altura e largura, a altura da linha dos olhos, o alcance de seus braços, etc”, como exemplificou Gurgel (2013, p. 47). A autora demonstra ainda, que desse modo é possível dimensionar espaços de circulação, tamanhos de cômodos; mobiliários, as distâncias entre eles, suas aberturas e proporção com o ambiente; a altura da mesa de trabalho, a distância vertical entre o piso e a bancada e desta para os armários na cozinha ou ainda, o posicionamento dos eletrodomésticos

como mostra o desenho abaixo (FIG. 2), que são alguns dos exemplos práticos nesse âmbito (GURGEL, 2013).

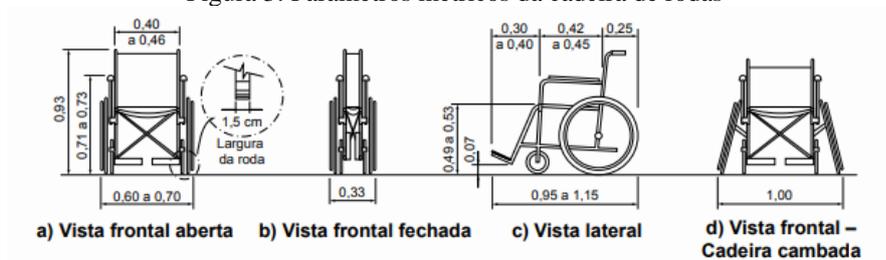
Figura 2: Diagrama de posicionamentos dos eletrodomésticos na cozinha



Fonte: Livia Marinho/Ideias em Casa (2020)¹⁰

Segundo a NBR 9050 (ABNT, 2020) e considerando a diversidade de corpos e estaturas, esses parâmetros são definidos com base nas “medidas entre 5% a 95% da população brasileira, ou seja, os extremos correspondentes a mulheres de baixa estatura e homens de estatura elevada”, como também citou Paiva (2012). Não somente isso, e assim como Gurgel (2013) destaca, considera-se também aquelas pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida (FIG.3), visando a acessibilidade universal¹¹ do espaço. Nestes casos, além da adequação de todos aqueles exemplos citados por Gurgel (2013), destacam-se também as regras para escadas e rampas.

Figura 3: Parâmetros métricos da cadeira de rodas



Fonte: ABNT, NBR9050 (2020)

¹⁰ Disponível em: <<https://www.ideiasemcasa.com.br/modelos-de-cozinha-qual-e-a-ideal/>> Acesso em: 29 set. 2021

¹¹ A mesma norma define acessibilidade como “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia”, aplicável em espaços físicos diversos, transportes e meios de comunicação (ABNT, 2020)

2.3 Aspectos construtivos e patologias

Cassar (2018) afirma que a alvenaria tradicional é ainda muito utilizada por não demandar grandes qualificações da mão de obra, ferramentas simples, estrutura em concreto, vedação em tijolos cerâmicos ou de cimento não estrutural. Nesse sentido, a construção é formada pela junção de diversas etapas em áreas distintas (CASSAR, 2018) e que, ainda que se tratem de aspectos mais amplos da edificação, influenciam diretamente na qualidade do espaço interno.

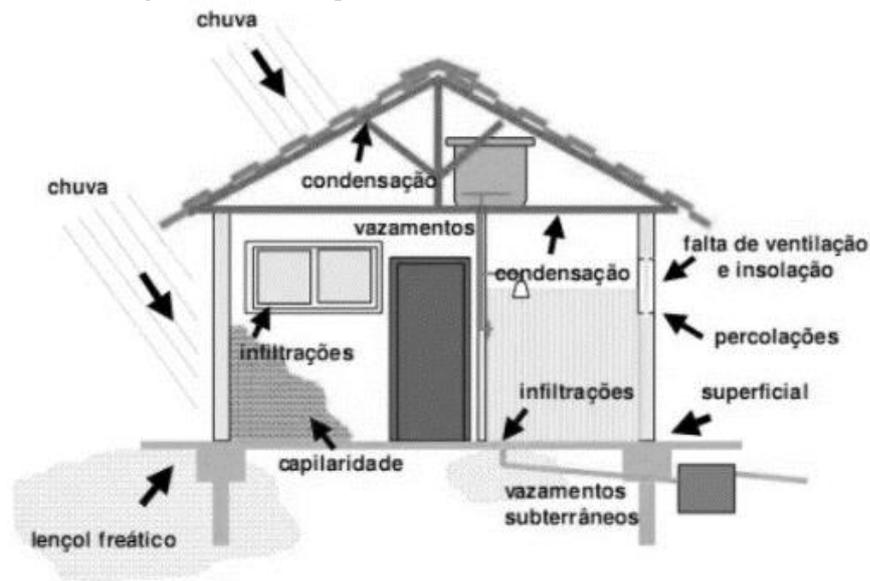
Se dividem resumidamente, em: estrutura, incluindo fundações, lajes, vergas e contravergas, pilares e vigas, conformando o conjunto responsável pela sustentação da edificação e combinados de formas distintas; alvenaria de vedação, que divide as áreas internas e as separa das externas, com função de proteção; esquadrias, para fechamento das aberturas; coberturas, também necessárias para proteção, cujos formatos, inclinações e estruturas variam de acordo com o material escolhido e volume da edificação; instalações hidrossanitárias, que abrange todo sistema de distribuição de águas, esgotamento sanitário e drenagem; instalações elétricas, responsáveis pela distribuição de energia elétrica pela edificação; forro, utilizado para proteção térmica e acústica, além de influenciar na estética; impermeabilização, revestimentos e acabamentos, nas suas mais diversas opções e processos de aplicação, são utilizados para proteger estruturas, vedações e pisos do contato direto com água e umidade, além de facilitar a limpeza e possuírem caráter estético (CASSAR, 2018; OLIVEIRA, 2012; AZEREDO, 1987; LARA, 2012; LIMA, 2015)

Todo este conjunto também é determinante para o desempenho da edificação conforme a NBR 15575 (ABNT, 2010) já citada, devendo seguir diversas outras normas ou instruções de execução e instalação. A forma como estas serão feitas podem resultar em diversos problemas habitacionais, campo de estudo da patologia, cuja definição é dada por Lima (2015, p.11) como “a ciência que estuda as causas, mecanismos de ocorrência, manifestações e consequências dos erros nas construções civis ou nas situações em que a edificação não apresenta um desempenho mínimo preestabelecido pelo usuário”.

Desse modo, Lima (2015) e Andrade (2016) exemplificam algumas questões comuns que demonstram a relação entre aspectos citados acima e destes com a qualidade habitacional ou habitabilidade e construtibilidade, como definiu Bonduki (2001). Destacam que podem ter sido originados em diferentes etapas da construção ou da ausência de manutenção preventiva. Dentre

tais exemplos estão a formação de fissuras, trincas e rachaduras nas paredes, que podem acontecer devido a problemas na estrutura, fundação ou movimentação térmica dos materiais e a umidade, ainda mais comum, que provoca manchas, bolores, descolamentos e cujas causas podem ser diversas, como problemas na cobertura, vazamentos ou inadequações nas instalações hidráulicas, infiltrações por ausência de impermeabilizações, má distribuição ou inadequação das esquadrias, etc, como ilustrado abaixo (FIG. 4).

Figura 4: Fontes de problemas com umidades em residências



Fonte: Modificado pela autora de Andrade (2016)

O quadro 1 une as relações diretas entre o indivíduo e sua casa, como tratado anteriormente neste e os aspectos construtivos trabalhados nos subtópicos anteriores, tornando mais fácil a associação entre os resultados práticos das pesquisas aqui citadas e a forma como estes podem ser pensados durante a concepção da edificação, que será de grande valia para a análise dos estudos de caso presentes no capítulo 5 desse trabalho.

Quadro 1 – Síntese alguns dos princípios relacionados a produção do espaço interno

QUALIDADE AMBIENTAL X BEM ESTAR E SAÚDE

Cada elemento que constitui o espaço tem um objetivo sobre o usuário, alterando sua relação com o espaço. Nesse contexto, se destaca a associação entre qualidade ambiental, bem estar e saúde. Percebe-se principalmente algumas conexões mais comuns, como doenças respiratórias, excesso de umidade e mofo; transmissividade de doenças e ausência de ventilação, iluminação natural e condições de higiene; saúde mental, organização, adequação do layout e ruídos sonoros; doenças cardiovasculares e temperatura; acidentes domésticos e precariedade de instalações. Por isso, foram escolhidos alguns princípios a serem aprofundados, mesmo considerando que não são os únicos fatores determinantes da qualidade de vida e dignidade humana, concordando com Bonduki (2001), ao determinar o conceito de Habitabilidade, que também inclui fatores urbanos como forma de analisar edificações ou ainda, como Cohen (2004) definiu ambiência, como a imprescindibilidade de o usuário se sentir confortável com tais aspectos. A combinação desses elementos confere funções simbólicas a casa, importantes para o sujeito pessoal e socialmente. (LOBACH, 2001; COHEN, 2004; WHO, 1961 apud PESSATTI, 2015; PESSATTI, 2015; PASTERNAK, 2016; RUDGE, 2011; LIMA et al, 2008; MAIOR E STORNI, 2008)

TÓPICOS		CONCEITOS
CONFORTO AMBIENTAL	TÉRMICO	Relacionado a temperatura, umidade, radiação e ventilação, bem como a adequação da edificação ao local onde está inserida, que influencia por exemplo no dimensionamento das aberturas, orientação solar, escolha de materiais, cores, coberturas, altura da edificação e vegetação (MASCARÓ, 1985; STOUHI, 2019; FERREIRA et. al, 2014).
	LUMÍNICO	Diretamente influenciado pelos mesmos fatores do conforto térmico, trata da distribuição, variação, quantidade e fonte de luz dentro de um ambiente; podendo ser natural, em estratégias passivas, ou artificial, com auxílio de lâmpadas como complemento à iluminação natural (UGREEN, 2019; ABNT, 2010, p.21; FERREIRA et. al, 2014; MASCARÓ, 1985).
	ACÚSTICO	Relacionado aos ruídos e qualidade interna do som, controlados por estratégias de absorção, que se baseia na captação do som pelo ambiente ou isolamento, com intenção de barrar sua propagação. Se dão através da escolha e posicionamento de materiais específicos, afastamentos da edificação e arranjos de aberturas (KOENIGSBERGER, 1974; SOUZA, 2021).
ERGONOMIA E CONFORTO ESPACIAL	-	Ligados a adequação do ambiente segundo a anatomia humana e o usuário, refletindo por exemplo nos espaços de circulação, tamanho dos cômodos e mobiliários, altura de bancadas, armários, posicionamento dos eletrodomésticos na cozinha etc. Necessários para a realização de tarefas de forma saudável e também relacionados a acessibilidade universal. (IIDA, 2005; PAIVA, 2012; GURGEL, 2013; ABNT, 2020)
ASPECTOS CONSTRUTIVOS E PATOLOGIAS	-	Sendo a alvenaria tradicional o método construtivo mais empregado no Brasil, tais aspectos são relativos a forma como todo o conjunto da edificação é construído, considerando os materiais escolhidos, o cumprimento das normas e unindo as diversas etapas da construção (estrutura, vedação, esquadrias, coberturas, instalações hidrossanitárias e elétricas, forros, revestimentos e acabamentos) de modo que pode ou não resultar em uma habitação saudável, com ou sem patologias (CASSAR, 2018; OLIVEIRA, 2012; AZEREDO, 1987; LARA, 2012; LIMA, 2015; ANDRADE, 2016).

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base no modelo utilizado por Souza (2017)

3 A PRÁTICA DA AUTOCONSTRUÇÃO E A AUTONOMIA DO SUJEITO

Entendido, portanto, alguns dos princípios relacionados à produção do espaço interno e sua importância para a melhora qualitativa do morar, faz-se necessário compreender como se aplicam no objeto de estudo do presente trabalho, a autoconstrução.

Segundo Souza (2017) e Lamounier (2017), dentro do processo de autoconstrução existem práticas que se diferenciam entre si e são nomeadas de formas distintas. Destacam-se duas delas: autoprodução e autoajuda. Kapp, Nogueira e Baltazar (2009) trabalham com o conceito de autoprodução, definindo-o como aquele em que, em uma construção para uso próprio, o sujeito é responsável por todas as decisões e recursos, mas a mão de obra pode ser terceirizada. Na forma de autoajuda, popularmente chamada de mutirão, a execução é feita coletivamente, normalmente com familiares e amigos (SOUZA, 2017) em que Maricato (1982) critica aspectos normalmente romantizados, como a solidariedade.

No presente estudo, destaca-se que foi adotado o conceito de autoconstrução explicitado por Souza (2017) que como a própria autora diz, estão de acordo com Nascimento (2011) e Maricato (1982): processo de construção ou modificação, sem assistência técnica, prioritariamente para uso familiar, em que este grupo é responsável por todas as decisões tanto “projetuais” quanto no canteiro de obras, “definindo materiais de construção, arranjo funcional, acabamentos e até a mão-de-obra a ser empregada, podendo esta ser dos próprios moradores, pessoas conhecidas ou de profissionais liberais” (SOUZA, 2017, p. 39), englobando os termos citados anteriormente em uma concepção única.

Conforme dito anteriormente, Nascimento (2011, p. 2-4) ao explorar pesquisas quantitativas acerca do assunto, principalmente as de autoria da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT, 2005)¹²; Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO, 2008)¹³ e Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (MDIC/EPUSP, 2003)¹⁴ expõe a expressiva realidade da autoconstrução no Brasil. A autora afirma que, respectivamente às fontes citadas, 77% das construções e reformas no país

¹² ABRAMAT. Abrammat quer a desoneração dos materiais de construção para a habitação popular. Abrammat, 2005.

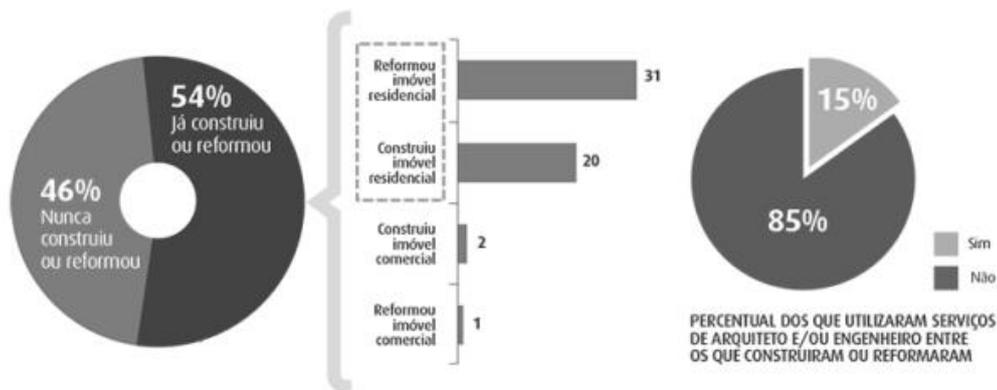
¹³ ANAMACO. Pesquisa Anamaco/Latinpanel. 2008

¹⁴ MDIC/EPUSP. O Futuro da Construção Civil no Brasil: Resultados de um Estudo de Prospecção Tecnológica da Cadeia Produtiva da Construção Habitacional. São Paulo

são realizadas segundo a prática em questão, compondo um total de 84% das vendas dos materiais de construções; bem como do total de 77% das pessoas em amostra que possuem demandas para realização de obras, 82% pertencem às classes D e E; e conseqüentemente, o fluxo financeiro gerado pela construção civil aponta a ligação direta das classes mais baixas à autoconstrução.

Além disso, segundo outra pesquisa, desta vez realizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) junto ao Instituto Datafolha (CAU/BR/DATAFOLHA 2015), 54% da população classificada como economicamente ativa já construiu ou reformou imóveis residenciais, sendo que 85% desse número não contou com assistência técnica (FIG. 5). Além disso, o mesmo estudo revela que a contratação desse serviço se relaciona também à escolaridade e renda, estando nas classes AB a maior porcentagem e destaca-se a relação entre a classe C e a indicação de arquitetos pela prefeitura principalmente na região sudeste e por exigências legais.¹⁵

Figura 5: Dados da Autoconstrução no Brasil



Fonte: Lamounier (2017) adaptado de CAU/BR/Datafolha (2015)

Tais dados revelam que a autoconstrução está diretamente ligada às classes mais baixas, sendo, segundo Maricato (1982, p. 73), o meio por onde o proletariado” resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos e parentes, ou com a própria força de trabalho”. Nascimento (2015, p. 21) afirma que a prática é significativa no que tange ao acesso à moradia “não mercantilizada”, a propriedade e

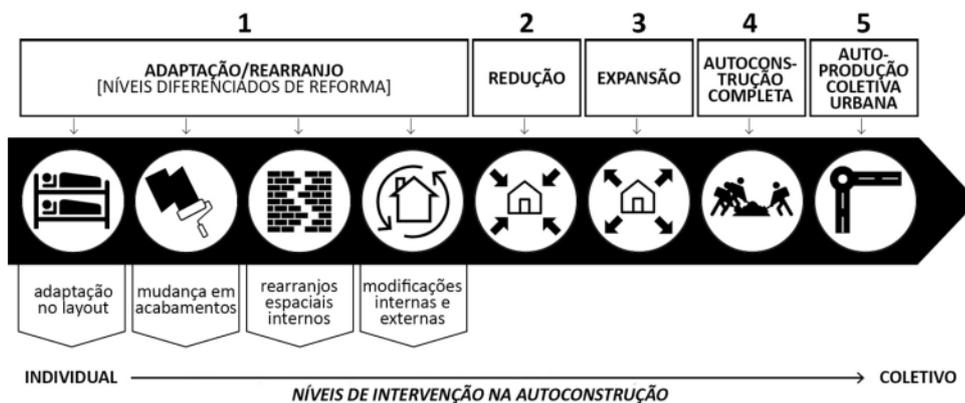
¹⁵ É importante ressaltar que se adota como referência para a distinção de classes sociais, parâmetros relacionados a de renda mensal familiar, conforme exposto pela Fundação Getúlio Vargas em 2014: a classe E corresponde a rendimentos de até R\$ 1254,00; a classe D, entre R\$1255,00 e R\$2004,00; classe C, R\$2005,00 e R\$8640,00; classe B, R\$8641,00 e R\$11261,00; enquanto a classe A está ligada a rendas superiores a R\$11262,00.

estabilidade, o que se relaciona diretamente com as ideias de Maricato (1982) a respeito da lógica capitalista e cumulativa da produção urbana.

Entre nós, entretanto, se o salário não cobre os custos da habitação de acordo com as leis do mercado imobiliário privado e se as políticas oficiais estatais dirigem seus investimentos ou sua produção para as camadas restritas da sociedade que tem poder aquisitivo mais alto, a população trabalhadora é obrigada a apelar para seus próprios recursos para suprir essas necessidades de habitação, repetindo tradicionais hábitos rurais. (MARICATO, 1982, p. 76)

Segundo Maricato (1982), então, a mercantilização urbana mediante a especulação imobiliária e os investimentos selecionados, problemas urbanos e políticos a serem destrinchados no próximo tópico, fazem com que a parcela populacional menos afortunada seja responsável não só pela autoconstrução de suas casas, mas também de parte das cidades, na medida em que desamparadas pelo poder público se veem obrigadas a suprir suas próprias necessidades dentro de suas condições. Criam-se assim sua própria infraestrutura sanitária, de poços e fossas, e viárias, de acessos e pontes, por exemplo, ou também construindo instituições religiosas ou educacionais, por exemplo (MARICATO, 1982). Lamounier (2017) resume essas diversas escalas da autoconstrução em um diagrama (FIG. 6), que parte desde alterações simples e individualizadas, até construções coletivas complexas, conforme cita Maricato (1982).

Figura 6: Diagrama dos níveis de intervenção na autoconstrução



Fonte: Lamounier (2017)

A autora aponta a semelhança dessa realidade com o meio rural, com a distinção que neste, isso se dá por subsistência, enquanto no contexto urbano, tem-se pessoas economicamente ativas e imersas na mesma lógica “urbana, industrial e capitalista”, onde apenas não é interessante ao Estado proporcionar tal investimento pois “essa classe não constitui demanda econômica para

pagar por esses bens e serviços” (MARICATO, 1982, p.74) e pode ter sua força de trabalho explorada.

Somado a isso, os mesmos números apresentados destacam o distanciamento entre a arquitetura e tal público, reforçando o que foi exposto anteriormente através dos dizeres de Maior; Storni (2008) e Nogueira (2013), a respeito deste serviço sempre ter sido privilégio das classes mais altas e incorporado simbolismos sociais. Entretanto, também é possível entender que, embora muito relacionada, a autoconstrução não pode ser encarada como uma prática restrita às classes mais baixas uma vez que engloba boa parte das construções no país e, portanto, a ausência de assistência técnica nessa realidade se revela em um contexto mais complexo do que apenas a ausência de recursos para custeamento do serviço profissional (TIBO, LINHARES, NASCIMENTO, 2018), como exposto acima.

Da mesma forma, Nascimento (2011, p.5) expõe que, pelo mesmo motivo, aspectos referentes à qualidade habitacional e a não regularização não podem ser somente “resultados diretos da falta de acesso à legislação ou conhecimento técnico”. Maricato (1982, p. 91) afirma que condições como superlotação e “coabitação familiar”, insalubridade e qualidade ambiental precária são reconhecidas oficialmente como comuns em autoconstruções, em exemplificação aos tais aspectos a que se refere Nascimento (2011).

Sobre isso, ao estudar a autoconstrução em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte/MG, Nascimento (2011) aponta que as informações e instruções são transmitidas entre sujeitos em suas próprias relações sociais, principalmente considerando um contexto de ajuda mútua, proximidade com a mão de obra e varejo da construção civil, se tratando de uma construção coletiva e exercício da memória de sujeitos imersos em tal meio. Por isso, afirma ainda que há uma base técnica no sentido dos saberes construtivos, além de faculdades críticas para escolhas e tomadas de decisões relacionadas inclusive a financiamentos. Apesar de que, em contrapartida a essa ideia, Nogueira (2013) defende que ainda há uma carência geral de tal conhecimento que corrobora para a dificuldade em resolver questões próprias da arquitetura e para a comum existência de problemas nessas construções.

Diante de toda essa investigação, valida-se a ideia de Tibo, Linhares e Nascimento (2018), onde reconhecem as diversas especificidades e contextos que englobam os autoconstrutores, à medida que se faz necessário um estudo mais aprofundado desta prática para que não se

cheguem em conclusões generalistas e se reconheça de fato esses sujeitos. Percebe-se, desse modo, que a simples relação entre renda, falta de assistência técnica e precariedade podem não bastar para entender a autoconstrução de fato, embora sejam parte dela. Com isso, as autoras traçam uma estratégia baseada em princípios do discurso para atingir tal objetivo, conforme o trecho abaixo.

Para isso, as linhas de análise da autoconstrução são propostas para que se possa extrapolar a renda para além das questões inerentes à produção das cidades e suas relações socioespaciais que a consolidam. Nesse sentido, o não acesso ao serviço técnico ou a não necessidade de sua contratação vinculam-se à linha de análise do território, como também à cultura e às práticas construtivas, além da renda. (TIBO, LINHARES, NASCIMENTO, 2018, p. 3)

Assim sendo, ao proporem o que chamam de “linhas de análise” baseada em tópicos pertinentes ao contexto da autoconstrução, as autoras norteiam um estudo mais aprofundado. Entende-se, portanto, a autoconstrução não apenas como a definição apresentada anteriormente, mas sim como uma sequência de processos que são condicionados a alguns fatores pré-existentes relacionados a “cidade capitalista” (TIBO, LINHARES, NASCIMENTO, 2018, p. 4) e que serão seguidos no presente trabalho, com alguns acréscimos e alterações: território, tempo, renda, práticas construtivas, cultura e autonomia.

3.1 Território

Como citado anteriormente, a autoconstrução também é praticada entre outros grupos sociais, que não as classes baixas (TIBO, LINHARES, NASCIMENTO, 2018). Entretanto, tendo essas como foco do presente trabalho e conforme Nascimento (2015), percebe-se que esse tópico se divide em três vertentes diferentes entre si pela estabilidade social, política, econômica e construtiva a depender da propriedade do terreno. Com isso, entende-se que o território aqui estudado influencia diretamente os outros subtópicos analisados. São os loteamentos periféricos, as vilas e favelas, e as ocupações que, como diz Maricato (1982), são áreas diretamente afetadas pela especulação imobiliária. Destaca-se que o foco do trabalho se dá nos dois primeiros, devido ao recorte escolhido, as complexidades particulares das ocupações e a maior aplicabilidade do tema em um primeiro momento.

No caso dos loteamentos periféricos, Nascimento (2015) afirma haver a compra do lote (de forma legal ou não) o que proporciona segurança não só para a construção, mas para que seja possível a cobrança aos órgãos públicos pela instalação de infraestruturas básicas de serviços,

equipamentos e acesso à cidade, com certa consciência política portanto. A autoconstrução se torna uma opção em detrimento do aluguel e do subsídio do Estado e se desenvolve ao longo prazo, com maiores possibilidades no que tange às escolhas construtivas (NASCIMENTO, 2015).

Enquanto isso, ainda de acordo com Nascimento (2015), no caso das vilas e favelas os terrenos se localizam em áreas centralizadas residuais perante o mercado e são ocupadas espontaneamente, por aquisição informal ou ocupação, de forma autoconstruída, perante a procura de localizações próximas ou de fácil acesso ao trabalho. São áreas negligenciadas pelo Estado, onde não há tanta seguridade da posse e garantia de acesso à infraestrutura pública citada acima, embora, segundo a autora, sejam parte reconhecida da urbanização brasileira e “continuamente transformadas por questionáveis processos de urbanização conduzidos pelo Estado” (NASCIMENTO, 2015, p. 21).

Já no caso das ocupações urbanas, há uma iminente luta política e conflituosa por moradia que se dá pela apropriação de terrenos. Ainda segundo os dizeres de Nascimento (2015), a urgência em se erguer a moradia visando a consolidação do assentamento, dá origem a construções frágeis, improvisadas e repletas de problemas patológicos que só vão se consolidar ao longo do tempo. Tem-se um processo prioritariamente ligado à sobrevivência imediata (NASCIMENTO, 2015).

3.2 Tempo, renda e técnicas construtivas

Embora sejam tópicos distintos, tempo, renda e técnicas construtivas estão extremamente relacionados e dependentes entre si quando se trata da autoconstrução. Segundo Tibo, Linhares e Nascimento (2018, p. 10) o tempo é um grande influenciador das decisões nesse âmbito, pois se dá em “resposta à urgência, à sobrevivência ou à indeterminação sobre o futuro” como no caso das ocupações urbanas, a necessária rapidez em que as casas precisam ser erguidas resultam em um produto mais precário, segundo o exposto acima em referência a Nascimento (2015), não podendo ser consideradas ações a longo prazo, onde os recursos e as opções se ampliam, a exemplo das construções em loteamentos periféricos. Assim como é característico dessa prática, além das necessidades próximas, também se tomam decisões cogitando a mudança da família e dos usos após o passar dos anos, em uma demanda por funcionalidade contínua (NASCIMENTO, 2015).

Os processos decisórios sobre a moradia autoconstruída são realizados no tempo real dos moradores, e que não é o tempo da arquitetura, do planejamento, do urbanismo, da engenharia ou da ciência. É, por outro lado, o tempo político que acolhe forças contrárias às práticas e procedimentos da corporação Estado-Capital baseadas na liberdade de criação a partir da realidade que se quer modificar (TIBO, LINHARES, NASCIMENTO, 2018).

Percebe-se, portanto, com esse trecho, como a lógica da autoconstrução acaba por contrapor o tempo imediatista do capitalismo, mas não por oposição em uma atitude proposital, mas sim devido a um possível não enquadramento nessa lógica. Nascimento (2011, p. 7) afirma que “a autoconstrução se vincula à maneira em que as práticas sociais próprias do cotidiano, da realidade social e financeira se estabelecem”, sendo que muitas vezes os recursos financeiros só são passíveis de serem empregados para esse fim a longo prazo.

Maricato (1982, p. 86) afirma que esse dinheiro empregado “é proveniente dos ganhos extras mensais como das férias, do 13º salário, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e em grande parte do sacrifício que a família fez de economizar”. De acordo com Tibo, Linhares e Nascimento (2018) não há um planejamento de gastos a longo prazo, sendo despendidos quando necessário para a obra continuar sendo executada. Além de ser um fator responsável também pelas opções do sujeito, viabilizando mais possibilidades em relação a insumos e técnicas construtivas ou na mão de obra a ser adotada (TIBO; LINHARES; NASCIMENTO, 2018).

Desse modo, essas são escolhas que podem influenciar, além da determinação do perfil do autoconstrutor, na qualidade do produto gerado, a depender da contratação de uma mão de obra ainda que informal, mais especializada e/ou do conhecimento prévio em técnicas construtivas e ainda, dos materiais empregados (TIBO, LINHARES, NASCIMENTO, 2018). Sendo importante destacar que a mão de obra familiar ou de amigos representa uma economia através da exploração do trabalho não remunerado para Maricato (1982) e cita Nascimento (2015).

Em um estudo a respeito dos loteamentos de trabalhadores em São Paulo, Maricato (1982) conclui que por vezes não há escolha possível para os materiais a serem empregados: precisam ser os mais baratos e disponíveis nos depósitos próximos, uma vez que o custo para entrega também se faz significativo. Além disso, precisam se adequar as formas construtivas tradicionais, únicas viáveis de serem realizadas e expondo um resultado praticamente padronizado entre as regiões metropolitanas (MARICATO, 1982).

3.3 Cultura

Villaça (1986, p.31) afirma que “o padrão habitacional ‘ótimo’ ou ‘certo’ ou ‘ideal’ é aquele que a classe trabalhadora acha que pode conquistar através do avanço possível dentro das condições políticas, sociais e econômicas em que se encontra”. A partir dessa colocação, considerando o que foi dito no subtópico acima, percebe-se que também é importante considerar o que norteia essa ideia em uma escala social, onde pode existir uma convicção do limite atingível dentro de uma determinada classe. Para isso, aborda-se brevemente o pensamento de Tibo, Linhares e Nascimento (2018) a respeito da cultura, ainda seguindo por suas linhas de análise citadas anteriormente.¹⁶

Ao estudar o que Marteleto (1995)¹⁷ e Bauman (2012)¹⁸ trabalham e entendem como cultura, que em síntese, seria a soma dos diversos hábitos, manifestações e convenções que podem ser mutáveis e aos quais identifica e representa um determinado grupo social, influenciando suas escolhas e crenças, as autoras desenvolvem uma reflexão que relaciona tal conceito e a prática da autoconstrução. Tibo, Linhares e Nascimento (2018, p. 14) apontam então que a prática construtiva em questão é embasada por “relações socioespaciais presentes na produção das cidades” que lhes confere vínculo identitário e conseqüentemente, sentimento de pertencimento àquele lugar social, político e espacial, conformando uma cultura que acaba por nortear escolhas e práticas.

Ao exemplificar as características das edificações junto a inexistência de assistência técnica próprias da autoconstrução como parte de tal cultura (TIBO, LINHARES, NASCIMENTO, 2018), ficam perceptíveis a relação desse tema tanto com o que expõe Maior e Storni (2008), a respeito do que tem se transformado a indústria da arquitetura de interiores, quanto Nogueira (2013), sobre a falha na forma atuação dos arquitetos junto ao público de baixa renda.

Maior e Storni (2008, p. 70), como já dito anteriormente, pontuam que, na sociedade pós moderna em que se vive, a indústria impõe a construção de ambientes baseados em ideais de conforto, bem estar e beleza inacessíveis e, conseqüentemente, distantes da realidade o suficiente para que continue pertencendo às classes mais altas, em um constante distanciamento

¹⁶ Destaca-se que assim como as autoras citadas, não se pretende aqui explorar e discutir amplamente o termo em si, apenas apresentar pontos de vista e sua relação com o contexto da autoconstrução.

¹⁷ BAUMAN, Z. Ensaios sobre o conceito de cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

¹⁸ MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, v.24, n.1, 1995

das demais, “como se o morar bem não fosse necessário a todos, mas apenas a um grupo privilegiado de pessoas”. Nessa realidade, Nogueira (2013, p. 62) afirma que “para o autoprodutor, o arquiteto, cujo trabalho é projetar mansões e grandes construções, ainda é o profissional das elites”, enquanto suas demandas são menores e mais simples, passíveis de serem solucionadas por sua própria rede social e profissionais informais. Percebe-se aqui, portanto, importantes aspectos que permeiam a cultura da autoconstrução e conseqüentemente as escolhas dos sujeitos.

3.4 Autonomia do sujeito

Ao abordar esse último assunto, Nogueira (2013) e Kapp (2008) afirmam haver uma incompatibilidade entre a forma tradicional de atuação do arquiteto e a prática da autoconstrução, sendo um dos motivos a diferença entre “quem decide e quem constrói os espaços” como simplifica Lamounier (2017). As autoras demonstram que há um distanciamento entre a forma heterônoma em que arquitetos produzem e a autônoma, mais próxima dos autoconstrutores. Kapp e Nascimento (2007) definem ambos os conceitos: o primeiro, se trata das produções formais e escaláveis, onde as decisões são tomadas por outras pessoas que não os usuários ou construtores do espaço, que pouco participam do processo, e a relação entre todos os agentes se dá com certa hierarquia, enquanto o segundo caracteriza o processo no qual essas partem diretamente dos usuários e construtores, em um trato horizontal, e abarca a categoria em questão, ainda que o termo também abrange o cumprimento de normas e leis que pode não se aplicar nesse caso.

Tal diferença parece ser simples em definição, mas implica toda uma mudança na lógica de atuação e produção formal da arquitetura para que ambas as coisas se conectem. É preciso abrir mão do excesso de formalidade, dos desenhos absolutamente técnicos, dos conceitos projetuais e do distanciamento da obra, que acontece desde a formação acadêmica, partindo para um processo de construção conjunta (KAPP, 2008; NOGUEIRA, 2010- 2013; KAPP, NOGUEIRA, BALTAZAR, 2009). É preciso considerar que, seguindo a ideia de Ferro (2006), o desenho de arquitetura, bem como o exercício da profissão atual, com a detenção do saber e hierarquia, reproduz uma lógica de produção mercadológica e capitalista no canteiro, o que pouco se relacionaria com a prática da autoconstrução como estudada neste trabalho.

Tal atitude implica em reconhecer o que Nascimento (2015, p.22) cita como uma das características da autoconstrução encontrada independentemente do território em que se instala: “à capacidade dos moradores decidirem autonomamente sobre o espaço, muito além do mero atendimento aos seus desejos”. Por isso, neste subtópico trata-se da autonomia do sujeito, importante conceito dentro da autoconstrução.

Na sua acepção mais ampla, autonomia refere-se à capacidade do sujeito de imprimir orientação às suas ações, por si mesmo, e com independência [...] estendendo-se também à subjetividade humana [...] na modernidade, individualidade e racionalidade aparecem intimamente relacionadas, de modo a permitirem a emancipação das formas tradicionais de autoridade. [...] Desse modo, fica fortalecida a ideia de autonomia como capacidade de autodeterminação, a ser pensada tanto como direito quanto luta pela autodeterminação contra forças heterônomas, em qualquer esfera da experiência social. (SANT’ANA, 2009 p. 467)

A perspectiva que Sant’Ana (2009) expõe se parece com as diversas faces de autonomia que se apresentam no universo em questão. Naquele primeiro conceito mais amplo, pode se relacionar com o que todos os autores estudados citam em um primeiro momento como o autoconstrutor no centro de todas as possibilidades de escolhas em relação a sua casa: a escolha do terreno, dos recursos, da mão de obra, dos materiais.

Somado a isso, tem-se o fato de que não configura em primeiro momento valor de troca, tem-se um valor de uso social, cujas orientações partem somente do sujeito, que é construtor, usuário e morador (LAMOUNIER, 2017). Entende-se que adquire assim o caráter subjetivo ao qual o trecho citado se refere, ainda que seja um processo intrínseco da autoconstrução e não uma finalidade (LAMOUNIER, 2017) ou como expressa Tibo, Linhares e Nascimento (2018, p.11), “as decisões na prática da autoconstrução não são tomadas para alcançar a materialidade física do objeto-casa, mas do processo-morar”.

Entretanto, pactua-se com Kapp (2008, p.233) quando afirma que “não se trata de romantizar tal produção, como se ela ainda fosse efetivamente livre. Pelo contrário, é evidente que ela se faz menos por opção do que por necessidade”, devendo lembrar que embora sejam decisões que partem do sujeito, estas são diretamente influenciadas pelos assuntos dos tópicos anteriores: território, tempo, renda, técnicas construtivas e cultura¹⁹.

¹⁹Motivo pelo qual o trabalho se desenvolve nesta ordem.

Entretanto, como a mesma autora diz, essa relação configura uma oposição à lógica econômica formal por não haver uma distinção entre o trabalho intelectual de quem detém o comando da produção e o braçal, de quem de fato produz. Tais dizeres fazem uma analogia direta ao que diz Sant’Ana (2009) acima, a respeito de que a autonomia também quer dizer libertar-se das autoridades e heteronomias tradicionais e no âmbito social.

Para Ferro (2006b, p. 232), embora discorde da autoconstrução, a considerando “um absurdo”, afirma que este seria um modo de o trabalhador se aproximar de sua própria mais-valia, conforme também entende Souza, (2017) e que vai de encontro aos dizeres de Kapp (2008). Ao fazer essa análise, que deixa claro se tratar de hipóteses, Sérgio Ferro (2006b) desenvolve uma crítica ao que defende o sociólogo Francisco de Oliveira e reitera Maricato (1982), que seria a prática da autoconstrução, em destaque para a forma de mutirão, uma superexploração da força de trabalho não remunerada.

Para finalizar tal análise, entende-se ser importante ainda expor as conclusões de Kapp e Nascimento (2007, p. 3) que favorecem do ponto de vista prático a autonomia do sujeito. Afirmam que a sua aplicação configuraria uma democracia real ao contrário do que seria a imposição de um modo de morar idealizado e executado por terceiros, como acontece nas produções de caráter heterônomo que não se adaptam às necessidades de todas as famílias e por isso, “apesar de todas as dificuldades, a autoprodução ainda gera soluções que atendem melhor à vida cotidiana e doméstica dos usuários”.

O Quadro 2 apresenta uma síntese dos subtópicos trabalhados nesse capítulo visando a simplificação das importantes informações levantadas e conseqüentemente, do entendimento do leitor.

Quadro 2 - Quadro síntese das “linhas de análise”²⁰ da autoconstrução e seus processos

TÓPICOS		CONCEITOS
TERRITÓRIO	LOTEAMENTOS PERIFÉRICOS	Localizados na periferia, possui segurança da posse e assim, direito de possuir infraestrutura pública e urbana; é uma opção em detrimento do aluguel e tem a construção prolongada, o que garante maiores possibilidades nas escolhas construtivas (NASCIMENTO, 2015)
	VILAS E FAVELAS	Localizados em áreas centrais residuais, ocupadas ou adquiridas informalmente, não possuindo garantia de posse e acesso a infraestrutura pública e urbana; são escolhidas pela necessidade de moradia de fácil acesso ao trabalho (NASCIMENTO, 2015).
	OCUPAÇÕES	Constitui um processo prioritariamente ligado a sobrevivência imediata e ao direito de moradia, constituído por lutas políticas e assentamentos frágeis a se consolidarem ao longo do tempo. (NASCIMENTO, 2015). Devido a tais complexidades, não se enquadra no foco deste trabalho.
TEMPO, RENDA E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS	TEMPO	Determinante da ampliação ou minimização das possibilidades de escolha, considerado nas demandas e modificações da família com o passar dos anos. Não se enquadra na lógica imediatista do capital, devendo sempre se adequar as realidades financeiras e sociais (TIBO, LINHARES, NASCIMENTO, 2018; NASCIMENTO, 2015)
	RENDA	As realidades citadas fazem com que muitas vezes os recursos para construção só possam ser empregados a longo prazo, expondo também uma relação com o tempo e também sendo determinantes das escolhas dos sujeitos. Advém de economias e ganhos extras da família (NASCIMENTO, 2015; 2011; MARICATO, 1982; TIBO; LINHARES; NASCIMENTO, 2018).
	TÉCNICAS CONSTRUTIVAS	Dentre as possibilidades de escolhas citadas, estão a mão de obra utilizada, contratada ou não, mais ou menos especializada e o material empregado, determinantes para o perfil do autoconstrutor e para a qualidade do produto final. Por vezes, precisam ser os mais baratos, de fácil acesso e tradicionais, expondo um resultado praticamente padronizado. (MARICATO, 1982; TIBO, LINHARES, NASCIMENTO, 2018; NASCIMENTO, 2015).
CULTURA	-	Norteia escolhas e práticas enquanto produto de manifestações sociais que geram vínculo identitário e sentimento de pertencimento ao lugar onde se é colocado. No caso da autoconstrução, se relaciona com a produção capitalista das cidades, com uma ideia de limite atingível dentro de uma determinada classe que é reforçada pelos padrões impostos pela indústria enquanto o serviço de arquitetura continua sendo direcionado para classes altas. (TIBO, LINHARES, NASCIMENTO, 2018; MAIOR, STORNI, 2008; NOGUEIRA, 2013)
AUTONOMIA DO SUJEITO	-	Incompatibilidade entre a tradicional atuação do arquiteto, baseada em hierarquias e detenção dos conhecimentos e decisões, e a prática da autoconstrução, distante da lógica mercadológica. É preciso reconhecer a capacidade e a autonomia dos sujeitos em relação a seu próprio processo de morar, o que representa uma libertação das relações capitalistas e uma democracia, a medida em que a autoconstrução atende mais assertivamente as demandas dos usuários do que as produções heterônomas impostas, ainda que tais escolhas sejam influencias dos tópicos anteriores. (KAPP, 2008; NOGUEIRA, 2010- 2013; KAPP, NOGUEIRA, BALTAZAR, 2009; NASCIMENTO, 2015; TIBO, LINHARES, NASCIMENTO, 2018; FERRO, 2006b; KAPP, NASCIMENTO, 2007)

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base no modelo utilizado por Souza (2017)

²⁰ Termo utilizado por Tibo, Linhares e Nascimento (2018)

4 BREVE HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE MORADIAS E AUTOCONSTRUÇÃO

Entende-se a partir da análise realizada e dos dizeres de Tibo, Linhares e Nascimento (2018, p. 5) que a prática autoconstrutiva, ainda que dada pelos moradores, é consequência direta de fatores externos que permeiam a produção da cidade e as ações políticas do Estado, configurando relações entre sociedade e espaço e como as autoras dizem, “em um determinado tempo histórico”. Por isso, assim como faz Souza (2017), explora-se um breve histórico geral da produção de moradias, com seus aspectos políticos, sociais e urbanos nas cidades do Brasil.

Em um primeiro momento, busca-se então uma descrição da forma como se originam os problemas habitacionais brasileiros e os loteamentos periféricos, as vilas e favelas citadas por Nascimento (2015) e lembradas acima, além de como se origina a prática da autoconstrução nos moldes em que foi explorada anteriormente. Tem como foco principalmente os processos urbanos e sociais buscando entender também como se chegou à realidade atual.

Em seguida, de forma bem mais sintetizada tem-se uma análise da evolução das principais políticas públicas e das iniciativas em moradia, passando pela importante Lei da Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social, até os dias de hoje. Objetiva-se aqui entender as mais significativas ações do Estado também no que tange a tentativa de resolução ou amenização dos problemas habitacionais. Ao final do capítulo, foi elaborado um diagrama (FIG. 11) que apresenta esquematicamente as informações aqui apresentadas.

4.1 Criação dos territórios autoconstruídos

Souza (2017, p. 39) cita o estabelecimento da propriedade privada através da chamada Lei de Terras, em 1850, como “importante marco para a configuração do espaço urbano brasileiro”. A obrigatoriedade do acesso à terra apenas por meio da comercialização, a transforma em mercadoria e, segundo Villaça (1986), se configura como problemática central do déficit habitacional no capitalismo. Isso se dá devido às próprias relações desse sistema que é pautado em uma manutenção contínua da escassez, concorrência e desigualdade, não sendo capaz de prover as mesmas estruturas para toda a população, que deveriam ser base de reprodução e crescimento, o que se agrava mais ainda no caso da habitação (VILLAÇA, 1986).

O mesmo autor destaca ainda como causa desse processo, principalmente, a vinculação da habitação ao território, que, principalmente, dificulta a produção em massa e encarece o produto final pelo custo da terra, o que colabora para a periferização. Villaça (1986) cita ainda a relação destas questões com a dificuldade de se gerar habitação popular neste sistema da forma que é demonstrado no decorrer deste tópico.

Segundo Rolnik (2006), entre 1940 e 1980 a distribuição populacional se inverteu de forma acelerada, passando a concentrar seu maior contingente nas áreas urbanas, em um processo de urbanização excludente, como chama a autora. Trata-se de um período de agravamento dos problemas que já haviam se iniciado muito antes, dado o processo de industrialização e o intenso êxodo rural, conforme dizem Maricato (1982), Villaça (1986) e Souza (2017). O grande crescimento das cidades veio acompanhado da disputa por territórios e a imensa procura por habitação, que intensifica o mercado à medida que possuir um imóvel se torna um investimento altamente lucrativo a curto e a longo prazo, devido à demanda por locação imediata e a crescente ampliação da infraestrutura urbana, principalmente em áreas específicas, dando origem a especulação imobiliária e um problema habitacional de precariedade e insuficiência (BONDUKI, 1994; SOUZA, 2017).

Villaça (1986) afirma que tal processo tem origem ainda no final do século XIX, quando o cortiço já era relatado na literatura de Aluísio de Azevedo²¹, em 1893. Foram construídos pelas classes médias para serem alugadas pelos trabalhadores e o crescente contingente que chegava às cidades. Ficou conhecida por sua insalubridade, precariedade, economia de materiais e espaço, onde era preciso aproveitar ao máximo o terreno para compensar seu alto custo através do maior número de unidades para aluguel (BONDUKI, 1994), como é ilustrado pela imagem abaixo (FIG.7).

²¹ Aluísio de Azevedo é autor do livro “O cortiço”, onde descreve tal habitação, seus desdobramentos espaciais, urbanos, sociais e legais no Rio de Janeiro (VILLAÇA, 1986)

Figura 7: Cortiço no Rio de Janeiro/RJ



Fonte: Augusto Malta (1906)²²

Já diante do problema habitacional, portanto, o Estado transfere a responsabilidade à iniciativa privada e oferece benefícios ao empresariado em troca da construção das vilas operárias, para abrigar seus empregados através da concessão ou aluguel a baixo custo e se une a necessidade de manter o proletariado sobre um certo controle, diante do recente trabalho livre, e residindo próximos às instalações industriais (BONDUKI, 1994; VILLAÇA, 1986). Entretanto, ambos os autores destacam que a ação não foi suficiente para o que se propunha: sanar o problema habitacional, apesar de Bonduki (1994, p. 715) enfatizar sua importância como “os primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construídos no país”.

Neste ponto, conforme destaca Souza (2017), o Estado intervém em uma questão higienista quando visando a saúde pública, desenvolve legislações urbanas específicas. Entretanto, segundo Villaça (1986) tais normas expunham um caráter segregacionista, quando no Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo não poderiam ser construídos cortiços nas áreas centrais, deveriam ser distanciados das demais habitações ou as demolições, justificadas pela salubridade, somente se davam nestas áreas e para dar lugar a grandes obras urbanas de valorização da cidade. Não somente isso, o autor ainda cita que as mesmas legislações paulistas, por exemplo, exigiam a construção das vilas operárias fora da aglomeração urbana, mesmo possuindo características de “habitação higiênica” (VILLAÇA, 1986, p. 17), a exemplo da Vila Maria Zélia em São Paulo, retratada na imagem abaixo (FIG 8).

²²Disponível em: <<http://www.paginasmovimento.com.br/o-corti%C3%A7o-de-alu%C3%ADsio-azevedo.html>>. Acesso em: 04 out. 2021

Figura 8: Vila Maria Zélia, São Paulo.



Fonte: Revista Veja/SP (2019)²³

Tal contexto gera a periferia urbana que Maricato (1982) trabalha em seu texto: área das pequenas moradias proletárias, deslocada dos equipamentos, comércios, serviços e infraestruturas centrais. Seria possível ainda relacionar tais características ao preço da terra nas áreas centrais, conforme Villaça (1986). Essa análise demonstra ainda que, apesar de o crescimento das cidades terem conectado e abarcado essas vilas operárias da época (VILLAÇA, 1986), percebe-se a não coincidência entre algumas características citadas, a periferização e a produção de habitações sociais como se entende atualmente.

A maior disseminação de vilas e favelas também se dá neste contexto. Em 1942, com a Lei do Inquilinato, o Estado congelou o preço dos aluguéis por dois anos, sob a prerrogativa de favorecimento às classes baixas dados os altos preços pagos pela moradia (SOUZA, 2017; BONDUKI, 1994). Entretanto, Bonduki (1994) afirma que o que se pretendia era concentrar os investimentos na industrialização, reduzir os custos de moradia visando o barateamento da mão de obra e a consequente acumulação de capital que beneficiava o empresariado, além de incentivar a casa própria enquanto os incorporadores e seus grandes empreendimentos ganhavam espaço no mercado.

Com isso, diminuiriam ainda mais as ofertas de habitações disponíveis, aumentaram a quantidade de despejos (uma vez que a inflação continua subindo e seria mais lucrativo admitir um novo inquilino pagando um preço mais atualizado) e reduziram os salários, ao mesmo tempo

²³ Disponível em: < <https://vejasp.abril.com.br/blog/sao-paulo-do-alto/vila-maria-zelia/> > Acesso em: 04 out. 2021

em que continuava havendo um crescimento da demanda por moradia (SOUZA, 2017; BONDUKI, 1994; VILLAÇA 1986). É nesse contexto que ganha força a autoconstrução como alternativa de moradia possível para a classe trabalhadora, como diz Maricato (1982) e em analogia ao estudo desenvolvido no capítulo anterior. Villaça (1986) destaca a grande disseminação da prática nas cidades sulistas a partir da década de 20 e, na de 70, em todo país, tendo os anos de 1940 como significativos para o processo.

Segundo Bonduki (1994, p.730), a autoconstrução foi encarada de fato como “solução habitacional”, inclusive pelo Estado, que apenas se preocupava com a propriedade privada enquanto eram produzidas moradias precárias, “justificava a aceitação de qualquer tipo de assentamento habitacional, por mais precário e insalubre que fosse, pois era a única maneira de enfrentar de fato a ausência de moradias”. Enquanto isso, como o próprio autor cita, o acesso à terra continuava sendo um problema a ser enfrentado (BONDUKI, 1994). Rolnik (2006) descreve no trecho abaixo o meio precário em que essas construções se deram, ligado à formação das vilas e favelas como se conhece atualmente e cita Nascimento (2015).

Excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos irregulares se multiplicaram em terrenos frágeis ou em áreas não passíveis de urbanização, como encostas íngremes e áreas inundáveis, além de constituir vastas franjas de expansão periférica sobre zonas rurais, eternamente desprovidas das infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade. Ausentes dos mapas e cadastros de prefeituras e concessionárias de serviços públicos, inexistentes nos registros de propriedade nos cartórios, esses assentamentos têm uma inserção no mínimo ambígua nas cidades onde se localizam. Modelo dominante de territorialização dos pobres nas cidades brasileiras, a consolidação desses assentamentos é progressiva, eternamente incompleta (ROLNIK, 2006, p. 199)

A autora enfatiza o que foi dito acima a respeito da ausência governamental nesse processo, tanto ao criar políticas de exclusão territorial quanto ao ignorar esse processo em andamento, colocando tal conjuntura não só como consequência, mas também como “agente de reprodução dessa desigualdade” (ROLNIK, 2006, p.200), o que remete à ideia de direito à cidade, que permeia algumas das importantes discussões e lutas políticas que fazem parte deste histórico.

O direito à cidade, para além de apenas defender a provisão de infraestruturas e serviços, parte da compreensão das relações capitalistas como geradoras da urbanização excludente atual, na qual desigualdades e opressões são causas e consequências da produção do espaço como ele é (INSTITUTO PÓLIS, 2007; HARVEY, 2012). Por isso, entende-se que se baseia nos direitos democráticos de habitação, uso, participação, justiça, inclusão e sustentabilidade, tangenciando

os “direitos humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais e culturais” (AMANAJÁS; KLUG, 2020). Segundo Harvey (2012, p. 74), trata-se de um direito comum e que depende de um esforço coletivo, considerando que “a liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos”.

4.2 Políticas públicas em habitação de interesse social

Ainda no século XX, diante de tal crise, para além da Lei do Inquilinato e das regulamentações urbanísticas “higienistas” citadas acima, o Estado começa a investir em habitações. Isso se dá através da criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), que financiavam a construção civil como um todo, incluindo obras em habitação social; a Fundação da Casa Popular (FCP), que tinha por objetivo único a produção habitacional de baixa renda, incluindo infraestrutura urbana, ambos extintos com a chegada do governo ditatorial e devido a sua insustentabilidade financeira (BONDUKI, 1994; VILLAÇA, 1986; SOUZA, 2017). Entretanto, Bonduki (1994) destaca que com a diminuição do investimento privado no mercado habitacional, os investimentos estatais em habitação social movimentavam a indústria da construção, gerando uma relação de interesse.

Mais tarde, cria-se o Banco Nacional de Habitação (BNH), que “reunia as cadernetas de poupança do país” (CYMBALISTA; MOREIRA, 2006, p.34) cujos recursos eram utilizados para financiar a produção de moradias (ROLNIK; NAKANO, 2009). Dentro destes valores, estavam o montante arrecadado pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), uma poupança compulsória acessada pelo trabalhador no em casos de demissão (CYMBALISTA; MOREIRA, 2006). A produção habitacional nesse modelo acabou destinado majoritariamente para as classes média, alta e obras de saneamento, sendo que o BNH foi extinto após uma crise econômica em 1985 e teve seus serviços em habitação transferidos para a Caixa Econômica Federal, que continua provendo sistemas de financiamento (ROLNIK; NAKANO, 2009; CYMBALISTA; MOREIRA, 2006). Entretanto, cabe lembrar que, conforme Maricato (1982), Bonduki e Rolnik (1979) o FGTS foi muito utilizado diretamente pelos trabalhadores, inclusive através de demissões forçadas, para custear a construção das próprias casas.

Segundo Rolnik e Nakano (2009, p.2) “tradicionalmente, a política habitacional brasileira baseou-se na oferta de subsídios e créditos individualizados para a obtenção da propriedade

privada” e, quando são aprimoradas e atingem classes mais baixas, como os autores citam o ano de 2007, os créditos são majoritariamente utilizados para o financiamento da autoconstrução, através da compra de materiais. Criticam, nesse contexto, a ausência de uma organização que provesse projetos de urbanização e uma assistência técnica que visasse a qualidade e segurança habitacional (ROLNIK E NAKANO, 2009). Destaca-se que desde a difusão da autoconstrução, até a promulgação da lei que visa garantir o acesso a esse serviço para as classes baixas percorreu-se um longo caminho.

Segundo Souza (2017), Cymbalista e Moreira (2006, p.37), em meados de 1970, começa uma grande fase de “importantes rearranjos políticos, econômicos e sociais”, perpassando inclusive pela redemocratização, que culmina no surgimento e articulação dos movimentos sociais de luta pela moradia, bem como de suas importantes reivindicações e participações nas decisões políticas e discussões sobre as questões urbanas no âmbito nacional. Cymbalista e Moreira (2006) destacam que a união desses movimentos junto a outros atores sociais, como organizações não governamentais, universitários, técnicos e profissionais da área urbana resultou, por exemplo, em um capítulo na Constituição de 1988 sobre Política Urbana. Tem destaque nesse contexto, por exemplo, o Movimento Nacional de Reforma Urbana, conforme os autores citados e Maricato (2010).

Nesse contexto Souza (2017) relembra as primeiras tentativas ocorridas a partir de 1970 no âmbito da assistência técnica, o que manifesta uma preocupação iminente com a qualidade habitacional. Além disso, destaca as conferências do Habitat e os Fóruns Urbanos Mundiais, como importantes meios de discussão e análise da urbanização mundial, tanto, primeiramente, em um contexto ditatorial de estado forte, quanto mais tarde, no período em que o neoliberalismo ganha força no cenário internacional. Há nesse segundo momento uma mudança nas políticas urbanas debatidas no evento, havendo uma transferência das atribuições e posses estatais para o setor privado, através de privatizações e parcerias, resultando na baixa de investimentos em serviços e infraestrutura, conforme afirma Maricato (1997).

Apesar disso, Souza (2017, p.43) destaca avanços nos quesitos da participação popular e do direito à moradia que “se refletiram no incentivo a programas de urbanização de favelas e regularização de assentamentos informais, bem como na institucionalização, reconhecimento e adoção de práticas como a autoconstrução como política pública”. Vale destacar nesse sentido, segundo Conti (1999), a partir dos movimentos vigentes nos anos oitenta, o surgimento da ideia

de autogestão como possibilidade de solução para o problema habitacional e de infraestruturas coletivas no Brasil. Foi muito marcada pela experiência uruguaia anterior, com bons resultados em redução de custos e qualidade, diretamente relacionada a redemocratização e aos governos de esquerda²⁴.

Apesar de não ter sido previamente definida nessa época (BONDUKI, 1992 apud CONTI, 1999)²⁵, assim como a autoconstrução trabalhada anteriormente, está pautada em princípios políticos e econômicos muito relacionados a autonomia e as relações capitalistas (CONTI, 1999). Se trata de uma forma de construir em que o Estado provém recursos e verbas a serem gerenciados, junto ao processo de produção, pelos moradores através de cooperativas e associações, apoiadas por órgãos públicos e que possuem liberdade para escolherem e contratarem assistência técnica (BASTOS E KAPP, 2006).

Desse modo, desde 2004, 9717 unidades habitacionais espalhadas pelo Brasil foram construídas por autogestão contratadas pela União Nacional de Moradias Populares (UNMP), com recursos públicos²⁶, contrapartidas ou mutirão (RODRIGUES et al., 2019). Tal movimento atualmente trabalha em um projeto de lei federal que regulamenta e prevê recursos destinados a tal produção (BRANDÃO, 2021). Destaca-se que não seria a primeira vez em que a autogestão se transforma em política pública dado o caso pioneiro e bem sucedido de São Paulo, onde durante a gestão de Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores, de 1989 até 1992 foram construídas 15mil unidades pelo programa FUNAPS Comunitário, como detalharam Tagatiba e Teixeira (2016), influenciando também outras iniciativas municipais conhecidas, como o caso de Ipatinga citado por Conti (1999).

De acordo com Cymbalista e Moreira (2006), a ascensão do neoliberalismo acaba por frear algumas das propostas de políticas públicas resultantes daquelas reivindicações advindas das lutas sociais e de sua participação na Assembleia Constituinte. Ainda assim, houveram muitos avanços no que tange à universalização de direitos, com pautas sobre “a liberdade sindical, a reforma agrária, a reforma urbana, a criação de um sistema único de saúde, a criação de políticas

²⁴ Destaca-se que como dito anteriormente, trata-se aqui de um breve histórico e portanto, tal temática não será esgotada, recomenda-se a complementação através de autores como Silke Kapp, Clarissa Bastos e Alfio Conti, (citados no corpo do texto), Marcelo Lopes de Souza, Mariana Boaretto Ferreira e Cristiano Gurgel Bickel.

²⁵ BONDUKI, Nabil. “Habitação Popular: Contribuição para o estudo da Evolução Urbana de São Paulo”. AA.VV., Repensando a Habitação no Brasil, Rio de Janeiro, 1982.

²⁶ Incluindo do Programa Minha Casa Minha Vida a ser descrito neste capítulo

públicas de Assistência Social e de atenção à criança e ao adolescente” que acabam por gerar emendas constitucionais (CYMBALISTA; MOREIRA, 2006, p.11). Dentre elas, em 2000, estava o reconhecimento da moradia como direito social fundamental e em 2001, a aprovação da Lei n. 10257/2001 que estabelece o Estatuto da Cidade (SOUZA, 2017).

Cabe ressaltar que o direito à moradia já fazia parte da Declaração Universal dos Direitos Humanos e de modo a considerar a qualidade de vida, bem estar e saúde, incluindo a disponibilidade de serviços, acessibilidade, localização, segurança da posse e condições de habitabilidade conforme citado anteriormente (PESSATTI, 2015). A inclusão desse direito como social na constituição está relacionada ao reconhecimento de sua relação com o “princípio da dignidade da pessoa humana” e reforça a obrigatoriedade do Estado na garantia dessas condições (POLITIZE, 2017, online).

De acordo com Maricato (2010, p.5), o Estatuto da Cidade pretende então unificar nacionalmente orientações relacionadas a aplicação da democracia, justiça urbana e equilíbrio ambiental, tidas a partir de um panorama geral dos diversos âmbitos que estão relacionados a tais questões. Dada como fundamental pela autora e como afirma em seu texto, a legislação reforça a autonomia dos municípios, que orientam a cidade através de seus planos diretores (considerando suas particularidades e por isso, sua efetividade e caráter pode variar), e tem como objetivo geral, portanto conduzir a propriedade e a gestão urbana de modo a garantir o direito à moradia e à cidade como definidos anteriormente no presente trabalho, estabelecendo a função social da propriedade (MARICATO, 2010).

Entretanto, Maricato (2010) reflete sobre a dificuldade da aplicação deste instrumento na conjuntura de políticas excludentes e problemas estruturais sintetizados na dificuldade de acesso à terra e no grande número de moradias em espaços urbanos irregulares, distantes das regulamentações do Estado e em áreas “ambientalmente frágeis”, como afirma a autora. Demonstra tais dizeres ao citar que poucas são as ações de consolidação de favelas em espaços centrais perante o número de transferência destas para espaços periféricos não urbanizados.

Além disso, o Estatuto das Cidades, após diversas experiências e debates regionais participativos, reconhece a atuação do serviço de assistência técnica como ferramenta capaz de promover melhoras nos padrões habitacionais e, portanto, devendo ser oferecido gratuitamente para as classes mais baixas, abrindo margem para a definição de legislações específicas

(BRASIL, 2007). Destaca-se que Porto Alegre já havia incluído na legislação municipal a assistência técnica em habitação como responsabilidade do município considerando-a como um direito e constituindo a primeira iniciativa no país neste sentido, ainda em 1999 (BRASIL, 2007). A mudança de governo em 2002, quando o Presidente Luís Inácio Lula da Silva foi eleito, se tornou um importante marco para a política habitacional brasileira, havendo um grande aumento nos investimentos urbanos (ROLNIK; KLINK, 2011). Nesse contexto, em 2003 tem-se a criação do Ministério das Cidades, responsável pela coordenação em âmbito nacional das políticas urbanas e de onde tem origem a Política Nacional de Habitação (PNH), em 2004 (SOUZA, 2017).

O Estatuto das Cidades, tem como objetivo proporcionar moradias dignas à população de baixa renda, bem como melhorar qualitativamente essa produção, incluindo políticas de desenvolvimento urbano, visando a regularização fundiária, democratização do acesso à terra urbanizada e ampliação do mercado formal, além da geração de emprego e renda através da construção civil (BRASIL, 2004). Dois instrumentos importantes para viabilização dessa política são o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), por onde são viabilizados recursos para subsídio neste âmbito destinado a municípios e sustentado por capital advindo do Orçamento Geral da União, empréstimos, doações e outros fundos, compondo o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), encubido das organizações, articulações e planejamentos estratégicos (SOUZA, 2017; BRASIL, 2004; BOREL, 2020).

Em 2008, tem-se, finalmente, a promulgação da Lei n. 11.888/08, a chamada Lei de Assistência Técnica, que visa o acesso à assistência técnica gratuita para realização de reformas, regularização ou construção para famílias de baixa renda (0 a 3 salários) e pretendendo-se promover a melhoria da qualidade habitacional, como dito anteriormente (NASCIMENTO, 2011). Segundo Souza (2017, p.46), que cita tal legislação como “institucionalização da autoconstrução” e Lamounier (2017), o serviço é viabilizado municipalmente, na forma de equipe própria, convênio ou parceria entre as instâncias públicas e profissionais da área, com apoio financeiro advindo do FNHIS e incluindo desde a realização de projetos e processos de regularização até acompanhamento e execução de obras, sejam de construções ou reformas e ampliações, priorizando mutirões e localizações em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Ao analisar um panorama mais atual, Borel (2020) destaca a dedicação de diversos profissionais e instituições para que seja de fato aplicado o que prevê a Lei da Assistência Técnica. Destacam-se, o “CAU, IAB, municípios, coletivos de profissionais, grupos de pesquisa e extensão universitários, e agora dos negócios sociais” que fazem parte de onze legislações municipais ou programas específicos e outras cinquenta iniciativas e ações nacionais (BOREL, 2020, p.128).

Estudando nove dessas jurisprudências municipais, Borel (2020), aponta algumas características que vão de encontro às produções heterônomas citadas anteriormente ou que constituem critérios excludentes, como a não participação dos moradores no processo, o caráter tecnicista que reproduz a lógica inflexível de mercado, a exigência de documentação muitas vezes inexistente e critérios de análise de renda que não consideram a união de diversas famílias em uma mesma moradia. Além disso, não incluem financiamentos que garantem a execução da obra²⁷, e mesmo ao incentivar mutirões, não preveem capacitações ou remunerações, deixando a definição da mão de obra vaga e por muitas vezes não acontecem o acompanhamento da execução (BOREL, 2020). Dessa forma, a autora acaba por destacar pontos importantes de melhoria na aplicação da lei por parte do poder público, principalmente considerando o que foi dito anteriormente a respeito da atuação do arquiteto e do respeito à autonomia do sujeito, em analogia aos dizeres de Nascimento (2011); Kapp (2008); Nogueira (2010,2013); Ferro (2006); Kapp, Nogueira e Baltazar (2009).

Pouco depois da promulgação em questão, em 2009 foi apresentado o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV), ainda no governo Lula, que segundo Borel (2020, p.177) uniu as diversas iniciativas que continham enfoques distintos e coexistiam dentro do PNH, “mudando os rumos do planejamento amplo, diversificado e cuidadoso do PlanHab, direcionou-se basicamente para a produção massiva de conjuntos e unidades habitacionais por meio de um processo orquestrado pelo mercado das construtoras”, como ilustra Lamounier (2017) no esquema apresentado abaixo (FIG.9). Isso se deu pois, de acordo com Souza (2017) e Maricato (2018), o PMCMV foi desenvolvido pela Casa Civil e Ministério da Fazenda com o objetivo de gerar empregos e circulação de capital frente à crise econômica que eclodiu no contexto internacional e, portanto, a parte do Ministério das Cidades e da PNH.

²⁷ Com exceção de Brasília que ainda que conte com um sistema de subsídio, por vezes seu longo prazo faz com que ou as demandas sejam alteradas ou a família realize sua própria obra sem levar em consideração o projeto feito, mas que promove um resultado significativo: “De 2015 até junho de 2019 foram realizadas 460 projetos executivos, concluídas 230 reformas, beneficiadas 2.300 pessoas, e conta com 50 obras em andamento” (BOREL, 2020, p. 140).

Figura 9: Agentes e operações do PMCMV



Fonte: PRAXIS (2014)²⁸

O programa, também em síntese, tem como objetivo minimizar o problema habitacional através do oferecimento de subsídios ou financiamentos para a construção ou compra de novas habitações (ROLNIK, et al. 2015). Desse modo, ainda segundo Rolnik (2015, et. al) oferece diferentes condições para faixas de rendas determinadas²⁹ e subsídios de até 90% para famílias de baixa renda, sem cobrança de juros e com parcelas que correspondem a 5% da renda familiar mensal, podendo ser solicitado pelos municípios ou entidades. Segundo uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC) (2018), o programa foi responsável por mais de cinco milhões de unidades habitacionais do ano de sua criação até a realização da pesquisa, considerado assim um importante marco na política habitacional brasileira.

Contudo, a mesma pesquisa também relata que a política não foi suficiente para solucionar o problema habitacional no país, que em 2017 foi calculado em mais de sete milhões de unidades, com sua maioria concentrada entre a população de 0 a 3 salários mínimos. Destaca-se que apenas aproximadamente 35% da produção do PMCMV se destinou a esta faixa de renda (FGV/ABRAINC, 2018). Uma vez que o cálculo do déficit leva em consideração não só o aspecto quantitativo, mas também o qualitativo, relacionado a precariedade habitacional³⁰ (NASCIMENTO; TOSTES, 2011), Maricato (2018, n.p.) afirma que “nem sempre construir

²⁸ Disponível em: <<https://www.arq.ufmg.br/praxis/textos/cnpq-mcmv.pdf>> Acesso em: 05 out. 2021

²⁹ As faixas de renda são divididas por limites e regulam tanto a taxa de juros a ser cobrada quanto o valor limite do imóvel, sendo faixa 1 até R\$1800,00; Faixa 1,5, R\$2600,00; Faixa 2, R\$4000,00 e faixa 3, R\$9000,00 (FGV/ABRAINC, 2018)

³⁰ “O conceito de déficit habitacional, independente de nuances metodológicas, refere-se à estimativa de deficiências no estoque de moradias frente às necessidades básicas das famílias. Por sua vez, tais necessidades são definidas tanto em termos físicos (características construtivas dos domicílios) quanto socioeconômicas (coabitação indesejada, comprometimento excessivo de renda com aluguel etc.). Pode-se estimar tanto a necessidade de reposição do domicílio quanto a necessidade de ampliação do estoque de moradias.” (FVG/ABRAINC, 2018, p.7).

moradias é a melhor forma de reduzir o déficit, pois o índice contabiliza moradias precárias, muitas das quais poderiam se adequar aos padrões com reformas.”

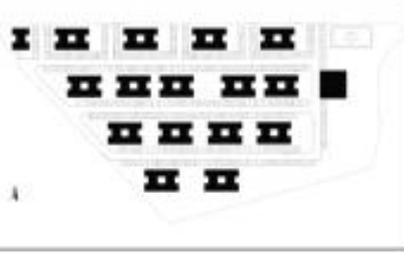
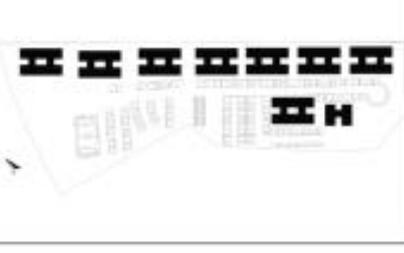
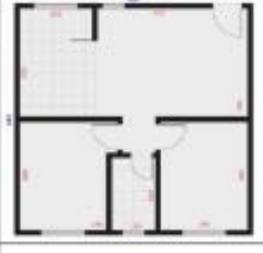
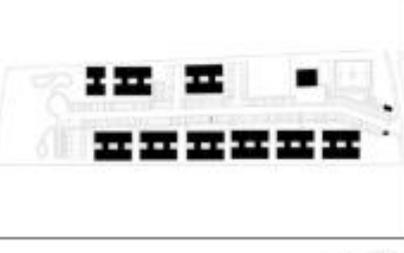
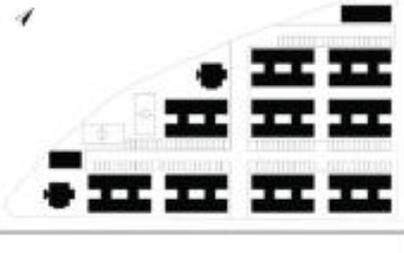
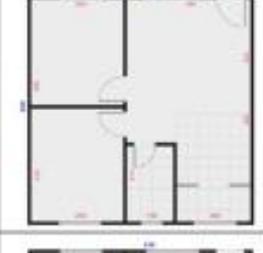
Do ponto de vista urbano e social Rolnik et. al (2015) elabora algumas críticas ao modo como isso se deu. Segundo a autora, o programa acaba por reproduzir as mesmas lógicas segregacionistas citadas anteriormente uma vez que cabe às construtoras a escolha dos terrenos, que devem ser os de menor custo possível visando a rentabilidade, e por isso, os empreendimentos para a população de baixa renda são implantados sempre em regiões periféricas com ausência de infraestruturas. Maricato (2018) corrobora com essa ideia e reitera ainda a dificuldade de acesso a cidade que essa lógica gera devido às grandes distâncias, refletidas no caminho ao diário dos moradores ao trabalho ou na ausência de segurança.

Além disso, Nascimento e Tostes (2011) refletem sobre a padronização, a inflexibilidade e a minimização, compartimentação dos espaços que estão ancoradas em “uma mesma concepção geral baseada na pré-determinação do modo de morar, por sua vez ancorada em um perfil igualmente pré-determinado do grupo doméstico, a saber a família nuclear”. Tal característica, segundo as autoras e mais uma vez, em analogia ao estudo realizado no tópico anterior, não deixa abertura para “escolhas, participação e tomadas de decisão em diversos níveis e ao longo do tempo”.

Lamounier (2017) ao citar uma pesquisa realizada pelo grupo PRÁXIS/UFMG (2014)³¹, aponta que na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG (RMBH) por exemplo, há casos de “abandono ou venda ilegal das unidades”, sendo o descontentamento como uma das causas e tendo na maioria dos casos um retorno dos moradores as suas antigas moradias. Ainda com base em tal estudo, a autora exemplifica através de imagens e desenhos técnicos, de diferentes empreendimentos da região citada (FIG. 10), o que foi dito acima por Nascimento e Tostes (2011).

³¹ PRAXIS-EAUFMG 2014. Minha Casa Minha Vida: Estudos Avaliativos na RMBH. Belo Horizonte: EAUFMG.

Figura 10: Empreendimentos variados do PMCMV na RMBH

	FOTO DO EMPREENDIMENTO	ESQUEMA DE IMPLANTAÇÃO	UNIDADE HABITACIONAL
ALTEROSAS Ribeirão das Neves			
BAVIERA Betim			
PALMEIRAS I Betim			
PALMEIRAS II Betim			
SÃO LUIZ Contagem			
VISTA ALEGRE Contagem			

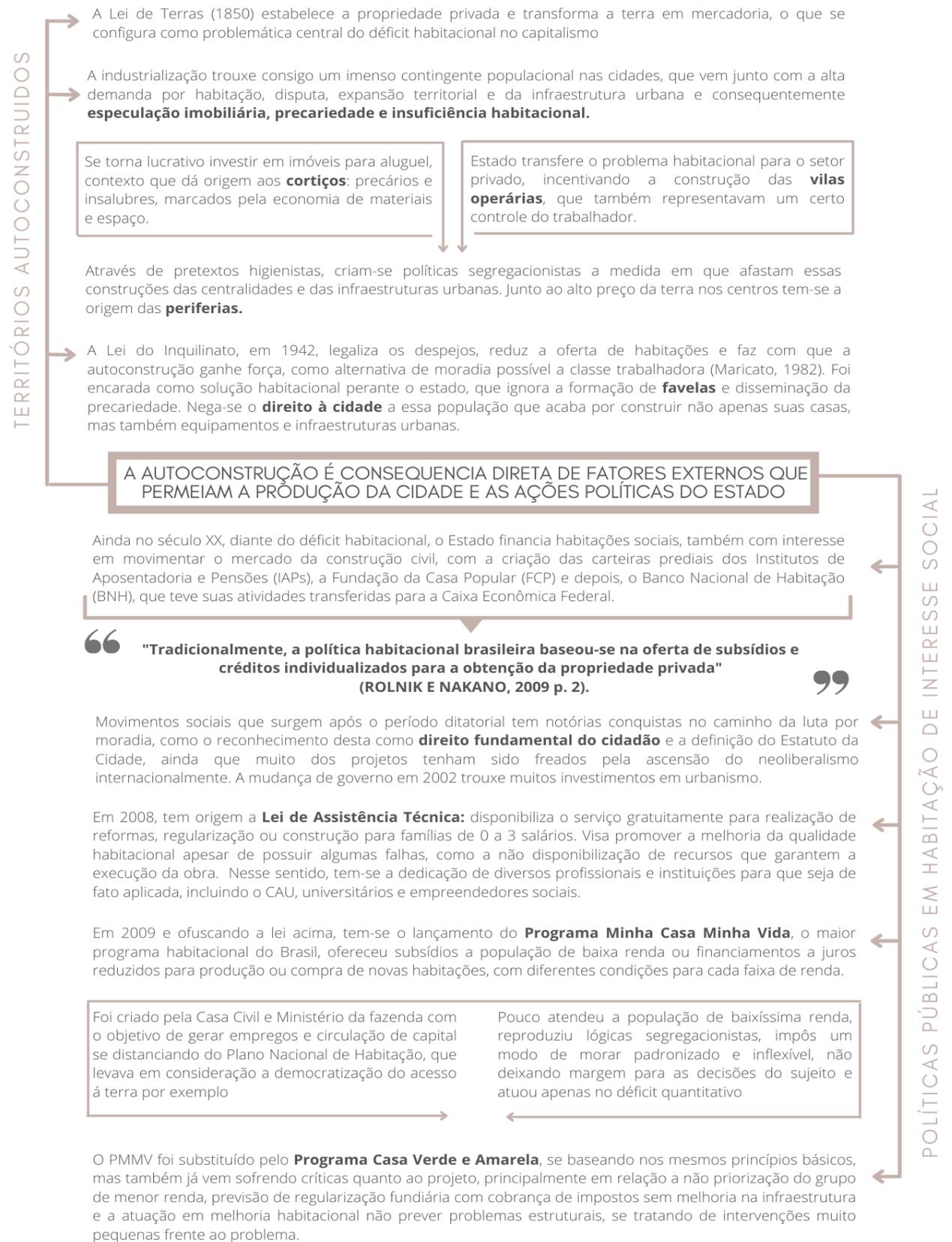
Fonte: Lamounier (2017)

A mais recente atualização a respeito das políticas públicas em habitação de interesse social é o lançamento do Programa Casa Verde e Amarela, instituído em janeiro deste ano, durante o

governo de Jair Bolsonaro, e substituindo a política anterior (MELO, 2021). A proposta segue os moldes do PMCMV com algumas alterações, sendo as mais significativas para a presente discussão: passa a fazer parte de seu escopo o apoio a regularização fundiária, melhorias habitacionais através de assistência técnica, opção de financiamento para a faixa de renda mais baixa que passa a ser incluída na cobrança de juros (embora haja taxas menores para as regiões do país com menores concentrações de renda, norte e nordeste) (MELO, 2021).

Entretanto, ainda que recente, o programa já vem sofrendo críticas quanto a sua proposta que se baseiam na repetição de erros anteriores. Estão entre elas a não priorização do grupo de menor renda, onde se concentra a maior necessidade, para acesso ao subsídio - que está cortado por curto a médio prazo por falta de recursos específicos - a atuação em melhoria habitacional apenas com intervenções pequenas que não consideram problemas estruturais e a ideia de regularização fundiária desprendida de investimentos públicos em infraestrutura, visando inserir áreas precárias no mercado e no crédito imobiliário, com o conseqüente ônus e possibilidade de exclusão para os moradores, conforme o que foi dito anteriormente (GUERREIRO; ROLNIK, 2020; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2020).

Figura 11 – Esquema gráfico do breve histórico da produção de moradias e autoconstrução



Fonte: Elaborado pela autora (2021)³²

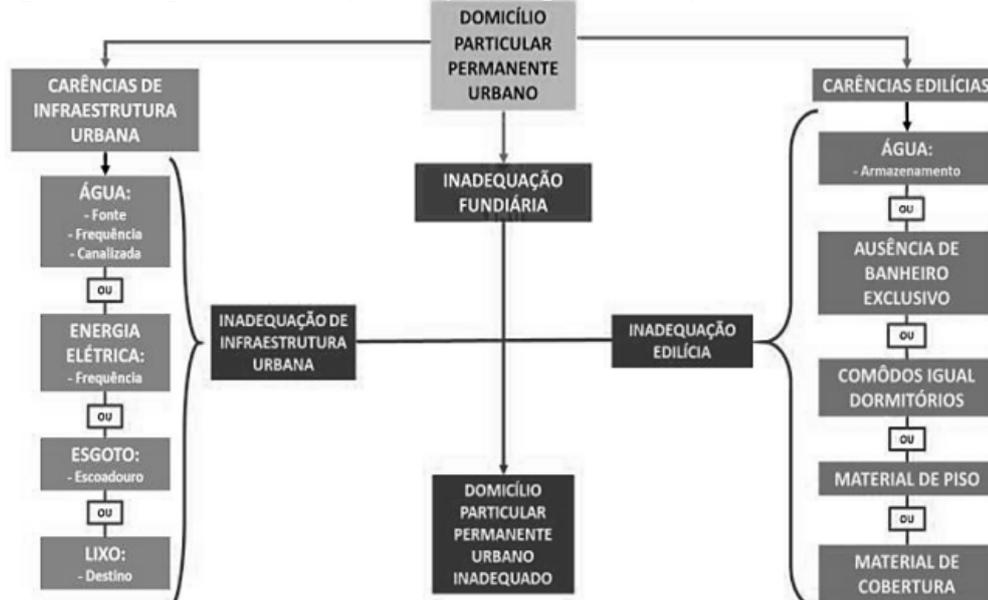
³² Com base nos autores citados ao longo do corpo do texto

5 ESTUDO DO ESPAÇO GERADO E A ATUAÇÃO EM ARQUITETURA SOCIAL

Como resultado do exposto no capítulo anterior, segundo uma pesquisa recém divulgada e realizada pela Fundação João Pinheiro (FJP) (2021) a respeito dos dados do déficit habitacional no ano de 2019, esse número foi estimado em 5,8 milhões, considerando habitações precárias³³, coabitação e ônus excessivo com aluguel urbano, que compõem o déficit quantitativo. A maior parte de tal carência se encontra nas regiões metropolitanas e entre famílias com renda até 2 salários mínimos. Além disso, o mesmo estudo avaliou a inadequação de domicílios urbanos, mensurando o déficit qualitativo ao qual, conforme citado anteriormente, as políticas públicas pouco atuaram ao longo da história.

Segundo a FJP (2021), são contabilizadas habitações com pelo menos uma inadequação, sendo consideradas tanto o que chamam de “carências edilícias”, relativas à estrutura que a própria edificação oferece, quanto infraestruturas urbanas e inadequação fundiária, como demonstrado no diagrama abaixo (FIG. 12). Dessa forma, foram contabilizados 24,8 milhões de domicílios que se enquadram nesse perfil, sendo, aproximadamente, 14,2 milhões relacionadas a primeira categoria citada acima; 3,6 milhões na segunda e 11,2 milhões na terceira (FJP, 2021).

Figura 12- Categorias utilizadas pela FJP para categorizar inadequação de domicílios urbanos



Fonte: Modificado de Fundação João Pinheiro (2021)

³³ Segundo a FJP (2021), são consideradas habitações precárias os domicílios rústicos, aqueles que não são construídos em alvenaria ou madeira aparelhada (a instituição dá como exemplo construções em taipas e madeiras aproveitadas), e os domicílios improvisados, quando espaços são adaptados para servirem de abrigo, como prédios em construção, viadutos, etc.

É diante dessa realidade, sobretudo desse último número que atuam arquitetos empreendedores sociais, buscando a efetividade da assistência técnica em habitação de interesse social (ATHIS) e impactando positivamente a vida de diversas famílias pelas vilas, favelas e regiões periféricas brasileiras. Como citado na metodologia do presente trabalho, para o levantamento de informações que compõe esse capítulo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alguns desses profissionais, escolhidos por atuarem em arquitetura social, com moradias autoconstruídas dentro do recorte territorial do presente trabalho e assim, mais próximos possível da realidade prática. Foram contatados mais de quinze negócios visando abranger as cinco regiões do país, embora não tenham sido encontrados negócios do tipo na região norte, obtendo-se sucesso com apenas sete, acredita-se que devido a própria dificuldade de acesso no contexto pandêmico e sobretudo da alta demanda de trabalho destes profissionais. O Quadro 3, exposto abaixo, expõe de forma resumida quem são eles, onde atuam, qual a forma de contato e a data da conversa.³⁴

Quadro 3- Entrevistados

	NEGÓCIO	PROFISSIONAL	LOCAL	MEIO/DATA
SUDESTE	MORÁ MELHORIAS HABITACIONAIS	PAOLA (ARQUITETA)	BELO HORIZONTE/MG	GOOGLE MEET - 07/07/2021
	CONJUNTO	KAIODÉ (ARQUITETO)	CONTAGEM/MG	GOOGLE MEET - 09/07/2021
	ARQTODOS	LORRAYNE (ARQUITETA)	SANTA LUZIA/MG	WHATSAPP - 30/06/2021
SUL	EFICIOBRA	ISADORA (ARQUITETA)	PELOTAS/RS	GOOGLE MEET - 27/07/2021
	KOPA KOLETIVA ARQUITETURA POPULAR	KAROL (ARQUITETA)	PORTO ALEGRE/RS	WHATSAPP - 12/07/2021
NORDESTE	ABRA ARQUITETURA	ELINE (ARQUITETA)	RECIFE/PE	GOOGLE MEET - 27/07/2021
CENTRO OESTE	BANDEIRA HABITAÇÃO	GABRIELA (ENGENHEIRA)	BRASÍLIA/DF	GOOGLE MEET - 07/10/2021

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Conforme definiu Fonseca (2002), essa tipologia de entrevista parte de uma ordenação de assuntos ou de algumas perguntas pré-definidas. Desse modo, na busca por entender a qualidade

³⁴ Informações expostas mediante autorização prévia dos entrevistados (as)

dos espaços gerados pela autoconstrução, foi pedido para os entrevistados que, através de um ou dois casos trabalhados, que representassem as situações mais comuns e/ou que mais os marcaram, expondo a história das casas e do projeto e também, para que falassem um pouco de sua forma de atuação. Foram considerados importantes aspectos como localização, como foram construídas, modificações ao longo do tempo, principais patologias e problemas nos espaços internos principalmente relativos à qualidade ambiental, conforto, percepção e sensações do espaço, o que essas pessoas mais pedem de modificações, como elas desejam as casas (desde os aspectos construtivos até os decorativos e sensoriais, tipo cores, revestimentos) e as soluções encontradas para atendê-las.³⁵ Além disso, foi pedido para que, se possível, encaminhassem fotos do antes e depois das reformas realizadas e do produto de projeto para que sejam desenvolvidos os estudos de caso aqui presente.

Aponta-se que outra fonte de informação aqui utilizada foi uma palestra realizada por Amanda, arquiteta e fundadora do Arquitetas Nômades, um negócio social nos moldes dos citados acima e Marcelo, Diretor Executivo da Empresa Nova Vivenda, que será descrita abaixo, para a turma de Legislação e Exercício Profissional do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto, em parceria com a Arq Jr. Projetos e Consultorias no dia 22 de junho 2021.

Destaca-se que, nas entrevistas, por não seguir um roteiro, um ordenamento ou obrigatoriedades, as informações e arquivos levantados não foram padronizados. Entretanto, por esse motivo foram levantadas diversas outras informações relevantes para o trabalho, a começar pela forma de atuação desses profissionais em arquitetura social e frente a autoconstrução, seguida do financiamento e viabilização da obra e por fim, o estudo do espaço gerado e o morar em residências autoconstruída, onde foram desenvolvidos três estudos de caso. Todos esses assuntos foram trabalhados com base nos capítulos anteriores, sobretudo o de número dois, que trata da relação entre habitação, bem estar, saúde e princípios técnicos de qualidade habitacional; e três, sobre as diversas faces da autoconstrução e sua relação com a arquitetura em sua forma tradicional de atuação. Ao final do capítulo, o Quadro 4 apresenta uma síntese com todas as informações contidas neste.

³⁵ A partir de um ponto levantado pela Paôla, foi incluída uma nova pergunta para as demais entrevistas (quando não era respondida espontaneamente): “Quem é a pessoa que procura o trabalho de vocês?”

5.1 Atuação em Arquitetura Social e Autoconstruções

Todos os negócios citados anteriormente são recentes e segundo explicou Paôla (informação verbal)³⁶, o maior desafio em trabalhar nesse contexto é a execução. diferente de outros nichos da arquitetura em que o projeto é o eixo central dos escritórios comuns. Também foi algo levantado por Lorryne, Kaiodê e Isadora (informação verbal)³⁷, ao destacarem que tal etapa é extremamente rápida, seu produto é totalmente focado na obra e/ou em uma simples apresentação para os clientes entenderem e opinarem, principalmente quando se trata de áreas molhadas e alterações estéticas, como enfatizou Eline (informação verbal)³⁸.

Isadora (informação verbal)³⁹ afirmou ainda que tal dinâmica é necessária para que haja maior rotatividade de clientes e seja possível obter lucros pela quantidade e assim, possibilitar a prestação do serviço de forma acessível. A arquiteta destacou que, junto aos demais profissionais da Eficiobra, realiza de quinze a vinte obras mensais. Ainda assim, no mesmo tema, Kaiodê (informação verbal)⁴⁰ afirmou que é muito difícil nesse âmbito obter a mesma remuneração do mercado tradicional.

Além disso, cabe ressaltar a relação da população com tal produto, como expôs Lorryne (informação oral):⁴¹ “Quando a gente trabalha com autoconstrução, você não precisa nem usar a palavra ‘projeto’, pessoal acha que projeto é um *trem* muito caro, enfim, não tem a cultura de contratar um arquiteto, ou fazer projeto ou planejar simplesmente a reforma”. No trecho abaixo, Kaiodê (informação verbal)⁴² completa como deve ser a relação entre arquiteto e cliente nesses casos. Destaca-se inclusive, que assim como Paôla (informação verbal)⁴³ deixou claro, a Morá não se enquadra e não é nomeada como escritório de arquitetura, fato perceptível também na maioria dos demais negócios citados.

“É menos pensar o projeto, o desenho *e tal*, e mais a consultoria de orientar e sinalizar para as pessoas ‘olha se você fizer dessa forma vai funcionar melhor’ [...] Então, essa postura pedagógica eu acho muito importante, não necessariamente preocupar em falar que é arquiteta, ou que *tá* fazendo arquitetura. É ir mais como orientador, um

³⁶ Em entrevista concedida a autora no dia 07 de jul. 2021

³⁷ Em entrevistas concedidas a autora nos dias 30 de jun; 09 e 27 de jul. 2021

³⁸ Em entrevista concedida a autora no dia 27 de jul. 2021.

³⁹ Em entrevista concedida a autora no dia 27 de jul. 2021

⁴⁰ Em entrevista concedida a autora no dia 09 de jul. 2021

⁴¹ Em entrevista concedida a autora no dia 30 de jun 2021

⁴² Em entrevista concedida a autora no dia 09 de jul. 2021

⁴³ Em entrevista concedida a autora no dia 07 de jul. 2021

técnico ali mesmo [...]. Vale para mão de obra também, é outro desafio, é conseguir mostrar que ‘olha eu sei que você faz assim, mas esse jeito que você tá fazendo é errado, a forma é essa’ [...]. Conseguir ouvir mais as histórias, porque são mundos distintos e referências[...]. (KAIODÊ em entrevista concedida a autora no dia 09 de jul. 2021)

Os entrevistados afirmaram que, muito além do projeto tradicional, é importante o financiamento e sobretudo, o gerenciamento da obra, partes essenciais para a execução da reforma, que é na verdade o real foco e produto desses empreendimentos sociais. Eline (informação verbal)⁴⁴, assim como os demais entrevistados, destacaram que é recorrente encontrarem habitações com processos de reformas interrompidos, seja porque o pedreiro abandonou a obra ou faltou dinheiro, as vezes por causa de imprevistos, gastos desnecessários com excesso ou uso inadequado de materiais. Nesse sentido, o gerenciamento atua como garantia de completude e qualidade da obra, prestando orientação técnica, gerenciando materiais e recursos financeiros.

Destaca-se nas conversas em questão foi possível perceber que a mudança na forma de atuação desses profissionais, não os isentam da gestão organizacional como empresa e de seus direitos profissionais: possuem salários, funcionários, precificam seu serviço, possuem estratégias de vendas e divulgação dos seus produtos, etc. Nesse contexto, a respeito da captação de clientes, principalmente Paôla, Kaiodê (informação verbal)⁴⁵ destacaram a dificuldade no ganho de confiança das pessoas, que desconhecem o serviço e são quase sempre desconfiados das promessas, dos valores ou com medo de fornecer seus dados, sendo necessário desenvolver novas formas de abordagem baseadas no que foi dito acima, com muita paciência e escuta.

Em concordância a isso, segundo Amanda (informação verbal)⁴⁶, existem duas situações de encontro entre os clientes e os profissionais, onde também mora uma mudança no perfil da reforma: há situações de extrema precariedade, pobreza e insalubridade, em que na maior parte das vezes os casos são encaminhados por órgãos de atendimento social ou associações de bairro, por exemplo; e os clientes que possuem condições de comprar o serviço de forma facilitada, tem uma condição do espaço um pouco melhor e já procuram por essa ajuda, é para quem são endereçadas as campanhas de prospecção e venda. A arquiteta deixou claro em sua fala que esse segundo caso, também se enquadra em arquitetura social tratando-se de “pessoas que

⁴⁴ Em entrevista concedida a autora no dia 27 de jul. 2021

⁴⁵ Em entrevista concedida a autora no dia 07 e 09 de jul. 2021

⁴⁶ Em palestra realizada para a turma de Legislação e Exercício Profissional do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto, em parceria com a Arq Jr Projetos e Consultorias no dia 22 de jun. 2021

querem ter um quarto, uma cozinha, uma sala dos sonhos, e que não conseguiriam de outra forma, que ficam a vida inteira tentando e é isso que a gente também quer trazer” (informação verbal)⁴⁷. Na prática, se tratam das reformas subsidiadas ou financiadas, a serem descritas no tópico abaixo.

5.2 Financiamento e Viabilização da Obra

Como dito anteriormente, o fator financeiro é uma das partes mais importantes e determinantes para o cumprimento do objetivo desses negócios. Tais recursos, nesses casos, quando não podem ser desprendidos pelas famílias, são viabilizados então pelos próprios empreendedores e concedidos através de subsídios, financiamentos ou ambos, a depender da possibilidade de arcarem com algum custo mensal (informação verbal)⁴⁸. Não foi relatado pelos entrevistados ligações com o poder público, portanto se dão através de parceiros, como a ONG Habitat pela Humanidade Brasil, que foi lembrada como exemplo de doadora de recursos integrais pela arquiteta Lorryne (informação verbal)⁴⁹, o CAU, pela Amanda (informação verbal)⁵⁰ ou, no segundo método, a empresa Nova Vivenda, criadora da rede a qual fazem parte os profissionais entrevistados.

De acordo com Marcelo, Diretor Executivo da Nova Vivenda (informação verbal)⁵¹, o grande foco da empresa atualmente é prover estruturas financeiras, tecnológicas e informacionais para construir um campo de trabalho adequado e possibilitar o crescimento escalado e em conjunto desses negócios aos quais acreditam ser parte da solução definitiva para o déficit habitacional qualitativo. O empreendedor destacou relações com investidores que possibilitam, através de um sistema próprio a provisão de empréstimos com juros reduzidos, entrada parcelada e pagamento em até 30x no boleto, com análise de documentação facilitada, como Paôla (informação verbal)⁵² complementou. Isso ocorre sem levar em conta a negatização do CPF ou comprovação de endereço, informações que muitas vezes não se enquadram a realidade da

⁴⁷ Fala de Amanda em palestra realizada para a turma de Legislação e Exercício Profissional do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto, em parceria com a Arq Jr Projetos e Consultorias no dia 22 de jun. 2021

⁴⁸ Fala de Paôla em entrevista concedida a autora no dia 07 de jul. 2021

⁴⁹ Em entrevista concedida a autora nos dias 30 de jun. 2021.

⁵⁰ Em palestra realizada para a turma de Legislação e Exercício Profissional do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto, em parceria com a Arq Jr Projetos e Consultorias no dia 22 de jun. 2021

⁵¹ Em palestra realizada para a turma de Legislação e Exercício Profissional do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto, em parceria com a Arq Jr Projetos e Consultorias no dia 22 de jun. 2021

⁵² Em entrevista concedida a autora no dia 07 de jul. 2021

irregularidade fundiária, informalidade e precariedade, motivo pelo qual os meios tradicionais, bancos e financeiras, não são acessíveis, por exemplo (PAÔLA, informação verbal)⁵³.

Segundo Eline (informação verbal)⁵⁴, as reformas possuem uma média de preço de R\$5.000,00 a R\$6.000,00 por cômodo, principalmente no caso das subsidiadas e sendo R\$10.500,00 o valor máximo possível de ser financiado pela instituição detalhada acima. Obras com custos excedentes a estes valores só são viáveis se possíveis de serem desprendidos pela família, como também disse a arquiteta. Ressalta-se que nesse orçamento, além dos custos próprios da obra, também está incluída a remuneração dos profissionais em questão e também da mão de obra (informação verbal)⁵⁵. Destaca-se que o valor do subsídio, ou mesmo do empréstimo, embora quitado em longas prestações como dito anteriormente, é liberado em sua totalidade ou em duas parcelas, no início e no final, sendo possível executar a reforma e prever os pagamentos junto ao serviço prestado, como disse Amanda (informação verbal)⁵⁶.

Ainda assim, pelos casos relatados percebe-se que nem sempre é possível atuar em cima de todos os problemas que a casa possui. Dessa forma, trabalha-se principalmente por cômodos, ou problemas generalizados escolhidos por prioridade, proporcionando obras rápidas e menores, com valores viáveis e menos transtornos para as famílias que não tem para onde ir durante o andamento da obra (informação verbal)⁵⁷. Nesse contexto, uma outra questão importante, muito enfatizada principalmente por Paôla (informação verbal)⁵⁸, é a fuga do mercado tradicional da construção civil. Segundo a arquiteta, busca-se sempre adquirir os materiais em comércios vizinhos e a contratação de profissionais do próprio bairro, em uma tentativa de retornar o investimento para a comunidade, fortalecendo a economia local ao mesmo tempo, então, que atuam nos problemas habitacionais descritos no tópico abaixo.

⁵³ Em entrevista concedida a autora no dia 07 de jul. 2021

⁵⁴ Em entrevista concedida a autora no dia 27 de jul. 2021

⁵⁵ Fala de Lorryne em entrevista concedida a autora nos dias 30 de jun 2021.

⁵⁶ Em palestra realizada para a turma de Legislação e Exercício Profissional do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto, em parceria com a Arq Jr Projetos e Consultorias no dia 22 de jun. 2021

⁵⁷ Fala de Paôla e Isadora em entrevistas concedidas a autora nos dias 07 e 27 de jul. 2021

⁵⁸ Em entrevista concedida a autora no dia 07 de jul. 2021

5.3 Espaço Gerado e o Morar em Autoconstruções

Diante do exposto acima, banheiro e cozinha, além do telhado, apareceram como as repartições mais comuns de serem trabalhadas nessas reformas. Nesse sentido, diversos problemas gerais e patologias foram levantados como corriqueiros e até característicos em autoconstruções e que, conforme o estudo desenvolvido anteriormente no presente trabalho, estão entre os princípios construtivos diretamente relacionados a qualidade ambiental.

Podem ser citados, portanto, as instalações elétricas precárias; esquadrias inadequadas ou ausentes, falta de ventilação e iluminação que junto a impermeabilização incorreta ou mal feita geram infiltrações e mofo; coberturas em inclinações erradas ou desgastadas pelo tempo; ausência de manutenções gerais; temperatura interna desagradável, seja pela questão das aberturas e iluminação natural como citado, ou pela inexistência de reboco, como especificou Isadora (informação verbal)⁵⁹; ausência de redes de esgoto e canais de escoamento de água; layouts inadequados, pouco acessíveis ou insatisfatórios, que geram sensação de espaços pequenos com constantes demandas por ampliação; e problemas estruturais, superdimensionamento ou insuficiência, do modo que especificou Karol (informação verbal)⁶⁰. Além disso, Eline (informação verbal)⁶¹ lembrou o quão comum é encontrar habitações que são construídas de forma reduzida para caberem em um terreno dividido por vários membros da família.

Como esperado com o decorrer desse estudo, apesar da variação na localização geográfica de cada profissional entrevistado (a), não foram descritas situações exclusivas. Tal observação confirma que os métodos construtivos e processos são similares nas regiões metropolitanas das quatro regiões do Brasil abordadas, em consonância com os dizeres de Maricato (1982) expostos anteriormente.

Sendo assim, diversos foram os casos contados pelos entrevistados a respeito dos impactos de tal realidade na autoestima, vida social e bem estar dos moradores. Isadora (informação oral)⁶², ao falar sobre tais demandas, afirmou que para além dos problemas de salubridade, há toda uma questão subjetiva envolvida, que está entre a “vergonha ou orgulho do espaço para compartilhar

⁵⁹ Em entrevista concedida a autora no dia 07 de jul. 2021

⁶⁰ Em entrevista concedida a autora no dia 12 de jul. 2021

⁶¹ Em entrevista concedida a autora no dia 27 de jul. 2021

⁶² Em entrevista concedida a autora no dia 27 de jul. 2021

com os outros”. A arquiteta contou a história uma cliente, estudante universitária e empregada doméstica, que a procurou para reformar a cozinha conjugada com a sala, porque tem vergonha de chamar as amigas para estudar em casa. Kaiodê (informação oral)⁶³ citou um caso em que uma senhora reuniu seus vizinhos e amigos para tomar café dentro do banheiro recém reformado ao afirmar que devemos receber visitas no melhor cômodo da casa e que este agora era o seu.

Além disso, em uma pesquisa realizada por Paôla (informação verbal)⁶⁴ com vinte moradores do bairro Cabana do Pai Tomás, onde atua em Belo Horizonte/MG, no ano de 2020 e cuja planilha de resultados foi disponibilizada e anexada a este trabalho (ANEXO 1)⁶⁵, sete pessoas reconheceram que possuem problemas de saúde por conta das patologias em suas residências. Outras quatro disseram ter problemas de saúde, mas não reconheceram relação com a residência, mesmo após citarem doenças respiratórias e cardiovasculares em concomitância com problemas de infiltração e temperatura, além de dores nas costas e excessos de escadas. Nove disseram não ter problemas ou não especificaram algum que fosse possível relacionar com as demais respostas. Somado a isso, quatro moradores disseram lidar com a presença indesejada de animais peçonhentos, como ratos e escorpiões.

Quando perguntados como se sentem a respeito dos problemas que as incomodam, dezesseis se expressaram como mal, tristes, preocupados, inseguros, vulneráveis, envergonhados, amedrontados e desconfortáveis. Apenas a entrevistada de número quatro apontou que não há nada que a incomode na estrutura da habitação após as sucessivas intervenções em melhorias, ainda que gostaria de ter um quintal e uma banheira para o filho brincar. Nesse sentido, diversos são os desejos citados pela maior parte de tais moradores: armários planejados, revestimentos cerâmicos e acabamentos bem feitos ou claros, jardins, fachadas arrumadas, banheiros bonitos, espaços de churrasco e para receber visitas. São ideais que retiram de outras casas que frequentam, redes sociais e televisão. Apesar disso, em muitas das respostas é possível ver um certo conformismo com base na falta de escolha e impossibilidade de mudança.

Sobre o espaço público, onze entrevistados que disseram que não morariam ali pelos próximos anos, que já tentaram se mudar, gostariam ou mudariam se pudessem. Desse número, 5 relatam

⁶³ Em entrevista concedida a autora no dia 09 de jul. 2021

⁶⁴ Em entrevista concedida a autora no dia 07 de jul. 2021

⁶⁵ Após autorização da autora mediante o ocultamento do nome e endereço dos entrevistados (as)

que não gostam do local, apontando ausência de passeio e espaço nas ruas, pouco ou nenhum afastamento entre as casas e espaços de lazer. Além disso, também foram citados a proximidade com a encosta, o tráfico de drogas e sentimento de insegurança, apontado por outra moradora para além desse número. A entrevistada doze, afirmou já ter tentado melhorar o acesso a sua casa diversas vezes.

Por último, uma questão importante primeiramente levantada por Paôla, enfatizada no perfil dos entrevistados por ela e também confirmado por Kaiodê, Isadora, Eline e Gabriela (informação verbal)⁶⁶, é que a grande maioria dos casos atendidos são demandados por mulheres chefes de família, com idade média entre trinta a sessenta anos. Os arquitetos relataram que são elas as principais incomodadas, que tomam as decisões de reformar e principalmente procurar ajuda profissional, mesmo as vezes enfrentando resistência ou dependendo dos companheiros e filhos e por isso, compõe as suas personas, ou seja, o perfil de cliente ao qual buscam atender.

Diante disso tudo e a partir dos exemplos e arquivos enviados pelos arquitetos, foram selecionadas três moradias e suas respectivas reformas para serem melhor detalhadas através de estudos de caso, ilustrando as informações levantadas neste capítulo. Tal seleção se deu por julgamento, visando os objetos que abrangessem e ilustrassem, da melhor forma possível, a maior parte das situações aqui mencionadas exemplificando os elementos mais citados pelos profissionais, banheiro, cozinha e telhado, e que ao mesmo tempo, tenha sido disponibilizado material suficiente pelos entrevistados (BARBETTA, 2011 apud SOUZA, 2017)⁶⁷. Além disso, houve uma preocupação com a localização das edificações, privilegiando diferentes localizações, como ilustrado no mapa abaixo (FIG.13)

Dessa forma, todas as informações levantadas encontram-se descritas abaixo, mas destaca-se que por terem sido levantadas por meio de entrevistas semiestruturadas com objetivo de exemplificar o espaço interno construído pela autoconstrução, não resultaram em longas descrições, padronização das informações ou dos materiais enviados. O nome das moradoras e endereço das residências foi ocultado para evitar exposição e semelhante a organização adotada por Souza (2017), os casos foram ordenados por letras para fins de sistematização

⁶⁶ Em entrevistas concedidas a autora nos dias 07, 09, 27 de jul.2021 e 07 de out. 2021

⁶⁷ BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às ciências sociais. Florianópolis: Ed: UFSC, 2011.

Figura 13- Mapa ilustrativo de localização dos objetos de estudo



Fonte: Adaptado de InfoEscola⁶⁸ (2021)

5.3.1 Moradia A

A moradia em questão está situada em uma região periférica na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul (FIG. 14). Esse é um caso de uma senhora que foi atendida pela Eficiobra através de uma reforma subsidiada, conforme descreveu Isadora (informação verbal)⁶⁹. A arquiteta contou que após sua antiga casa, no mesmo terreno, desmoronar, ela se mudou para casa que era do filho, morto pelo tráfico de drogas, onde atualmente cuida de seu neto (FIG. 15). Possui apenas dois cômodos: um pequeno banheiro e o segundo, que une quarto e cozinha, tudo bastante improvisado como descrito pela arquiteta.

Figura 14- Mapa de localização do município de Pelotas



Fonte: Adaptado de Raphael Lorenzetto de Abreu⁷⁰ (2021)

⁶⁸ Disponível em: < <https://www.infoescola.com/geografia/mapa-do-brasil/>> Acesso em 02 de nov. 2021

⁶⁹ Em entrevista concedida a autora no dia 27 de jul. 2021

⁷⁰ Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pelotas#/media/Ficheiro:Locator_map_of_Pelotas_in_Rio_Grande_do_Sul.svg> Acesso em: 02 de nov. 2021

Figura 15- Entrada da atual casa e desmoronada em destaque



Fonte: Isadora/Eficiobra adaptado pela autora (2021)

Isadora (informação verbal)⁷¹ relatou a situação encontrada como extremamente insalubre. As antigas esquadrias de ferro já estavam em avançado estado de deterioração, em quantidade insuficiente e não possuíam vedação, motivo pelo qual a moradora as cobria permanentemente com cobertores e casacos para protegê-los do vento e da chuva (FIG.15). Isso impedia a entrada de luz solar e o mínimo de ventilação na residência, a tornando escura, úmida e muito fria. Além disso, a porta de entrada já havia se soltado (FIG.16), sendo necessário carregá-la para abrir espaço de passagem, o que configurava uma situação de muito desconforto e insegurança.

Figura 16- Janela coberta com cobertor vista por dentro, por fora e porta de entrada solta



Fonte: Isadora/Eficiobra (2021)

⁷¹ Em entrevista concedida a autora no dia 27 de jul. 2021

No banheiro, Isadora (informação verbal)⁷² relatou que os mesmos problemas se repetiam, estando a janela toda quebrada e encoberta por um casaco, e se somavam a diversos outros de caráter hidrossanitário. Havia vazamentos de água nos encanamentos, que também estavam com parte aparente; infiltrações e ausência de revestimentos ou outros impermeabilizantes que protegessem a alvenaria, já exposta em alguns locais. Além disso, nesse cômodo não havia porta (informação verbal)⁷³. As fotografias abaixo demonstram tais dizeres (FIG 17).

Figura 17- Banheiro: janela encoberta, paredes sem impermeabilização, com vazamentos e manchas, canos e alvenaria aparentes, ausência de porta



Fonte: Isadora/Eficiobra adaptado pela autora (2021)

A reforma partiu de um projeto que foi disponibilizado pela arquiteta e exposto como imagem abaixo (FIG.18). Assim como citado anteriormente, Isadora (informação verbal)⁷⁴ reforçou bastante a necessidade de um projeto esquemático elaborado de forma rápida e de fácil entendimento. Nesse caso, uma planta baixa básica e uma perspectiva isométrica são utilizados como base e as modificações básicas assinaladas em linhas de chamada. Além disso, foi contado que a partir de pranchas como essa é feita a apresentação para os clientes e que após o término da obra, são impressas e entregues aos mesmos como registro e recordação.

⁷² Em entrevista concedida a autora no dia 27 de jul. 2021

⁷³ Fala de Isadora em entrevista concedida a autora no dia 27 de jul. 2021

⁷⁴ Em entrevista concedida a autora no dia 27 de jul. 2021

Figura 18- Projeto esquemático



Fonte: Isadora/Eficiobra (2021)

Dessa forma, Isadora (informação verbal)⁷⁵ relatou que foi realizada uma reforma completa no banheiro, incluindo troca do sistema hidráulico; impermeabilização e reboco novos; instalação de revestimentos na parede do chuveiro, piso e nova esquadria (FIG. 19). Todas as demais portas e janelas também foram substituídas por novas, sendo a porta do banheiro em PVC e as demais em alumínio (FIG.20).

A arquiteta explicou que embora essas últimas possuam um custo mais elevado, sua manutenção é facilitada, menos custosa e como os modelos com veneziana são ainda mais caras a solução encontrada pela Eficiobra tem sido instalar uma cortina por dentro do cômodo, para controle da passagem de luz. Além disso, um novo vão foi aberto e para a porta de entrada, foi escolhido um modelo com postigo, visando melhorar a ventilação e a iluminação interna.

⁷⁵ Em entrevista concedida a autora no dia 27 de jul. 2021

Figura 19- Banheiro reformado: novos equipamentos e instalações hidráulicas, revestimentos e janela



Fonte: Isadora/Eficiobra adaptado pela autora (2021)

Figura 20- Novas esquadrias: modelo novo de janelas, porta de entrada com postigo e porta de PVC do banheiro



Fonte: Isadora/Eficiobra (2021)

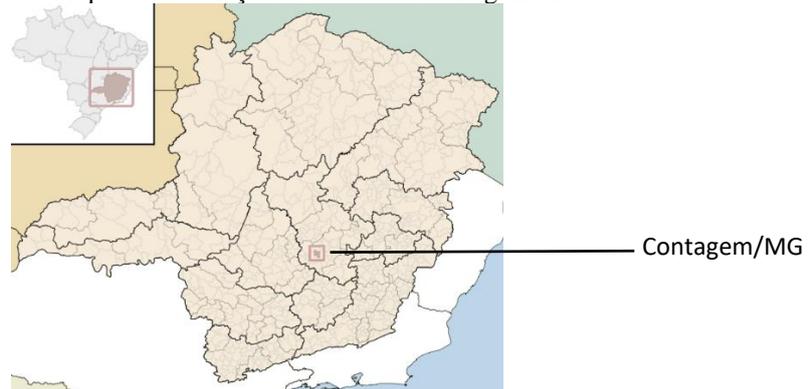
5.3.2 Moradia B

A história da Moradia B e da família residente foi contada por Kaiodê (informação verbal)⁷⁶ e caracterizada como o caso “mais emblemático até o momento”. É composta pela mulher de 37 anos e responsável pela única renda da família, de fonte informal e que gira em torno de R\$400,00; seu marido e dois filhos, de 16 e 9 anos. No mesmo terreno também moram duas de suas irmãs com suas respectivas famílias, em um histórico de 40 anos de “vulnerabilidade familiar e precariedade domiciliar” como disse o arquiteto (informação verbal)⁷⁷. A casa está localizada na periferia da cidade de Contagem/MG, região metropolitana de Belo Horizonte, como ilustrado no mapa abaixo (FIG.21).

⁷⁶ Fala de Kaiodê em entrevista concedida a autora no dia 09 de jul. 2021

⁷⁷ Em entrevista concedida a autora no dia 09 de jul. 2021

Figura 21- Mapa de localização da cidade de Contagem/MG



Fonte: Adaptado de Raphael Lorenzetto de Abreu⁷⁸ (2021)

Possui dois quartos, sala, cozinha, área de serviço e banheiro. Foi encontrada com diversos problemas: a cobertura ainda era em telhas de amianto, bastante danificadas e cuja estrutura estava cedendo devido a um processo de apodrecimento e subdimensionamento; as instalações elétricas possuíam fiação exposta com risco de curto circuito, como destacado nas imagens abaixo (FIG. 22/23). A ventilação e a iluminação são bastante prejudicadas, ocorrendo apenas pelas janelas do quarto de casal, banheiro, área de serviço e pelas frestas da cobertura. Nesse sentido, a iluminação artificial utilizada para suprir essa última deficiência também não era suficiente e estava em posição inadequada, de modo que o espaço continuava escuro e com sombras, mesmo com elas acesas, o que também pode ser visto na fotografia apresentada (FIG.22). Além disso, algumas paredes externas com chapisco parcial, sem impermeabilização e alvenaria bastante desgastada (FIG. 24). Apenas o banheiro foi julgado em melhor condição de uso, tendo sido modificado pelos moradores.

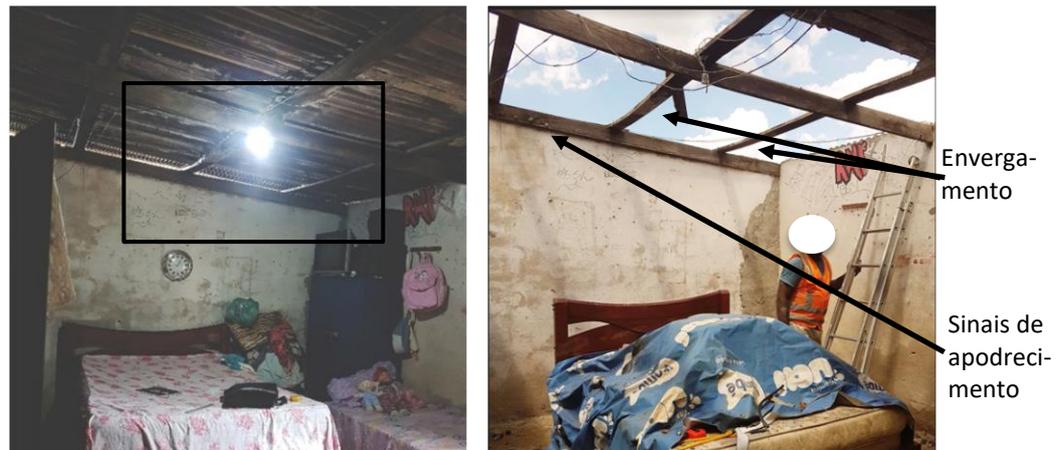
Figura 22- Sala e cozinha antes da reforma com destaque para as instalações elétricas improvisadas, telhas e estrutura danificadas, iluminação inadequada



Fonte: Kaiodê/Conjunto (2020) adaptado pela autora (2021)

⁷⁸ Disponível em: < https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais_Municip_Contagem.svg>. Acesso em: 02 de nov. 2021

Figura 23 – Quarto antes e durante a reforma, estrutura do telhado com sinais de apodrecimento e envergamento



Fonte: Kaiodê/Conjunto (2020) adaptado pela autoria (2021)

Figura 24- Situação da parede externa



Fonte: Adaptado pela autora (2021) de Kaiodê/Conjunto (2020)

Como tratou-se de uma reforma subsidiada cujo orçamento é limitado, Kaiodê (informação verbal)⁷⁹ explicou que não foi possível intervir de uma vez em todos esses problemas e que pretende em uma reforma posterior atuar sobre a questão do conforto ambiental, substituindo esquadrias e integrando cômodos e revestindo as paredes externas. Nesse momento, portanto, a área de atuação ficou limitada ao quarto do casal e filha, cozinha e sala, como mostra a área hachurada da planta baixa abaixo (FIG.25).

⁷⁹ Em entrevista concedida a autora no dia 09 de jul. 2021

Figura 25- Planta esquemática



Fonte: Kaiodê/Conjunto (2020)

Destaca-se que pouco se investiu em projeto nesse caso, a planta foi utilizada para levantamento de áreas e metragens, enquanto decisões e instruções foram repassadas e acompanhadas pelo arquiteto no canteiro. Além disso, foi elaborada uma planilha de valores, onde segundo Kaiodê (informação verbal)⁸⁰ no total de R\$5071,00, 53% se refere a despesas com materiais, 29,58% com mão de obra, 12,50% com planejamento e gestão de obra, de onde é obtida sua remuneração, e 3,97% com taxas. Assim, foi realizada a troca da cobertura e de seu engradamento, substituição, adequação das instalações elétricas e iluminação (FIG.26), impermeabilização e chapisco da parede externa danificada (FIG.27).

Figura 26- Sala, cozinha e quarto após a reforma: cobertura substituída e instalações e iluminação adequadas



Fonte: Kaiodê/Conjunto (2020) adaptado pela autora (2021)

⁸⁰ Em entrevista concedida a autora no dia 09 de jul. 2021

Figura 27- Parede externa impermeabilizada e chapiscada



Fonte: Kaiodê/Conjunto (2020)

5.3.3 Moradia C

A moradia C se trata de um caso atendido pela Abra Arquitetura e descrita por Eline (informação verbal)⁸¹. Diferente das demais, tal reforma foi um caso de financiamento, onde como dito anteriormente a moradora arcou com os custos da reforma. A arquiteta contou que a algum tempo a cliente havia a procurado para reformar a sua cozinha, mas não havia recursos para arcar com a obra e só após a parceria com a Nova Vivenda, também citada acima, é que a obra foi viabilizada. A casa está localizada na cidade de Recife, estado de Pernambuco, como ilustra o mapa abaixo (FIG. 28)

Figura 28- Mapa de localização



Fonte: Adaptado de Marcos Elias de Oliveira Júnior⁸² (2021)

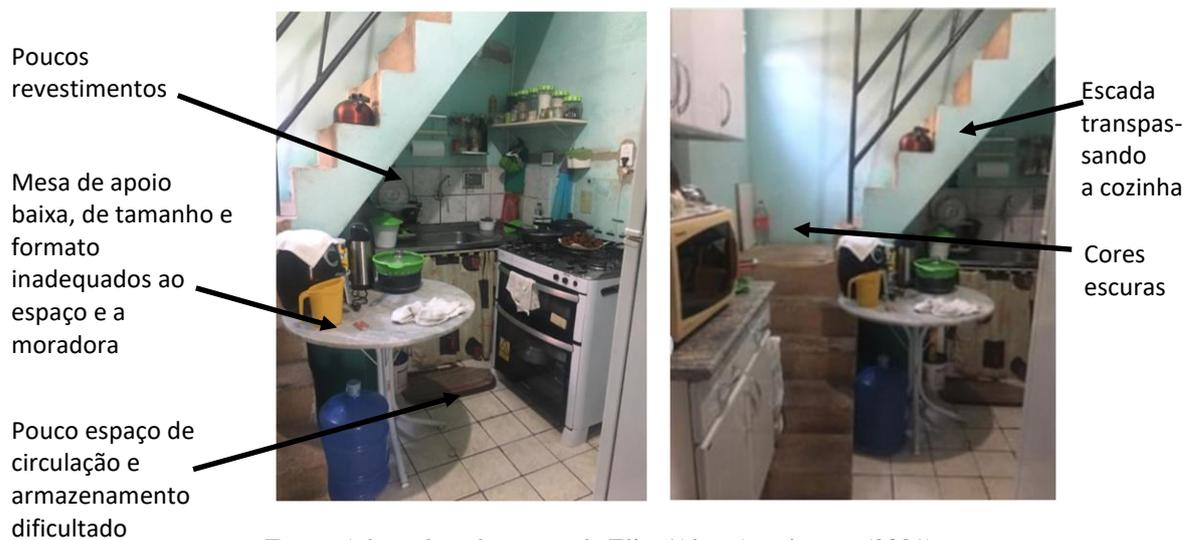
⁸¹ Em entrevista concedida a autora no dia 27 de jul. 2021

⁸²

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Recife#/media/Ficheiro:Brazil_Pernambuco_Recife_location_map.svg Acesso em: 02 de nov. 2021

Trata-se uma mulher que mora com seu marido, ambos autônomos, e sua mãe, cuja casa foi construída em um terreno dividido para seus filhos, o que gerou habitações extremamente estreitas. Seu sonho era reformar a cozinha onde trabalha produzindo lanches para vender: muito apertada, com espaços de circulação e trabalho reduzidos; armazenamento dificultado; escura, com cores fortes; poucos revestimentos e nada ergonômica, uma vez que a bancada e a mesa que utilizava de apoio não se adequavam a sua altura. Há ainda uma escada de acesso aos quartos que transpassa o espaço e não possuía revestimento. As fotografias abaixo foram tiradas antes da obra e ilustram tais características (FIG. 29).

Figura 29- Cozinha antes da reforma



Fonte: Adaptado pela autora de Eline/Abra Arquitetura (2021)

Assim, Eline (informação verbal)⁸³ contou que nesse caso, a própria cliente já tinha ideias para os revestimentos brancos e bancadas maiores mas que isso pouco acontece: embora prezem pela apresentação de um projeto 3D para que os moradores visualizem e opinem sobre os acabamentos, como demonstrado em uma postagem nas redes sociais (FIG.30), a maioria deles transferem essa responsabilidade para as arquitetas, não sabendo das suas possibilidades e acostumados com a falta de opção, como enfatizou a profissional.

⁸³ Em entrevista concedida a autora no dia 27 de jul. 2021

Figura 30- Postagem no Instagram enfatizando o projeto em 3D



Fonte: Abra Arquitetura (2021)⁸⁴

Com o orçamento um pouco maior propiciado pelo financiamento, foi possível então substituir todos os revestimentos, incluindo da sala de estar ao lado (FIG. 31), que possuía os mesmos acabamentos da cozinha, e a escada. Isso possibilitou criar um ambiente mais claro, melhor iluminado e de manutenção e limpeza facilitada.

Além disso, com a troca da mesa redonda por outra bancada possibilitou trabalhar um melhor e mais espaçoso layout na cozinha, embora as limitações do cômodo não deixassem margem para grandes mudanças no posicionamento dos elementos principais, como fogão e pia. Segundo Eline (informação verbal)⁸⁵, a maior felicidade da cliente foi que suas novas bancadas são agora são em granito, como destacado nas imagens abaixo (FIG. 32).

⁸⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CNIXG30II0T/>. Acesso em: 20 out. 2021

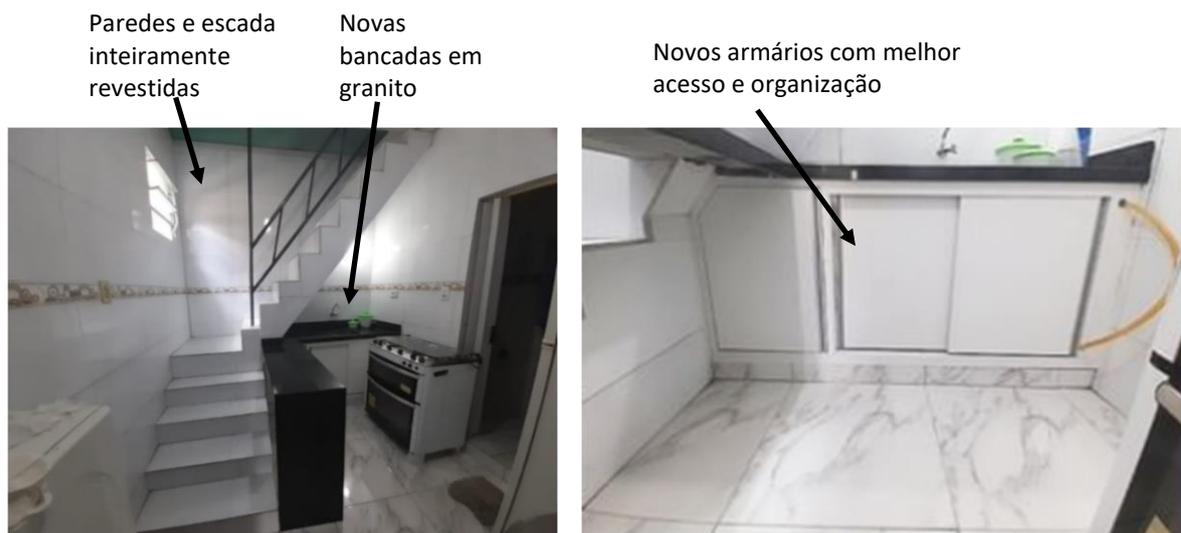
⁸⁵ Em entrevista concedida a autora no dia 27 de jul. 2021

Figura 31- Antes e depois da sala de estar



Fonte: Eline/Abra Arquitetura (2021)

Figura 32- Fotos da cozinha após a reforma



Fonte: Eline/Abra Arquitetura (2021)⁸⁶ adaptado pela autora (2021)

⁸⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CNIXG30II0T/>. Acesso em: 20 out. 2021

Quadro 4 - Quadro síntese do estudo do espaço gerado e a atuação em arquitetura social

DÉFICIT HABITACIONAL X ARQUITETURA SOCIAL

Como resultado de todo histórico descrito no capítulo anterior, tem-se atualmente um déficit habitacional quantitativo de 5,8 milhões de moradias, enquanto o qualitativo, onde considera-se a inadequação de domicílios urbanos, é estimado em 24,8 milhões, onde atuam alguns arquitetos e empreendedores sociais. Trabalham buscando a efetividade da assistência técnica em habitação de interesse social (ATHIS) e impactando positivamente a vida de diversas famílias pelas vilas, favelas e regiões periféricas brasileiras, lidando diretamente com a autoconstrução. Através de entrevistas semiestruturadas com tais profissionais, foram levantadas diversas informações sobre a atuação desses profissionais em arquitetura social e frente a autoconstrução, seguida do financiamento e viabilização da obra e por fim, o estudo do espaço gerado e o morar em residências autoconstruídas, onde foram desenvolvidos três estudos de caso.

TÓPICOS	CONCEITOS
ATUAÇÃO EM ARQUITETURA SOCIAL E AUTOCONSTRUÇÕES	<p>Diferente dos escritórios comuns, o foco e o desafio desses negócios é a execução,, onde vende-se a reforma e não apenas o projeto. Este, que é mal visto pela população em questão, é feito de forma esquemática e rápida, cujo produto é direcionado para a obra e/ou em uma simples apresentação para os clientes entenderem e opinarem, até para que haja uma grande rotatividade e obtenha-se lucro pela quantidade, mantendo o custo baixo. Nesse sentido, trabalha-se com o financiamento da reforma e sobretudo, o gerenciamento da obra, como garantia de qualidade e completude. Destaca-se que tais negócios possuem gestão organizacional e remuneração como outros, mas há uma mudança no comportamento do arquiteto, que atua como educador, com paciência e escuta, fatores determinantes para ganhar a confiança de seus clientes. Esses chegam por indicação de órgãos de atendimentos sociais e constituem um perfil de maior precariedade a serem atendidos pelas reformas subsidiadas, ou por venda direta na modalidade de financiamento.</p>
FINANCIAMENTO E VIABILIZAÇÃO DA OBRA	<p>Sendo o financiamento uma das partes mais importantes e determinantes para o cumprimento do objetivo desses negócios, são viabilizados pelos próprios empreendedores e concedidos através de parceiros, como a ONG Habitat pela Humanidade Brasil, por exemplo, em subsídios; a Nova Vivenda, para financiamentos em até 30x com facilitações, ou ambos. Ainda assim, o crédito é relativamente baixo para solucionar todos os problemas habitacionais de uma vez, destacando que desse valor também é retirado o pagamento de todos os profissionais envolvidos. Portanto, trabalha-se por cômodos ou problemas generalizados definidos por prioridades. Além disso, busca-se a valorização do mercado local para a compra de materiais e contratação de serviços, reinvestindo o dinheiro na própria comunidade.</p>
ESPAÇO GERADO E O MORAR EM AUTOCONSTRUÇÃO	<p>Cozinha, banheiro e telhado foram as repartições mais comuns de serem trabalhadas nessas reformas. Foram apontados inúmeros problemas construtivos e patologias ligados a qualidade ambiental que vão desde layouts inadequados, instalações precárias, ausência de impermeabilização até problemas estruturais, insuficiência de esquadrias e coberturas com inclinações erradas ou desgastadas. Tal situação habitacional impacta também na autoestima, vida social e bem estar dos moradores, a medida em que alteram a forma de receber visitas ou trazem problemas e riscos a saúde por exemplo. Se soma a precariedade do espaço urbano, que também traz insatisfação e é alvo de modificações por parte dos moradores. Somado a isso, as principais incomodadas com tais situações, são as mulheres, chefes de família com idade média de trinta a sessenta anos e que compõe o perfil de cliente ao qual tais negócios buscavam atender.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base no modelo utilizado por Souza (2017)⁸⁷

⁸⁷ Com base na fala dos entrevistados descritas ao longo do corpo do texto

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reflexão acerca da importância da habitação para o sujeito, foi possível compreender quais são os principais princípios construtivos relacionados à qualidade ambiental e como influenciam, na saúde e bem estar dos usuários, além da forma como os externaliza perante a sociedade. Tal estudo foi fundamental para basear e nortear os pontos trabalhados no último capítulo. Em seguida, buscou-se compreender as diversas faces que permeiam a autoconstrução e assim, foi possível interpretá-la adequadamente como um organismo complexo. A diante, entende-se o contexto histórico, social e político que originou e continua corroborando para a sua reprodução, reforçando ainda mais sua complexidade. Também em diversos momentos assimilou-se a distância entre o serviço técnico de arquitetura e a população autoconstrutora, moradora das periferias e áreas pericentrais.

Por último, se fez necessário o estudo da habitação e do morar em autoconstrução dentro de tal recorte territorial em uma aproximação da realidade prática. Portanto, através de entrevistas semiestruturadas com arquitetos e empreendedores sociais produziu-se um compilado de informações sobre o assunto, incluindo o estudo de três moradias e suas respectivas intervenções já realizadas nesse contexto. Somado a isso, obteve-se conhecimento de formas de atuação em arquitetura social e assim, se fez possível chegar em algumas conclusões.

Percebeu-se que de fato o não reconhecimento ou entendimento completo dos aspectos que estão na raiz da autoconstrução, gerou e continua gerando políticas ineficientes no sentido da redução do déficit habitacional, uma vez que essa a principal forma de moradia e de viver no país e foi originada na precariedade. Não somente isso, ao negar os direitos de escolha dessa população, tanto do seu território, quanto da sua própria habitação, impondo modos de morar e de ser padronizados, nega-se o direito à cidade e a democracia, em analogia aos dizeres de Harvey (2012), Kapp e Nascimento (2007), em um contínuo ciclo de reprodução de desigualdades sobre o nome de política social.

Ainda que a Lei da Assistência Técnica venha no sentido de reconhecimento dessa prática, com intenção de atuar sobre o déficit qualitativo, infere-se, a partir da análise das ações públicas feita por Borel (2020), que também pouco se compreendeu a respeito da forma de atuação do arquiteto perante tal cultura. Aprendeu-se que muitas vezes, nesse âmbito também é reproduzida a lógica heterônoma que reforça uma certa imposição e hierarquização que é

incompatível com o aquele meio, inclusive por reproduzir uma forma de opressão do sistema, como disse Ferro (2006).

Entendeu-se que para a efetividade do colaborar com a melhoria qualitativa do morar em autoconstruções, antes de somente aplicar aqueles princípios aprendidos no primeiro momento dessa pesquisa, é preciso reconhecer e valorizar o poder de escolha do sujeito, sua realidade social, financeira e suas necessidades imediatas e a longo prazo. Dessa forma, escancara-se a necessidade de atuar que reconheça seus conhecimentos prévios e condições, mas que haja no sentido de ampliar suas possibilidades e do empoderamento técnico, assim como fazem os profissionais entrevistados. Tal colocação fica clara nos dizeres de Kaiodê (informação verbal)⁸⁸ a respeito da “postura pedagógica” do profissional, por exemplo.

Somado a isso, os casos relatados, e principalmente, a pesquisa realizada por Paôla (informação verbal)⁸⁹ puderam reafirmar a relação da casa com seus habitantes, como defendido a priori nesse trabalho. O fato de as mulheres serem as principais incomodadas e afetadas por todas patologias e problemas habitacionais remete-se diretamente a pesquisa descrita anteriormente por Pessatti (2015) e outros sérios problemas estruturais e sociais.

Percebe-se, portanto, que a estrutura de trabalho de tais negócios vem atuando, em uma lacuna do estado e da sociedade: sobre o déficit qualitativo, com sistemas de financiamento e subsídios a parte do poder público (ainda que em uma tentativa de fazer valer a lei anteriormente citada) reconhecendo pessoas e problemas ignorados tanto por ambas as partes citadas quanto pelo arquiteto tradicional. Assim como disse Marcelo (informação verbal)⁹⁰ e após o estudo do histórico das intervenções habitacionais no país, a formação de tal rede traz realmente uma esperança de que se trace um caminho para a redução do déficit habitacional qualitativo e sobretudo, para que mais pessoas possam saber o que é um morar de qualidade. Apesar disso, não é possível ignorar a necessidade de intervenção no espaço público e urbano aos quais tais moradias estão inseridas, aspectos também relacionados ao número e ao tema em questão, e que são de responsabilidade de um governo que o criou e continua o-ignorando. Se reconhece então que ainda há um longo caminho a ser percorrido nesse sentido.

⁸⁸ Em entrevista concedida a autora no dia 09 de jul.2021

⁸⁹ Em entrevista concedida a autora no dia 07 de jul.2021

⁹⁰ Em palestra realizada para a turma de Legislação e Exercício Profissional do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto, em parceria com a Arq Jr Projetos e Consultorias no dia 22 de jun. 2021

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia Becalli. Direito à Cidade, Cidades Para Todos e Estrutura Sociocultural Urbana in COSTA, Marco Aurélio et. al. (org) **Nova agenda urbana e o Brasil**: insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2018, p. 29-44. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8622/1/Direito%20C3%A0%20cidade.pdf>>. Acesso em: 01 jul 2021

ANDRADE, Erika Bressan Botelho de. **Principais manifestações patológicas encontradas em edificação**. 2016. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/engenharia/principais-manifestacoes-patologicas-encontradas-em-uma-edificacao.htm#indice_6>. Acesso em: 06 ago. 2021

ARANTES, Maria Pilar. **Fundamentos da estética em Design de Interiores**. 1 ed. Mspublishers, 2019. 256 p

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575-1**: Edifícios habitacionais de até cinco pavimentos - Desempenhos. 2ª edição, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_consumidor/acervo/legislacao/leg_habitacao/ABNT%20NBR%20155751%20Edifícios%20habitacionais%20de%20ate%20cinco%20pavimentos%20Desempenho%20-%20Parte%201%20Requisitos%20gerais.pdf>. Acesso em: 5 ago.2021

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 4ª edição, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1-03-08-2020.pdf>>. Acesso em: 5 ago.2021

AZEREDO, Hélio Alves de. **O edifício e seu acabamento** - São Paulo: Edgard Blücher, 1987. Disponível em: <https://www.academia.edu/37836900/O_edificio_e_seu_acabamento_Helio_Alves_de_Azevedo_R>. Acesso em: 06 ago. 2021

BASTOS, Clarissa Maria Valgas; KAPP, Silke. Produção habitacional de interesse social por autogestão: o desenho emancipado?. In: **II Congresso Brasileiro e I Ibero-americano de Habitação Social: Ciência e Tecnologia**, 2006, Florianópolis. Anais do II Congresso Brasileiro e I Ibero-americano de Habitação Social: Ciência e Tecnologia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. v. 1.

BONDUKI, Nabil Georges; ROLNIK, Raquel. **Periferias**: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. São Paulo, FAUUSP- Fundação para Pesquisa Ambiental. 1979, 130p. Disponível em: <<https://nabilbonduki.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Periferias-ocupacao-do-espaco-e-reproducao-da-forca-de-trabalho-1979.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2021

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, vol. xxix (127), 1994 (3.º), 711-732. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/470900/mod_resource/content/1/Origens%20da%20habita%C3%A7%C3%A3o%20social%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021

BONDUKI, NABIL., 2001. Uma metodologia para avaliar programas de habitação in **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP. 224p.

BOREL, Mariana Barbosa Miranda. **Políticas públicas de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo: práticas na direção da autonomia**. - 2020. 199 f.: il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

BRANDÃO, Francisco. Movimentos sugerem programa de autogestão para construir moradia popular. Agência Câmara de Notícias, Brasília, 05 out. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/813797-movimentos-sugerem-programa-de-autogestao-para-construir-moradia-popular>>. Acesso em: 08 dez. 2021

BRASIL. Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos. **Prevenção de acidentes domésticos & guia rápido de primeiros socorros**. Brasília: Secretaria Nacional da Família, Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria Nacional de Política Para as Mulheres, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/ministerio-publica-guia-de-prevencao-a-acidentes-domesticos-e-primeiros-socorros/SNDCA_PREVENCAO_ACIDENTES_A402.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Série Saúde & Tecnologia — Textos de Apoio à Programação Física dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde — **Sistemas de Controle das Condições Ambientais de Conforto** - Brasília, 1995. 92 p. Disponível em: <<http://antigo.anvisa.gov.br/documents/33852/271121/conforto.pdf/27660907-df0d-41aa-baa1-e09f86116fd8>>. Acesso em: 5 ago. 2021

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, 104 p. 2004. Disponível em: <<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>>. Acesso em: 30 jul.2021

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação** – Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2010. 96 p. Disponível em: <<https://www.capacidades.gov.br/media/doc/biblioteca/SNH010.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2021

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretária Nacional de Habitação. **Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil**. Brasília, 220p. 2007. Disponível em: <<http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-34110/experiencias-em-habitacao-de-interesse-social-no-brasil>>. Acesso em: 01 ago. 2021

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DH_moradia_final_internet.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

CASSAR, Bernardo Camargo. **Análise comparativa de sistemas construtivos para empreendimentos habitacionais: Alvenaria convencional x Light Steel Frame.** 2018. Monografia (Graduação em Engenharia Civil). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola Politécnica, 2018.

CAU/BR. 2015. **O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil.** Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/pesquisa-caubr-datafolha-revela-visoes-da-sociedade-sobre-arquitetura-e-urbanismo>>. Acesso em 23/07/2021.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica.** 6.ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em:

<<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/341/pdf/0>>. Acesso em ago. 2020

COHEN, Simone Cynamon. **Habitação saudável como caminho para a promoção da saúde.** 2004, 167f. Tese (Doutorado em Ciências na área da Saúde Pública) -Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2004.

CONTI, Alfio. **A Experiência da Autogestão em Ipatinga.** Belo Horizonte, MG. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, 1999.

CYMBALISTA, Renato; MOREIRA, Tomás. **Política Habitacional no Brasil: A história por trás de uma narrativa incompleta.** In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. (Org.) **Participação Popular nas Políticas Públicas.** São Paulo: Insituto Pólis, 2006. p. 31 -49. Disponível em:

<https://www.academia.edu/2049535/CYMBALISTA_Renato_e_MOREIRA_Tom%C3%A1s_Pol%C3%ADtica_Habitacional_no_Brasil_a_Hist%C3%B3ria_e_os_Atores_de_uma_Narrativa_Incompleta_In_ALBUQUERQUE_Maria_C_org_Participa%C3%A7%C3%A3o_popular_nas_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_pp_31_48_>. Acesso em: 15 jun. 2021

EVANS, Gary W. Housing quality and mental health in WHO – World Health Organization. **Environmental burden of disease associated with inadequate housing: Methods for quantifying health impacts of selected housing risks in the WHO European Region.** Copenhagen, Dinamarca, 2011. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/108587>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

FERREIRA, Antônio Domingos Dias *et. al.* **Avaliação do desempenho térmico de habitação de interesse social de acordo com a NBR 15575, para as diversas zonas bioclimáticas.** X Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<https://www.inovarse.org/filebrowser/download/7577>>. Acesso em: 05 ago. 2021

FERRO, Sérgio. Notas sobre “o vício da virtude”. **Novos Estudos – CEBRAP,** São Paulo, n.76, p. 229-234, 2006b. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/ferro-vicio-virtude.pdf>. Acesso em: 25 jul 2021.

FERRO, Sérgio. O Canteiro e o Desenho in FERRO, Sérgio. **Arquitetura e Trabalho Livre.** 1ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006. 456p.

FGV - Fundação Getúlio Vargas; ABRAINCA - Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias. **Análise das Necessidades Habitacionais e suas Tendências para os Próximos Dez Anos.** FGV, 2018. Disponível em: <<https://www.abrainc.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ANEHAB-Estudo-completo.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2021

FGV SOCIAL. **Qual a faixa de renda familiar das classes?** Disponível em: <<https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. **Déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil:** Principais resultados para o período de 2016 a 2019. Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1MgenDRYIfH10aYirjRYIKwJGHwIxulGq/view>>. Acesso em: 12 out. 2021

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica.** Apostila do curso de especialização em comunidades virtuais de aprendizagem – informática educativa. Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2002. Disponível em <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo20121/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em 04 ago. 2020

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Boletim Socioepidemiológico da Covid-19 nas Favelas:** análise da frequência, incidência, mortalidade e letalidade por Covid-19 em favelas cariocas. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_socioepidemiologicos_covid_nas_favelas_1.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2021

GUERREIRO, Isadora; ROLNIK, Raquel. **Regularização fundiária Verde e Amarela:** endividamento e precariedade (2020). Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/regularizacao-fundiaria-verde-e-amarela-endividamento-e-precariedade/>>. Acesso em: 02 ago. 2021

GURGEL, Miriam. **Projetando espaços:** design de interiores. 7 ed. São Paulo: Editora Senac, 2013. 199p.

HARVEY, David. O direito à cidade. Tradução de Jair Pinheiro. **Lutas Sociais.** São Paulo, n. 29, p. 73-89 (2012). Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497/13692>>. Acesso em: 03 ago. 2021

IIDA, Itiro. **Ergonomia - Projeto e Produção.** 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Edgard Blücher, 2005. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/xxscncv>>. Acesso em: 05 ago. 2021

INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Classe Média:** Impacto Econômico da Pandemia. São Paulo: Instituto Locomotiva, 2021. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2021/04/impacto-economico-na-classe-media-2021.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

INSTITUTO PÓLIS. **O que é direito à cidade?** (200?). Disponível em: <<https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 03 ago 2021. ISSN 0719-8906

KAPP, Silke. A outra produção arquitetônica. In: **Estéticas do Deslocamento**. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estética, 2008. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/kapp_08_a_outra_producao.pdf>. Acesso em: 10 jun 2021.

KAPP, Silke; NASCIMENTO, Denise Morado. SISTEMA IDA: informação colaborativa para a produção autônoma. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 1-9, 3 nov. 2007. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/kapp_07_sistema_ida_informacao_colaborativa.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

KAPP, Silke; NOGUEIRA, Priscilla; BALTAZAR, Ana Paula. **Arquiteto sempre tem conceito, esse é o problema**. In: PROJETAR: PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA, 5., 2009, São Paulo. São Paulo: Fau - Upm, 2009. p. 1-19. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/biblioteca_novo_2/arquivos/kapp_nogueira_baltazar.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

KOENIGSBERGER, OTTO, Manual of Tropical Housing and Building - Part One: Climatic Design, Longman. UK, 1974. Disponível em: <https://www.academia.edu/30105808/Manualoftropicalhousing_koenigsberger_150824122547_lva1_app>. Acesso em: 05 ago. 2021

LAMOUNIER, Rosamônica da Fonseca. **Da autoconstrução à arquitetura aberta: o open building no brasil**. 2017. 509 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura/Ufmg, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LARA, Luiz Alcides Mesquita. **Instalações elétricas**. Ouro Preto: IFMG, 2012. 130 p. Disponível em: encurtador.com.br/dqyU8>. Acesso em: 06 ago. 2021

Lima, Bruno Santos de. **Principais manifestações patológicas em edificações residenciais multifamiliares**. 2015, 66 f. Trabalho de conclusão de curso, Curso de Engenharia Civil, Centro de Tecnologia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

LIMA, R. P de. Principais causas de acidentes domésticos em crianças: um estudo descritivo-exploratório. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 7, n. 3, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/j.1676-4285.2008.1659/397>>. Acesso em: 15 jun. 2021

LINHARES, Talissa Bedran. **O design de interiores como estratégia de promoção da sustentabilidade**. Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 994-1014, 2019. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/300481277.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

LOBACH, Bernd. **Design Industrial: bases para a configuração dos produtos industriais**. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2001. 208 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5610189/mod_resource/content/5/LOBACH_design%20industrial.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

MAIOR, Mônica Maria Souto; STORNI, Maria Otília Telles. O design de interiores como objeto de consumo na sociedade pós-moderna. **Revista Principia**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 68-71, set. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/244/207>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (Org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: AlfaOmega, 1982. p. 71-93. Disponível em: <<https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/03/a-produccca7acc83o-capitalista-da-casa-e-da-cidade-no-brasil-industrial.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MARICATO, ERMÍNIA. Contradições e Avanços da Habitat II. In: SOUZA, A. G. (Org.). **Habitar Contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90**. Salvador: UFBA, FAUUFBA, LAB Habitar, p. 21-37, 1997. Disponível em: <<https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/03/habitar-contemporaneo.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2021

MARICATO, Ermínia. O Estatuto da Cidade Periférica. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (org.). **O Estatuto da Cidade comentado**. São Paulo: Aliança das Cidades, 2010. p. 5-22. Disponível em: <https://www.academia.edu/25496698/O_Estatuto_da_Cidade_Comentado?from=cover_page>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MARICATO, Ermínia. Minha Casa, Minha Vida pioraram cidades e alimentou especulação imobiliária, diz ex-secretária do governo Lula. [Entrevista concedida a] João Fellet. **BBC Brasil**, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil44205520>>. Acesso em: 02 ago. 2021

MASCARÓ, Lúcia R. de. **Energia na Edificação - Estratégias para minimizar seu consumo**. São Paulo, Editora Projeto, 136p, 1985. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/n51es11>>. Acesso em: 05 ago. 2021

MELO, Sarah Silva de. **ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE HABITAÇÃO: Programa Minha Casa Minha Vida e Programa Casa Verde e Amarela**. 2021. 24f. Monografia (graduação) - Escola de Gestão e Negócios, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2021.

NASCIMENTO, Denise Morado. **A autoconstrução na produção do espaço urbano: O Papel da Autoconstrução nas Estruturas de provisão habitacional**. In: MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. S. M. (orgs) Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2011, p. 217-230.

NASCIMENTO, Denise Morado. **As políticas Habitacionais e as Ocupações Urbanas: dissenso na cidade**. In: CANETTIERI, T. et al. Não são só quatro paredes e um teto: uma década de luta nas ocupações urbanas na região metropolitana de Belo Horizonte. Ed. Escola de Arquitetura, 2020. p. 159 - 184. Disponível em: <https://praxis.arq.ufmg.br/textos/politicas_habitacionais-morado.pdf>. Acesso em: 17/06/2021

NASCIMENTO, Denise Morado. **Outra lógica da Prática**. NASCIMENTO, D. M (org.) Saberes [auto]construídos. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2015. p. 15-29. Disponível em: <https://issuu.com/praxisufmg/docs/saberes_auto_construidos>. Acesso em: 15 jun. 2021.

NASCIMENTO, Denise Morado; TOSTES, Simone Parrela. **Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>>. Acesso em 01 ago. 2021. ISSN 1809-6298

NOGUEIRA, Priscilla Silva. Discutindo a lógica da autoprodução de moradias. **Oculum Ensaios**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 57, 16 jul. 2013. Cadernos de Fé e Cultura, Oculum Ensaios, Reflexão, Revista de Ciências Médicas e Revista de Educação da PUC-Campinas. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/nogueira_13_autoproducao.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

NOGUEIRA, Priscilla Silva. **Práticas de Arquitetura para Demandas Populares: A experiência dos Arquitetos da Família**. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Escola de Arquitetura da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Casa Verde e Amarela: Pontos Críticos do novo programa habitacional do Governo Federal** (2020). Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/casa-verde-e-amarela-pontos-criticos-do-novo-programa-habitacional-do-governo-federal/>>. Acesso em: 02 ago. 2021

OLIVEIRA, Gustavo V. **Análise Comparativa Entre O Sistema Construtivo Em Light Steel Framing E O Sistema Construtivo Tradicionalmente Empregado No Nordeste Do Brasil Aplicados Na Construção De Casas Populares**. 2012. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal da Paraíba. 2012.

PAIVA, Maria Monique Bruère. **Ergonomia no ambiente construído de instituições para idosos: Estudo de caso em instituição brasileira e portuguesa**. 2012. 226 f. Tese (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2012.

PASTERNAK, Suzana. Habitação e saúde. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 86, p. 51-66, abr. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/CHFfxZBNt7kyDWRtSfXQFF/?lang=pt#>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

PESSATTI, Mirela Pilon. **Intercessão, arquitetura e saúde: múltiplas vozes na composição de territórios habitacionais**. 2015. 1 recurso online (205 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, SP.

POLITIZE!. **Direito à moradia**. (2017) Disponível em: <<https://www.politize.com.br/direito-a-moradia/>>. Acesso em: 03 ago 2021.

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. **Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão**. PRAÇA, F. S. G. 08, n° 1, p. 72-87, JAN JUL, 2015. Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos” (ISSN: 0486-6266).

RAUPP, Fabiano Mauri; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREM, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**, São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-97. Disponível em: <http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf>.

Acesso em: 04 ago. 2021

QUEIROZ, Luiza; CARVALHO, Amanda. Dicas de melhorias habitacionais no combate à covid-19. In: ARQUITETAS NÔMADES; CAU/MG: **Impacto Social e Habitação**. 2020, p. 33-41. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1jwAwATvIF3B7CcOqBX_8OwjnKK-We0w/view>. Acesso em: 04 out. 2021.

RODRIGUES, Evaniza Lopes *et al.* (org). **Revista da produção de habitação em autogestão**: Empreendimentos da União Nacional por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: União Nacional por Moradia Popular, 2019.

Disponível em: < <https://autogestao.unmp.org.br/wp>

content/uploads/2019/09/revista_autogestao.pdf> . Acesso em: 08 dez. 2021

ROLNIK, Raquel *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrôpole**, [S.L.], v. 17, n. 33, p. 127-154, maio 2015. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cm/a/q47HCnW58YPJHzyvhZSWPwB/?lang=pt>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

ROLNIK, Raquel. A Construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 12, p. 199-210, fev. 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4507>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano**: por que nossas cidades continuam tão precárias? *Novos Estudos - Cebrap*, [S.L.], n. 89, p. 89-109, mar. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/nec/a/RVtd8zVwYXXbP74GzMM7tsD/?lang=pt>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos Estudos - Cebrap**, [S.L.], n. 89, p. 89-109, mar. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/nec/a/RVtd8zVwYXXbP74GzMM7tsD/?lang=pt>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/as-armadilhas-do-pacote-habitacional/>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

RUDGE, Janet. Indoor cold and mortality in WHO – World Health Organization. **Environmental burden of disease associated with inadequate housing**: Methods for quantifying health impacts of selected housing risks in the WHO European Region.

Copenhague, Dinamarca, 2011. Disponível em:

<<https://apps.who.int/iris/handle/10665/108587>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SANT'ANA, Ruth Bernardes de. Autonomia do sujeito: as contribuições teóricas de g. h. mead. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S.L.], v. 25, n. 4, p. 467-477, dez. 2009. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ptp/a/tZW4j4kjCZY8jqJz4hz6vqG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SOUZA, Eduardo. **Como a iluminação afeta o humor?** 2020. Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/br/922281/como-a-iluminacao-afeta-o-humor>>. Acesso em 5 Jul 2021.

SOUZA, Eduardo. **O que levar em conta para melhorar o conforto acústico?** 21 maio

2021. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/923739/o-que-levar-em-conta-para-melhorar-o-conforto-acustico>>. Acesso em: 05 ago. 2021 ISSN 0719-8906

SOUZA, Maressa Fonseca e. **Modos de vida e modos de habitar em moradias**

autoconstruídas: um estudo nos bairros Nova Viçosa e Posses, em Viçosa - MG. 2017. 163 F. Dissertação (Mestrado - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

STOUHI, Dima. **Como projetar para atingir conforto térmico (e por que isso é**

importante). 31 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/910400/como-projetar-para-atingir-conforto-termico-e-por-que-isso-e-importante>>. Acesso: 05 ago. 2021.

TAGATIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 85-102, junho 2016.

TIBO, Geruza Lustosa de Andrade; LINHARES, Juliana; NASCIMENTO, Denise Morado.

Análise da autoconstrução a partir de suas práticas. In: III Seminário Nacional Sobre Urbanização de Favelas - URBFÁVELAS, 3., 2018, Salvador. Salvador: UrbFavelas, 2018. p. 1-18. Disponível em: <https://praxis.arq.ufmg.br/textos/GT5-126-13-20180612202650.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

UGREEN. **Conforto Ambiental**. 26 maio 2018. Disponível

em:<<https://www.ugreen.com.br/conforto-ambiental/>>. Acesso em: 05 ago. 2021

UGREEN. **Conforto luminoso ambiental**. 17 dez. 2019. Disponível

em:<<https://www.ugreen.com.br/conforto-luminoso-ambiental/>>. Acesso em: 05 ago. 2021

VILLAÇA, Flávio. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global Editora, 1986. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6112724/mod_resource/content/1/VILLA%20A%20que%20todo%20cidad%20precisa%20saber%20sobre%20habita%20Global%20Editora%201986.pdf> Acesso em: 24/07/2021

Qual seu nome?	Quantos anos você tem? Você é solteira(o), casada(a) ou...	Onde você trabalha? O que faz? Estudou até que série?	Onde você mora? Gosta de morar aí?	Você moraria ali pelos próximos anos?	Você é proprietário da casa ou mora de aluguel? A casa é financiada? Quantas pessoas moram com você?	Como está a saúde da família?	Se sua casa fosse uma pessoa, quais seriam as qualidades e os defeitos dela?	Do que sente falta na sua casa?	De 0 a 10 o quanto você está satisfeito com a sua casa? Você gostaria de compartilhar o porquê da nota?	Existe alguma coisa que se incomoda na casa? Como você se sente com esse problema?	Como isso interfere no dia a dia? O que você faz para resolver?	Você já reformou? Quando/como foi?	Onde conseguiu os materiais para reformas? Quem fez a obra?	O que você gostaria de fazer na sua casa hoje, que você não faz?	O que mais chamou a atenção nas casas que conheceu, no que viu por aí, e gostaria de ter em casa?	Onde viu essa ideia?
Entrevistada 1	78 anos, viúva	Sou aposentada. 4ª série	Eu gosto! Acostumei.. São 53 anos morando aqui. Mas se pudesse sairia para um lugar melhor.	Já pensei em mudar... mas por enquanto não deu.	Proprietária. Uma pessoa (filho). Ele é que cuida de mim.	Bem. Tenho uma tosse e acho que é por conta da umidade.	Qualidades: arejada, tem área, aconchegante, boa. Defeitos: infiltração, escadas, banheiro do lado de fora, quartos pequenos.	Ter uma casa bonita, arrumada.	8. Alguma coisa eu gosto, outras eu não gosto. Pode ser do jeito que for, não tem nada melhor que a casa da gente.	Infiltração na parede e o banheiro. Me sinto muito insatisfeita. Quis até ir embora de casa, queria morar de aluguel.	A gente já tentou arrumar algumas vezes. Limpo a parede com vinagre... quando vem a chuva molha tudo de novo.	Já várias vezes. Faz parte da nossa vida já. Tem muito tempo que a gente pelega com isso.	Sempre comprei. Pedreiro, filhos...	Os cômodos são muito pequenos. Os degraus incomodam... queria fazer pequenas mudanças.	Sempre tive vontade de ter uma melhora na casa. A gente queria construir por cima pra sair na rua, evitar degrau.	Televisão, rádio Itaitiaia, Internet (Google/Facebook).
Entrevistada 2	49 anos, casada	Dona de casa/desempregada. Ensino médio completo	Não gosto. É muito bagunçado... minha casa é muito pequena. Sinto falta de espaço. As ruas me incomodam muito. Daqui a pouco não tem passeio pra gente passar.	Sim, porque sou obrigada. Muita coisa me impede de sair.	Proprietária. 4 pessoas. Cuido dos meus filhos.	Eu e meu filho temos rinite alérgica. Tem muita umidade. Eu tenho a sensação de estar gripada sem parar. Eu não tinha problema respiratório antes.	Qualidade é difícil. Minha casa é pequena, quente, tem goteira...	Espaço, quintal.	4. Falta de espaço, falta de poder fazer alguma coisa...	Infiltração, goteira, cômodos pequenos, escada larga... Me sinto mal. Muito triste.	Atrapalha em tudo!	Já O pedreiro me deu muita dor de cabeça. Tem 6 anos.	Comprei. Tem 3 depósitos aqui perto. Pedreiro conhecido.	Trocar o piso, reunir pessoas...	Melhorar a casa, melhorar a condição... a gente vê tudo no lugar na casa dos outros. Um banheiro bem espaçoso e bonito.	Instagram, Google...
Entrevistada 3	53 anos, casada	Dona de casa/desempregada. 4ª série	Não. Não gosto dessa monteira de casa... não tem espaço entre as casas. Os filhos não têm liberdade... E faz muito barulho.	Tenho que morar. Se tivesse outra opção não moraria aqui de jeito nenhum.	Proprietária. 3 pessoas. Cuido dos filhos.	Tenho problema na coluna de carregamento (de obra). Meus filhos têm rinite.	Qualidades: tem quintal, não tá agarrada nas outras casas... Defeitos: muito escura, tem rachadura... feiura demais, fria demais, estreita/comprida demais.	A casa é escondida do sol, muito escura. Sinto falta de luz.	4. Não quero ser ingrata... porque não pago aluguel.	Luz, frio, espaço... a casa parece grande de fora, mas não cabe nada. Fico tão triste que vou para o terreiro, que é onde tem espaço.	A casa é muito comprida. É muito cansativo... tenho problema na a coluna. Acabo ficando mais na cozinha. E onde fico mais confortável.	Já, mas tudo pelas metade... a gente já reformou, mas sempre fica alguma coisa. Faz 4 anos que a gente mexeu na casa.	Comprei no depósito da comunidade. Marido, pedreiro amigo do marido... Faz o serviço, mas não demora tem que ir lá e consertar.	Sou dóida com um jardim bem bonito.	Armário de alvenaria, coisa que não ocupa espaço em casa, uma cozinha planejada, tudo embutido. Cama retrátil, sofá... Tudo embutido.	Internet, Google, YouTube...
Entrevistada 4	35 anos, casada	Revendo comêsticos, tenho a banca. Ensino médio completo	Gosto. Vim pra cá com 13 anos... acho que é costume.	Eu tenho vontade de voltar para o interior.	5 pessoas. Cuido da minha sogra. Moro de favor com os sogros e a cunhada.	No geral boa. Tanto eu quanto o meu filho temos rinite alérgica (não nessa casa).	Qualidades: muito vival tem bicho, tem espaço (é grande). Defeitos: muito fria.	Ter meu espaço, privacidade.	7. Só não fica perfeito porque não é minha casa. É uma casa boa, uma casa grande, sem mofo, sem goteira.	Até que não... a gente acostuma. Meu marido é pedreiro e o pai dele também. O que eles podiam melhorar, fizeram. Mas tem sempre alguma coisinha pra fazer.	-	Sim, já mexemos praticamente em tudo. Batemos laje, subimos mais um andar, melhoramos a entrada...	Compramos nos depósitos da comunidade. Marido e sogro.	Na verdade é só ter a casa. O plano não é ficar lá.	Uma banheira para meu filho brincar (me ajudou muito quando ele era pequeno). Quintal.	Não tenho redes sociais. Vejo muito vídeo no YouTube.
Entrevistado 5	65 anos, casado	Aposentado. 4ª série.	Gosto. Eu vim para o Cabana e Amazonas não tinha luz e nem asfalto.	Sim.	Proprietário. 3 pessoas. Cuido da minha mãe.	Bem. Nenhum problema por conta da casa.	Qualidades: a casa é simples, mas muito boazinha. Minha mãe é muito caprichosa. Defeitos: deveria ser mais arejada... o quarto da minha mãe não tem janela, a porta de entrada vive fechada.	Espaço, casa mais aberta...	7. Deveria abrir mais janelas.	Muito mofo, casa muito fechada. Fico preocupado. Insatisfeito.	Interfere muito. Incomoda. A gente não tem liberdade (por conta da violência/não poder abrir a casa).	Sim, pintura.	Compramos. Pintor, mas os filhos fazem [eu].	Mudar tudo pra baixo, lavar roupa... em cima é muito difícil.	Eu não sou muito de reparar não. Mas eu tenho um lugar na casa dos outros, facilitar pra minha mãe ter mais acesso.	Televisão, rádio Itaitiaia.
Entrevistada 6	46 anos, casada	Costureira. 1º ano do Ensino Médio (EJA), parei por conta da pandemia.	Gosto. Por conta minha família que mora toda aqui. A gente nasceu aqui, tem muita amizade.	Sim.	Proprietária. 4 pessoas. Cuido das minhas filhas.	Bem. Nenhum problema por conta da casa.	Qualidade: acolhedora. Defeitos: problemática, sem condições.	Espaço.	5. Tem muita coisa pra arrumar.	O que mais me incomoda são as infiltrações, os vazamentos. A casa é muito mofada.	Atrapalha na organização de tudo. Tenho que vigiar pra não inundar a casa quando vou lavar roupa. Saio meio preocupado... Precisei tirar a caixa d'água por conta disso. Hoje tenho só a água da rua. Se ficar uma semana sem água da rua, a gente fica uma semana sem água aqui em casa.	Já! Faz mais de 8 anos. O chão da cozinha caiu todo. Você conseguia enfiar a mão debaixo da parede.	Comprei tudo. Pedreiro.	Eu queria ter uma área de lazer. Não tem espaço.	Uma porta de vidro bem bonita, com um portão bem bonito ali fora. Uma TV grande, a sala aconchegante...	Internet, Facebook, Instagram (filhas).
Entrevistada 7	62 anos, viúva	Diarista/Desempregada. 1º ano do Ensino Médio (EJA).	Gosto. Perto de farmácia, padaria, supermercado...	Sim. Se tivesse condição mudaria para um lugar mais tranquilo.	Proprietária. 4 pessoas. Cuido do meu filho (doente, câncer de boca).	Bem.	Eu gosto da minha casa. Defeito é que precisa de reforma. Quando chove parece que tá lá fora.	Piso, pintura... arrumar ela.	7. Do jeito que ela tá, tá em tempo de cair em cima de nós.	Infiltração, paredes trincadas, mofadas, piso quebrado. Me sinto triste, impotente, envergonhada.	-	Não.	-	Refazer laje, consertar infiltração, mudar o banheiro de lugar.	Uma fachada bonita, a casa arrumadinha.	Televisão, internet, Facebook.
Entrevistada 8	62 anos, solteira	Desempregada/trabalho voluntário. Ensino Médio completo.	Nunca morei em outro lugar... gostof Esse povo é a minha família.	Até o dia que eu for dessa pra melhor.	Proprietária. 2 pessoas (filhos). Não.	Tudo bem. Tenho alergia porque jogo muito cloro pra limpar a casa.	Qualidades: acolhedora, mesmo com as dificuldades/necessidade s. Minha porta fica aberta a qualquer hora do dia e da noite. Defeitos: falta de espaço, carência.	Eu queria a minha casa mais arrumadinha. Eu queria ter minha cozinha de cerâmica, trocar o piso... um espaço maior.	6. Tem muita coisinha pra melhorar.	Banheiro, trincas... Eu fico preocupada, triste. Aqui molha muito!	Principalmente durante a época de chuva... a gente fica preocupado. Não sabe se é um problema sério. Para resolver a rachadura eu pedi o moço pra colocar uma "costura" na parede.	Sim, já pintei, troquei o piso... Faz uns 5, 6 anos.	As vezes ganho uns tijolos, cimentos... compro uma parte, ganho outra. Eu mesma pinto. Filho ajuda... pedreiro que é meia colher faz também.	Tiraria a parede da sala, melhoraria o banheiro... tem o telhado também. Queria ter um espaço maior para acolher/receber pessoas.	Cozinha toda de cerâmica, laje pintadinha bonitinha, quarto seguro que não molhasse...	Internet, Facebook, Instagram, televisão.
Entrevistada 9	52 anos, casada	Olho menino, cato latina, reciclagem... 8ª série.	Tem muitas coisas ruins, mas tem as coisas boas. Gosto. Moro aqui há 40 anos. Tem gente muito boa, que me ajuda demais.	Sim.	Proprietária. 9 pessoas. Cuido dos netos.	Temos problemas... irfartei, sou hipertensa, meu marido é alcoólatra. Minha neta tem bronquite, na época da chuva quase morre.	Qualidades: é boa porque é minha. Não pago aluguel. Defeitos: falta espaço, é abafado, falta ventilação, é escura, muito umida...	Um quarto com um telhado bem tampadinho pra esses menino dormir em paz.	7. A parte debaixo é arrumadinha. Deu de chover pôe todo mundo aqui embaixo. Não pago aluguel...	Umidade, luz, ventilação, é muito abafado. Eu fico muito triste.	Atrapalha muito. Eu ligo o ventilador, a luz... Quando é época de chuva pôe todo mundo na parte de baixo e deixa chover lá em cima.	Já. Coloquei piso, pintei, troquei a porta...	Comprei. Meu irmão tira pra mim e eu vou pagando ele. Pedreiro e a gente vai pagando do jeito que pode.	Meu sonho é bater uma laje lá em cima. E arrumar o banheiro.	Mais espaço pros meninos brincar, dormirem...	Televisão. Nem sei mexer em celular.
Entrevistada 10	27 anos, casada	Telemarketing/cobrança/doceria. Ensino Médio completo.	Não. Não tem muito lazer, não tem uma praça.	Não é o meu plano.	Proprietária/cedida pela mãe. 3 pessoas. Cuido dos meus filhos.	Bem. Meu filho tem alergia por conta da umidade da casa.	Qualidades: arejada. Não tem muitas qualidades. Defeitos: muito mofado, banheiro sem janela, quarto sem janela... a gente sente o cheiro dos cachorros do vizinho.	Ter entrada de ar/janelas, cerâmica em todos os cômodos, janela na área de serviço...	5. A gente não pode ser ingrato.	Mofo, falta de acabamento, sem janela, tem escorpião/bichos... Me sinto mal.	Espirro o dia todo... meus filhos tomam antialérgico todos os dias. Eu evito ter muitos móveis, não tenho enfeite... não recebo muitas pessoas por muito tempo.	Lá embaixo não. Só aqui em cima (casa da mãe). Pintei, coloquei cerâmica, fiz dois quartos, varanda...	Compramos. A maioria das coisas compramos aqui. Pedreiro colega nosso.	Uma varanda. E reforma... eu queria fazer tudo.	Eu gosto das coisas mais arrumadas. Uma pintura, as coisas mais claras, cerâmica...	Instagram, Facebook.
Entrevistada 11	62 anos, viúva	Pensionista. 3ª série.	Gosto. É uma favelinha tranquila. A melhor que tá teno!	Sim. Moro há 35 anos aqui.	Proprietária. 2 pessoas. Não.	Bem. Tenho diabetes e meu menino tem epilepsia. Nenhum problema por conta da casa.	Qualidade: me abriga da chuva. Defeito: nenhum! Eu gosto. Eu adoro a minha casa.	Bater minha laje, colocar minhas plantas lá em cima... espaço/varanda.	10. Gosto muito de morar aqui.	Precisa arrumar, né? A escada, colcar piso... a água rolu pra cima, pra baixo, tanto faz. Se der pra fazer, eu faço. Se não der, vai rolando... Eu vou esquentar minha cabecinha? É ruim, hein?!	Não atrapalha nas tarefas.	Já coloquei piso, abri janela, troquei porta...	Comprei aqui na comunidade. Eu pesquisei, né? Pedreiro.	Sonho em bater minha laje e colocar uma piscina (de plástico). Acabar de arrumar minha casa.	Queria uma casa bem bonita, aconchegante... num lugar baixo sem escada. a gente vai ficando velha, né?	Televisão, Facebook, Instagram...
Entrevistada 12	41 anos, solteira	Não trabalho, fco por conta do meu filho (tem síndrome de west) 1º ano do Ensino Médio.	Gosto. Tudo aqui é fácil... o acesso.	Sim.	Proprietária. 3 pessoas. Cuido dos meus filhos.	Sou diabética e tenho pressão alta. Meu filho tem Síndrome de West e as meninas têm bronquite. Não acho que é por conta da casa...	Qualidade: grande. Defeito: o beco não cabe dois, é só um...	Um terreiro.	5. Eu não gosto do acesso... arrumo, arrumo e não consigo terminar de arrumar. Não cabe uma sombrinha no beco.	Acesso, calor (esquenta demais), próxima do cemitério (dá muito escorpião)... Tenho medo. Moro em cima e a casa de baixo tá com rachaduras e infiltrações.	Tenho que limpar a casa o dia todo. Não tem cloro que chegal Banho toda hora, a gente toma muito banho.	Já! Já mudei parede de lugar. Mas não consigo terminar de arrumar.	Alguns eu comprei, outros eu ganhei. Minha mãe faleceu e meus irmãos me deram. Faz 6 anos. Meu tio. Ele nem compra pra fazer.	O sonho da minha vida é bater uma laje na minha casa.	Torreio! Meu sonho! O terreiro e a casa com laje, pros meus filhos não precisarem ir na rua pra brincar.	A URBEL e o Conselho Tutelar assistem minha família. Conversei muito com a gente. Vejo televisão e tenho Facebook.
Entrevistada 13	48 anos, viúva	Diarista. 1ª ano do Ensino Médio incompleto.	Gosto. O acesso a tudo a mais fácil. E gosto porque gosto também! :)	Sim, com certeza!	Proprietária. 6 pessoas. Filhos e netos.	Bem. Eu tenho problema de pressão, mas faz tempo que não desconforta. A gente tem bronquite, rinite... mas acho que não é por conta da casa, ela é bem arejada.	Qualidades: aconchegante. É pequenininha, mas cabe tanta gente! Defeitos: não vejo defeito nenhum, a não ser as coisas por terminar, que a gente vai fazendo aos poucos...	Espaço, queria que fosse um pouco maior, com um espaço de terreiro.	7. pelo que ainda tem pra fazer.	Falta um telhado aqui na frente dessa casa. As pessoas ficam rindo porque eu penduro roupa naquela fiação ali (rede elétrica). Fico preocupada, fico com medo, fico triste... Tem infiltração na parte de baixo [mora em cima].	A gente tenta fazer um pallativo pra ver se diminui... e diminui a tristeza de não poder resolver. É um pallativo que vira definitivo [exemplo: plástico para cobrir a entrada da casa].	Tô tentando fazer ainda... não é nem reforma. É fazer [construir].	Compro sempre. Geralmente é um pedreiro.	Bater laje... é o espaço que a gente tem. Vou ganhar um espaço pra colocar um tanque.	Eu tenho muita vontade de ter uma casa arrumadinha. "Perfeita" entre aspas. Com o chão bonitinho, parede bem feita, banheiro arrumado...	Nas casas que eu trabalho. Facebook, WhatsApp (mas não pra esse tipo de informação).
Entrevistada 14	44 anos, solteira	Auxiliar de serviços gerais. 7ª série.	Gosto. Moro aqui há 19 anos.	Sim. Pra onde que eu vou sair? Mas só tem eu aqui... minha família não mora mais aqui perto.	Proprietária. 2 filhos. Não.	Eu tenho problema no coração. Aqui tem pilho de pombo, minha filha tem alergia. Não por conta da casa.	Qualidades: é arejada, não tem mofo. Defeito: precisa arrumar...	Uma área pra minha menina brincar.	9. Eu tô mais ou menos satisfeita.	Podia melhorar é tudof! Bater laje pro meu filho construir em cima, reformar o banheiro. É tanta coisa... já nem sei como me sinto.	Meu menino acha que arrumando aqui vai melhorar, né? Se dependesse de mim eu nem mexeria mais aqui.	Já. Eu passei um gesso nas paredes, troquei uma parte do telhado, pintei, levantei mais a casa, comeci a colocar cerâmica no quarto...	Pedreiro. Comprei lá no Barreiro.	Eu deixaria do jeito que tá mesmo... E queria que meu banheiro fosse mais arrumadinho.	Banheiro bonito, arrumado.	Só tenho o aparelho de DVD. À noite eu vejo televisão (jornal).
Entrevistada 15	34 anos, casada	Esporte/futebol feminino/MEI/Instituto Elo. 1º ano do Ensino Médio incompleto.	Gosto... mas eu tiver a oportunidade de ir embora, eu iria.	Sim. Mas é o que eu te falei: iria embora se pudesse.	Sou proprietária, mas não tenho documento. 3 pessoas. Cuido dos filhos.	Bem. Por conta da casa não...	Qualidades: eu tenho onde morar... a casa não é grandona, mas não é tão pequena. Meus meninos têm um quarto. Defeitos: não posso abrir janela, fazer garagem, um espaço pros meninos brincarem...	Janela, espaço... liberdade.	7. Hoje tenho mais cômodos, tem laje, tem acabamento...	Falta de janelas, escorpião, ratos... Me sinto preocupada, é vulnerável.	Atrapalha algumas atividades. Tem que ligar o ventilador, beber água toda hora, a conta de luz aumenta...	Sim. Colocamos reboco, cerâmica... faz 9 anos.	O irmão do pai dos meninos (pedreiro). Compramos fora.	Ampliar, abrir janela, fazer uma varanda...	Fazer a varanda, colocar uma churrasqueira, trocar as janelas...	Redes sociais, Facebook, WhatsApp.
Entrevistado 16	53 anos, viúvo	Conferente/Expresso Nepomuceno. 5ª série.	Eu adoro! Essa comunidade é muito acolhedora. Todo mundo muito amigo.	Sim... É claro que eu queria sair daqui, mas morar em um bairro próximo.	Proprietário. Só eu. Não.	Só tenho o problema da perna (joelho). Nada por conta da casa.	Qualidades: tem cerâmica, laje, os cômodos "ceitos". Defeitos: tá na favela, não tem valor. Quando chove muito, dá infiltração.	Falta pra mim só um forminho... também sinto falta de espaço, de varanda. Se fizer um churrasco e não for elétrico, tem que ser no beco.	10. Eu tenho a minha casa, né?	Infiltrações, escorpião... Tenho medo e preocupação. Já caiu o barranco ali, a gente tem muito medo.	Atrapalha... como eu tô dentro de casa, fico preocupado de limpar os trem. Tem que olhar tudo. E a infiltração não vai parar até a gente concretar o beco.	Já. A gente construiu e depois colocamos os acabamentos. Faz 18-20 anos... o quarto do meu menino é que foi pintado tem 4 meses.	Tem que comprar. No depósito da Cabana a Independência ou lá no Nova Cintra. A gente ajuda, mas paga um pedreiro.	Mais espaço, né? Mais quartos, varanda, os cômodos maiores...	Só televisão.	
Entrevistada 17	40 anos, casada	Trabalho na Creche. Ensino Superior completo.	Não. O local não te dá segurança, não tem uma garagem pra colocar um carro...	Não.	Proprietária. 4 pessoas. Filhos e netos.	Bem... eu tenho alergia e a casa prejudica muito.	Qualidades: aconchegante, tem 3 quartos. Defeito: o local.	Garagem.	8. Meus filhos têm os quartos deles, eu tenho o meu. É tudo bem separadinho, bem acabadinho. Seria melhor se fosse me outro local.	A falta de espaço. Fico preocupado... principalmente quando ve. E muito perto do barranco.	Atrapalha... a gente deixa o carro lá em outra rua, tem que pagar uma garagem. Tem pessoas que eu não trago aqui em casa... pelo local.	Já. Foi em 2013-2014. A gente construiu o andar de cima, colocou piso, pintamos, fizemos o banheiro...	Sempre compramos. Foi no Nova Cintra. Meu marido.	Eu gostaria de colocar a varanda em cima, fazer uma varanda maior... E um banheiro.	Nada. Aqui só poucas as casas que têm um acabamento.	Televisão, Facebook, Instagram.
Entrevistada 18	36 anos, solteira	Serviços gerais/desempregada. Ensino Médio completo.	Não. Não gosto do local.	Não, minha intenção é sair.	Proprietária. 2 pessoas. Cuido do filho.	Bem. Temos alergia, dor nas costas... mas não por conta da casa.	Qualidade: aconchegante. Defeitos: dois andares, escada.	Uma casa plana.	Agora com a reforma, 7.	Escada. Me sinto incomodada e triste.	Mais pelo cansaço do dia a dia... não tem como resolver.	Já! Tô reformando agora. Tô fazendo uma cozinha nova e vou pintar. Tô gostando muito do trabalho do pedreiro!	Comprei em 2 depósitos aqui da comunidade. A maioria foi no Depósito do Rei. Pedreiro.	Queria trocar o piso e bater uma laje.	Acabamento de primeira!	Facebook e Instagram.
Entrevistada 19	58 anos, viúva	Professora/artista plástica/costureira. Ensino Superior completo.	Eu gosto. A comunidade tem suas regras próprias... é tranquilo no sentido da convivência. O que incomoda é o tráfico.	Uma temporada de 2 anos no máximo. Depois disso tô voltando pro interior.	Aluguel. Aqui eu sou sozinha.	Bem, da família também. Nada por conta da casa.	Qualidades: aconchego, acolhimento. Defeitos: pequena demais, banheiro na porta da cozinha, sem boa ventilação e iluminação no banheiro e na cozinha.	Espaço.	Tem uma infiltraçãozinha, o cheiro do esgoto retorna... no geral eu gosto. Encontrei solução alternativa. 7.	esgoto... no início me incomodava muito, conversei com o proprietário e trocamos os crivos. A infiltração eu mudei algumas coisas de lugar pra que não pudesse prejudicar nada. E sobre o espaço, talvez prateleira em tudo que é lugar.	Procuerei soluções alternativas e conversei com o proprietário pra mudar algumas coisas. Inicialmente incomodava muito, depois que eu me organizei sobre cada um dos problemas ficou mais fácil.	Não. Foram só pequenos ajustes... as prateleiras.	Armários embutidos.	Troca do sistema de esgoto.	Facebook, Instagram, Twitter.	
Entrevistada 20	21 anos, solteira	Auxiliar administrativa/Associação Comunitária. Ensino Médio completo.	Sim! É um lugar que tem vários acessos de diversas coisas perto de casa (mercado, farmácia...).	Não. Eu quero ter uma condição de vida melhor e fazer isso pela minha mãe também.	Proprietária (mãe). 2 pessoas. Não.	Bem. Nada por conta da casa.	Qualidades: confortável, a estrutura é boa. Defeitos: tem muitos pilares, algumas partes sem acabamento...	Cozinha e sala maiores.	9. É o meu lugar de descanso e conforto.	O patamar da escada é muito alto, o fogão fica debaixo da escada. "Não tem cozinha", não tem espaço pra receber visita... falta um quarto pro meu irmão. Me sinto mal às vezes, desconfortável.	Atrapalha nas tarefas... a gente foi organizando as coisas pra resolver (cozinha, por exemplo). O fogão tá embaixo da escada porque é onde cabia.	Sim, estamos reformando. Arrumando a casa inteira praticamente.	Compramos no depósito da comunidade. Pedreiro.	Sala e cozinha maiores.	A sala.	Facebook, Instagram... televisão muito pouco.

Fonte: Modificado de Paola/Morá (2020)

LEGENDA

- Pessoas que reconheceram ter problemas de saúde por conta das patologias em suas residências
- Pessoas que disseram ter problemas de saúde, mas não reconheceram relação com suas residências ainda que citando patologias ou características relacionáveis
- Pessoas que disseram ter não ter problemas de saúde ou não especificaram algum possível de relacionar com as demais respostas
- Pessoas que relataram a presença de animais peçonhentos em suas residências
- Pessoas que expressaram sentimentos ruins a respeito dos problemas que as incomodam
- Pessoas que não morariam ali pelos próximos anos, já tentaram se mudar ou gostariam
- Pessoas que relataram não gostar do local e/ou apontaram problemas no espaço público